Universidade Estadual do Ceará - UECE
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa - PROPGPq
Mestrado Acadêmico em Geografia - MAG

DE ESPAÇO COMUNITÁRIO A ESPAÇO DO TURISMO - Conflitos e Resistências em Tatajuba, Camocim-CE

ELUZIANE GONZAGA MENDES

ORIENTADORA
DRA. LUZIA NEIDE M. T. CORIOLANO

FORTALEZA - CE
2006

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE

Eluziane Gonzaga Mendes

DE ESPAÇO COMUNITÁRIO A ESPAÇO DO TURISMO – CONFLITOS E RESISTÊNCIAS EM TATAJUBA, CAMOCIM/CE

Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico em Geografia do Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de mestre. Área de concentração: Análise Geoambiental Integrada e Ordenação do Território nas Regiões Semi-áridas e Litorâneas. Linha de Pesquisa: Sociedade, Espaço e Cultura.

Orientadora: Drª. Luzia Neide M. T. Coriolano

Fortaleza - CE
Abril - 2006

Universidade Estadual do Ceará - UECE
Mestrado Acadêmico em Geografia - MAG

Título do Trabalho: De Espaço Comunitário a Espaço do Turismo – Conflitos e Resistências em Tatajuba - Camocim/CE

Autora: Eluziane Gonzaga Mendes

Defesa em: 12 / 04 / 2006

Conceito obtido: Satisfatório com louvor

Nota obtida: 10,0

Banca Examinadora

Profª. Drª. Luzia Menezes Teixeira Coriolano (UECE)
Orientadora

Profª. Drª. Zenilde Baima Amora (UECE)

Prof. Dr. Antônio Jeovah de Andrade Meireles (UFC)

FICHA CATALOGRÁFICA

M538e Mendes, Eluziane Gonzaga
De Espaço Comunitário a Espaço do Turismo - Conflitos e Resistências em Tatajuba, Camocim – Ceará / Eluziane Gonzaga Mendes. – Fortaleza, 2006.
192 f.; il.
Orientadora: Profª. Drª. Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano.
Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia.

1. Comunidades. 2. Território. 3. Políticas. 4. Turismo. I. Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia.

CDD: 380.609181131

Às comunidades litorâneas do Ceará,
exemplo de luta pela
terra e pela vida.

Aos meus pais,
Francisco Mendes e Maria Gonzaga
exemplos de força e
amor incondicional.

A todos os que acreditam
ser possível a transformação
da sociedade.

AGRADECIMENTOS

A Deus, agradeço pelo dom da vida. Por meio dela, deu-me a oportunidade de realizar este trabalho; concedeu-me razão, espírito investigativo, força de vontade, rompendo os medos trazidos pela inexperiência na arte de pesquisar.

O rompimento com o medo e a força de vontade conduziram-me à Profª. Drª. Luzia Neide M. T. Coriolano, que me aceitou como bolsista de Iniciação Científica, ainda na graduação em Geografia, e, mediante suas orientações, inseriu-me no mundo da pesquisa. Ao cursar o Mestrado, na metade do caminho, aceitou acompanhar-me pelas trilhas da ciência que nos levou a Tatajuba. Portanto, minha imensa gratidão pelas orientações, amizade e confiança doadas em um ato recíproco e verdadeiro.

Ao Prof. Dr. Luiz Cruz Lima, primeiro orientador da pesquisa, coordenador do NETTUR-Laboratório de Estudos do Território e Turismo, juntamente com a Profª. Drª. Luzia Neide Coriolano, meus agradecimentos pela amizade, apoio e confiança depositados no meu trabalho como componente do NETTUR, onde foram realizados todos os trabalhos de gabinete, e em meio a tantas atividades desenvolvidas no período do Mestrado.

Ao Instituto Terramar, de modo especial a Rosa Martins, por me haver apresentado à comunidade de Tatajuba. Com seu apoio, foi possível escolher este lugar como foco da pesquisa, representando a realidade da "*turistificação"* do litoral cearense. Ainda no Terramar, agradeço as colaborações de Sheila Nogueira e Jefferson de Sousa.

Ao Núcleo de Educação Ambiental do IBAMA/CE, pela participação no Diagnóstico Sócioeconômico de Tatajuba. Em especial, sou grata pelo apoio recebido de Águeda Coelho, com a concessão de informações que foram imprescindíveis para o desenvolvimento do trabalho.

Ao Prof. Dr. Antônio Jeovah A. Meireles, pelas preciosas críticas e sugestões, durante o Exame da Qualificação, e, especialmente a Profª. Drª. Zenilde Baima Amora, por sua colaboração no aprimoramento da metodologia da pesquisa e à Profª. Ms. Ana Matos Araújo, pelas críticas e leituras dos fragmentos da pesquisa, incentivando-me com suas palavras de força e estímulo.

Aos professores ministrantes das disciplinas cursadas no Mestrado Acadêmico em Geografia. Aos Professores Dr. Daniel Pinheiro e Drª. Lidriana de Souza, agradeço pela confiança e respeito a mim depositados ao realizar o ENGS2005. Assim como, sou agradecida aos colegas de curso que compartilharam das discussões, ansiedades e da realização do "I Encontro Nacional de Geografia e Sustentabilidade-ENGS2005": Ana Maria, Davis de Paula, Edilce Dias, Jader Sousa, João Sérgio, Josimeire Barreto, Marcelo Gondim, Marília Colares, Paulo Sucupira, Sergiano Araújo; e, em especial, a minha amiga Adriana Marques Rocha, pela sincera amizade, discussões teóricas, leituras críticas e o compartilhar de sonhos e utopias, além de tantas atividades realizadas no Mestrado e no NETTUR.

A todos os meus colegas, bolsistas e estagiários do NETTUR – Laboratório de Estudos do Território e Turismo, em particular, Camila, Enyvládia, Inara, Kleiton e Marcela, pela ajuda, amizade, respeito e apoio doados em todos os momentos em que precisei de suas colaborações, além do constante incentivo para continuidade do trabalho de pesquisa. Em especial, agradeço ao querido Aridenio Quintiliano, pelo afeto, sincera amizade, diversas e constantes colaborações, além do incessante encorajamento.

Aos moradores da comunidade de Tatajuba, pela amizade gerada ao longo das viagens de pesquisa e pelos depoimentos e entrevistas concedidas, em especial Maria do Livramento Carneiro dos Reis (Mariazinha), Maria Iolene Pontes, Antônio Carneiro dos Reis (Toinho), Maria José de Araújo (Dona Mazé), Sr. Manoel Ricardo Araújo, Marlene Façanha, Ivan Bezerra, Pedro Ivo da Silva (Ivo), Edvandir de Souza Monteiro (Didi), Sr. Oswaldo Mateus, Maria Carneiro de Albuquerque (Tia Bio), Antônio Carneiro da Silva, Vera Carneiro de Souza, João Bastista dos Santos (Tita), Maria Ivaneide da Silva (nenê) e ao Marcos Aurélio Pozzan.

Às funcionárias Gerda, Júlia, Janaína e ao Elesbão pelo atendimento às minhas solicitações à Secretaria do Mestrado.

Ao Prof. Dias da Silva e à Dona Luizinha da Silva, agradeço pela amizade e a correção de alguns textos preliminares da pesquisa.

Ao amigo e professor de francês, Charles R. Teixeira, agradeço imensamente pela revisão do résumé deste trabalho.

A todas instituições que cederam dados e informações, complementando a pesquisa.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq-Brasil, pela concessão de bolsa de estudo, essencial ao desenvolvimento do trabalho.

Aos meus amados pais, Francisco Mendes e Maria Gonzaga Mendes, pela dedicação, apoio e amor incondicional. Aos meus irmãos, Evinaldo, Evenilson e Reginaldo, pelo apoio e admiração. Ainda no âmbito familiar, agradeço em especial, a minha cunhada Cristiane Mendes, pelas constantes leituras dos textos, força e admiração.

Enfim, a todos os amigos que incentivaram o desenvolvimento desse trabalho, que acreditam na Geografia, na pesquisa científica e na existência de uma sociedade mais justa e solidária. O meu muito obrigada.

RESUMO

A *turistificação* do litoral, implementada pelas políticas privadas e públicas preparam o território para receber as empresas, transformando os espaços comunitários em *locus* do turismo, sendo os conflitos e resistências imanentes a esse fenômeno. Esta dissertação teve como objetivo analisar a produção e a valorização do espaço litorâneo para o desenvolvimento do turismo. A metodologia etnográfica e a abordagem qualitativa conduziram a investigação e a teoria crítica da Geografia a análise. A transformação do litoral em mercadoria, para o setor imobiliário e turístico é um dos vetores da pesquisa que se realizou no Município de Camocim e na comunidade litorânea de Tatajuba, que ao complementarem o turismo de Jericoacoara, tornaram-se objetos de interesse da especulação imobiliária e das empresas do turismo. Nesse lugar é vivenciado conflito fundiário entre os residentes contra grileiros e especuladores imobiliários, que buscam se apropriar de terras para seus empreendimentos. O conflito que se apresentou pela desarticulação entre os moradores, por um lado, ocasionou a divisão interna, e de outra parte, despertou na comunidade a resistência ao turismo de grandes empreendimentos e a descoberta de possibilidades, sendo o turismo comunitário uma das perspectivas.

Palavras-chave: 1. Comunidades 2.Território 3. Políticas 4. Turismo

RÉSUMÉ

La *turistification* de la zone côtière implantée par les politiques privés et publiques preparent le territoire pour recevoir les entreprises, en transformant les espaces communautaires en *locus* du tourisme. Les conflits et les résistences appartiennent à ce phénomène. Cette dissertation a eu comme objective analyser la production et valorization de la zone côtière pour le développement du tourisme. La methodologie etnographic et l´investigation qualitative sont été la base de la recherche et la théorie critique de la Géographie a été la base de l´analyse. La transformation de la zone côtiére en marchandise du secteur immobiliéire et touristique est un des éléments de la recherche. L´espace de l´investigation est la commune du Camocim et la communauté des pecheurs de Tatajuba. Ces endroits ont été transformé en objet d´intérêt de la spéculation sour les terrains et par les entreprises touristiques. A Tatajuba il y a de conflit de terre entre les résidents, les "grileiros" et les spéculateurs (agents immobiliers), car les dérnieres désirent s´aproprier des terres natifes pour ses propres affaires. Il faut mettre en relief que Tatajuba fait partie de la region touristique de Jericoacoara, plage très connue. Le conflit, qui inquiete les habitants, a instigué la division interne, en faisant que les habitants cherchent des nouvelles possibilités dont le tourisme communautaire est une des perspectives.

Mots-clé: 1. Communautés 2. Territoire 3. Politique 4. Tourisme

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 14

2 A TRILHA METODOLÓGICA 19
2.1 A Pesquisa Etnográfica e a Abordagem Qualitativa 21
2.2 Os Momentos da Pesquisa 26

3 TATAJUBA – O LUGAR E SUA PAISAGEM 32
3.1 As Vilas de Pescadores e suas Práticas Cotidianas 41
3.2 A Atração da Paisagem Litorânea 60

4 TERRITÓRIO DE CONFLITOS E RESISTÊNCIAS 79
4.1 A Valorização e a Especulação da Terra. 85
4.2 O Território Local em Disputa 95

5 DE ESPAÇO COMUNITÁRIO A ESPAÇO DO TURISMO 117
5.1 As Contradições da Política de Turismo no Espaço Cearense 118
5.2 Tatajuba: entre Passeios e Rotas Turísticas 134
5.3 O Turismo Comunitário: Nova Proposta 142

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 161
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 165

ANEXOS 176

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APP - Áreas de Preservação Permanente
BN - Banco do Nordeste do Brasil S.A
CAEN – Curso de Mestrado em Administração e Economia da Universidade Federal do Ceará
CDPDH - Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos
CNPT-IBAMA - Conselho Nacional de Populações Tradicionais/IBAMA
DPU – Departamento do Patrimônio da União
ETENE - Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste / BN.
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDACE – Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará
INSTITUTO TERRAMAR - Instituto Terramar de Assessoria à Pesca
IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
IPLANCE – Fundação Instituto de Pesquisa e Informação do Ceará
MAG – Mestrado Acadêmico em Geografia
NEA-IBAMA - Núcleo de Educação Ambiental/IBAMA
NETTUR – Laboratório de Estudos do Território e Turismo
ONG - Organização Não-Governamental
PDDU - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Camocim
PDITS - Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PNMT - Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PRODETUR-CE - Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Ceará
PRODETURIS-CE - Programa de Desenvolvimento do Turismo em Área Prioritária do Litoral do Ceará
RESEX - Reserva Extrativista
SETUR – Secretaria de Turismo do Ceará
UECE – Universidade Estadual do Ceará
UFC – Universidade Federal do Ceará
ZEE – Zoneamento Ecológico-Econômico

LISTA DE FIGURAS, MAPAS, QUADROS E GRÁFICOS

ÍNDICE DE FIGURAS

1 Rio Coreaú – Camocim-CE 36
2 Rio Coreaú e Vista da Beira – Rio, Camocim-CE 36
3 Antigas casas de pescadores de Tatajuba 37
4 Árvore Tatajuba 38
5 Ponto de venda (óleo e gasolina) 43
6 Igreja católica, Tatajuba – CE 44
7 Praça de Tatajuba 44
8 Casa de farinha – Vila Nova 47
9 Agricultura de subsistência 47
10 Paisagem da Baixa da Tatajuba 48
11 Projetos do Pro-Renda 48
12 Vista da duna Branca 50
13 Canoas na regata de Tatajuba 56
14 Canoa na Lagoa da Torta 56
15 Paisagem panorâmica da gamboa de Tatajuba 60
16 Falésias vivas - litoral de Camocim-CE 64
17 Formação Camocim – CE 64
18 Duna Barcana 69
19 Dunas com eolianitos 69
20 Migração das dunas sobre a gamboa 71
21 Ecossistema manguezal 73
22 Ponte sobre o mangue 73
23 Área de tabuleiros em Tatajuba 74
24 Criação de cabras 74
25 Área apropriada pela empresa imobiliária 99
26 Placa da empresa imobiliária 102
27 Logística projetada pelo PRODETUR-NE II 107
28 Associação Comunitária dos Moradores de Tatajuba – ACOMOTA 109
29 Localização de empreendimentos turísticos no litoral 130

30 Estrutura do Boa Vista Resort & Conference Centre 132
31 Koala Passeios – Jericoacoara/CE 138
32 Roteiro turístico CE-PI-MA em Jericoacoara 139
33 Estrutura do Hotel Aventuras 140
34 Pousada Verde Folha 148
35 Casa da Marlene 148
36 Pousada Brisa do Mar 149
37 Pousada Santa Maria (em construção) 150
38 Pousada Santa Maria (em funcionamento) 150
39 Lagoa da Torta 153
40 Barracas na Lagoa da Torta 153
41 *Buggies* de passeios vindos de Jericoacoara 154
42 X Regata Ecológica de Canoas de Tatajuba, Camocim – CE 157
43 Canoa vencedora da X Regata de Tatajuba 157

ÍNDICE DE MAPAS

1 Município de Camocim – CE 33
2 Acessos a Tatajuba 35
3 Localização das vilas de Tatajuba e área do empreendimento turístico 42
4 Área de Proteção Ambiental de Tatajuba, Camocim-CE Lei Municipal Nº 559/94 67

ÍNDICE DE QUADROS

1 Situação das posses existentes nas vilas de Tatajuba 101
2 Proposta de doação de terras para Tatajuba 114
3 Equipamentos dos meios de hospedagem e complexos turísticos de Camocim 127
4 Meios de hospedagem de Tatajuba 147
5 Barracas de Tatajuba 152
6 Trilhas e atrativos de Tatajuba 155
7 Síntese da história de Tatajuba, Camocim-CE..... 188

ÍNDICE DE GRÁFICOS

1 Principais atrativos turísticos de Jericoacoara..... 135
2 Comunidades conhecidas pelos residentes e turistas de Jericoacoara 137

1. INTRODUÇÃO

Esta dissertação intitulada **De Espaço Comunitário a Espaço do Turismo** – Conflitos e Resistências em Tatajuba, Camocim-CE analisa a produção e a valorização do espaço litorâneo para o desenvolvimento do turismo, a partir de conflitos, resistências e contradições na produção socioespacial das comunidades de pescadores - especialmente em Tatajuba.

O turismo é temática de relevância para a Geografia, pois, nas últimas décadas, constitui um dos principais elementos na produção e consumo dos espaços. A modernidade cria inovações tecnológicas que se implantam nos lugares selecionados pelo capital, como os do turismo, atendendo esta demanda específica, que exige infra-estruturas como condição para dinamizar o mercado global, nacional e local.

No litoral nordestino e, em especial, no cearense, foram instalados *resorts*, aeroportos, grandes hotéis, parques temáticos, empreendimentos turísticos, na tentativa de realinhar o espaço local ao *locus* global. Vários equipamentos urbanos e técnicos foram implantados para modernizar o litoral, direcionando-o para o turismo, tendo em vista os que podem usufruir dessa modalidade de consumo – o lazer de viagem. A produção do espaço para o turismo, no entanto, entra em conflito com os interesses das famílias que, por gerações, habitam secularmente no litoral, sendo pressionadas a cederem suas terras. Os espaços comunitários são expropriados pelos especuladores imobiliários para venda de loteamentos e implantação de equipamentos turísticos, originando mais conflitos pela terra no litoral, somados aos existentes, como o da defesa da pesca artesanal.

Os complexos turísticos são preferidos pelos turistas por serem reconhecidos como lugares seguros, mesmo os alocados em regiões consideradas “subdesenvolvidas”, como o Nordeste. O território litorâneo, antes espaço dos chamados “povos do mar”, vivido por comunidades centenárias, é alvo de

descaracterização, quando moradores são expulsos de suas terras para dar lugar à construção de empreendimentos turísticos e equipamentos de luxo. Esse processo gera nova configuração espacial e evidencia territórios dominados por empreendedores do turismo. Estas transformações modificam o cotidiano local. Se, antes, predominavam relações diretas entre pescadores e suas famílias com a natureza, agora, empresários, empreendedores e comerciantes aparecem como mediadores dessas relações e desfrutam deste privilégio.

Os grandes empreendimentos turísticos alocam-se em áreas dotadas de "valor" paisagístico, mas algumas, ocupadas por comunidades pesqueiras, portanto, desarticulam estas primeiras ocupações. Apresentam a característica peculiar, de receber turistas em suas dependências e ocupá-los com entretenimento, de tal ordem que não sobre tempo livre para interação e contatos fora de suas dependências, o que inviabiliza o conhecimento da comunidade local. O valor paisagístico serve como ferramenta para atrair turistas que se encantam com os cenários naturais e com a riqueza dos equipamentos turísticos, a maioria integrante do circuito hoteleiro mundial. Estas estâncias de férias e do turismo das elites são objetos de engenharia projetados especificamente para o consumo do lazer, e constituem ícones do "turismo de sol e praia" no Nordeste brasileiro.

Com a valorização do litoral cearense pelo turismo, ocorreu aumento da demanda de residentes para esse espaço, desencadeando o processo de ocupação do litoral pelo veraneio (segundas residências) e, posteriormente pelos serviços turísticos. Dessa forma, desenvolveu-se o fenômeno da *turistificação*[1] litorânea em diversos países. O processo de *turistificação* do litoral é implementado pelas políticas privadas e públicas, que preparam o território para receber os empreendimentos turísticos. Faz-se necessário compreender o fenômeno turismo litorâneo, assim como a transformação dos espaços pelo e para o turismo. O *locus* de investigação desta pesquisa é o Município de Camocim e a comunidade litorânea de Tatajuba, que ao complementarem o turismo de Jericoacoara, tornaram-se

[1] A despeito de este neologismo não possuir, ainda, registro dicionarizado, é largamente utilizado no jargão das disciplinas vinculadas ao estudo científico do turismo, motivo porque – se aceita – pelo fato de não haver expressão correspondente na língua culta com a conotação que se lhe confere no emprego, certamente, muito em breve, os lexicógrafos a oficializarão nas suas obras. O significado deste conceito, no entanto, será definido nos próximos textos. Emprega-se a palavra, aqui, sempre em itálico.

objetos de interesse da especulação imobiliária, das empresas e Políticas Públicas de Turismo.

A escolha do objeto da dissertação decorreu da revalorização deste litoral pelo novo Programa de Regionalização do Turismo, com a indicação desta região para integrar o roteiro – Ceará-Piauí-Maranhão (CE-PI-MA). O litoral oeste serve de exemplo de turismo regionalizado. Esta regionalização integra os roteiros turísticos do litoral oeste cearense – com o delta do Parnaíba - e os lençóis maranhenses, cuja intenção é viabilizar demandas de consumo para esta moderna mercadoria – o turismo.

As políticas de regionalização, a nova produção espacial e os novos usos contribuem para ensejar conflitos pela posse da terra e por espaços para a implementação do turismo. Tatajuba apresenta-se como uma das comunidades que enfrenta destemidamente a defesa de suas terras. Essa agressiva reordenação territorial e a cooptação de lugares para a produção de espaços turísticos situou o litoral cearense no *menu* do mercado mundial, ocasionando impactos socioambientais. Novas áreas configuram-se, apesar de uma série de embates pela apropriação e uso da terra.

As políticas de turismo ampliam ações em todo o litoral oeste, objeto da disputa no mercado turístico globalizado, confrontando usos tradicionais com atividades modernas. Como atividade econômica estimulada pelas políticas públicas, o turismo passou a ser considerado um dos principais vetores da reprodução socioespacial do litoral cearense, abrindo um campo de lutas entre os líderes comunitários, grileiros, especuladores, empresas imobiliárias e os promotores do turismo.

Camocim é revalorizado pelas empresas turísticas, que instalam seus empreendimentos, especialmente grandes hotéis, *resorts* e centros de eventos e lazer, como é o caso, do “Condado Ecológico de Camocim”. A alocação desses empreendimentos turísticos exige extensões de terras da ordem de centenas de hectares, normalmente terras que têm grande “valor” paisagístico e que passam por litígio entre os que têm a posse e os que dizem ter o domínio, como é o caso das

quatro vilas que compõem Tatajuba, área ocupada secularmente por pescadores, e que é ameaçada por empresário que se declara proprietário de todas as terras da comunidade.

Nesse lugar, é vivenciado conflito fundiário entre grileiros, especuladores, empresa imobiliária e residentes. Os primeiros buscam apropriar-se de terras para seus empreendimentos e a comunidade luta para defender suas posses. O conflito instigou parte dos residentes a resistir ao turismo de *resorts* e aos grandes empreendimentos imobiliários. As reações são esboçadas mediante a crítica ao turismo de elite, levando ao fortalecimento da organização dos residentes em associações para luta e a defesa de suas terras.

A comunidade entende que este tipo de turismo é nocivo ao litoral, e, a exemplo da Comunidade da Prainha do Canto Verde, busca desenvolver um turismo de forma que beneficie o lugar, que ofereça oportunidades para a sobrevivência local e participação na sociedade de consumo. Ressalta-se que a luta na comunidade de Tatajuba não é homogênea, existindo os que acreditam que a grande hotelaria trará benefícios imediatos. Estes colaboram com os especuladores, identificando terras vendáveis e ajudando a enfraquecer a resistência comunitária. A luta divide a comunidade, existindo residentes que são cooptados pelos interesses exógenos e os que são contra a construção dos equipamentos turísticos. Buscando entender a realidade de Tatajuba, foram levantados alguns questionamentos que se apresentam como norteadores desta pesquisa, bem como se formulou os objetivos que se pretendeu alcançar. Assim, interroga-se:

- em que medida os empreendimentos turísticos provocam transformações sociais e territoriais no litoral, revalorizando Tatajuba e contrariando os interesses da comunidade?

- Quais são as terras em disputa e quem são os especuladores?

- Como ocorrem os conflitos de terras no litoral?

- Quais são as principais estratégias das organizações comunitárias?

- Quais são as políticas que reestruturam o litoral cearense para implantação dos empreendimentos turísticos?

- Como as políticas comunitárias podem romper com o modelo formal do turismo, promovendo melhor distribuição?

Na construção e reconstrução do espaço, os conflitos são imanentes. Nesse sentido, buscou-se compreender o fenômeno da produção e valorização do espaço de Tatajuba, mediante o método de investigação etnográfico, com abordagem qualitativa. Foram utilizados depoimentos, declarações, histórias de vida, observação participativa e narrações sobre o fenômeno estudado, buscando interpretá-lo à luz das teorias e conceitos.

Esta dissertação está apresentada em cinco partes. Primeiramente, foi esboçado breve estudo sobre a metodologia etnográfica e a abordagem qualitativa, como subsídios aos estudos geográficos das comunidades e do turismo litorâneo, delineando os momentos e os passos da pesquisa. Em seguida, buscou-se conhecer a comunidade de pescadores de Tatajuba, caracterizar o lugar, suas práticas cotidianas, os atrativos locais e as paisagens como objeto da disputa e de conflito. Na quarta parte, analisa-se a luta pela terra, utilizando-se conceitos geográficos e econômicos, para compreender a organização, valorização e especulação de terras e/ou a questão fundiária.

Ato contínuo, investiga-se a realidade de Tatajuba, elabora-se um panorama das contradições do espaço e da política, refletido na produção de espaços privatizados e dos espaços do turismo, e a inserção de Tatajuba nos passeios e rotas turísticas regionais, bem como as tentativas de elaboração do turismo comunitário como proposta alternativa. Enfim, chega-se a considerações que foram extraídas do estudo teórico-empírico, apoiadas na síntese cronológica que revela os conflitos e as resistências na comunidade de Tatajuba, Camocim-CE.

2. A TRILHA METODOLÓGICA

> Certo, nós não mudaremos o mundo, mas podemos mudar o modo de vê-lo. Isto é importante porque só assim poderemos escapar do dogmatismo epistemológico e marcar um encontro com o futuro (SANTOS, 2004, p. 40).

A pesquisa científica é um ato de elaboração. Com efeito, prepara-se um caminho que possa contribuir para facilitar a apreensão da realidade empírica que deverá ser teorizada, analisada e explicada. Nesse movimento, ensina Demo (1999, v. 14, p.10), "é preciso construir a necessidade de elaborar caminhos e não receitas que tendem a destruir o desafio da construção". Assim, cada pesquisador encontra uma trilha mais adequada aos seus objetivos.

A natureza do objeto de pesquisa sugere caminhos para escolha do método, de investigação e interpretação, apropriado para análise. "É a natureza dos problemas que determina o método, isto é, a escolha do método se faz em função do tipo de problema pesquisado", anotam Lüdke e André (1986, p.15). Admitiu-se que a fase exploratória contribuiria para a definição da natureza do fenômeno analisado. Deslandes (1994, p.32) define as etapas que determinam a exploração do fenômeno, expressando que

> a fase exploratória termina quando o pesquisador define seu objeto de pesquisa, constrói o marco teórico conceitual a ser empregado, definiu os instrumentos de coleta de dados, escolhe o espaço e o grupo de pesquisa, define a amostragem e estabelece estratégias para entrada no campo.

Assim, a fase exploratória facilitou a constituição dos momentos da pesquisa de campo e da escolha do caminho metodológico. Segundo Minayo (1994, p.16), a metodologia "é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Neste sentido, a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre referida a elas". No que se refere ao método,

Demo (op.cit, p.24), assinala que a “teoria coloca a discussão sobre concepções de realidade”. O método situa a discussão sobre concepções de ciência, dos conceitos explicativos da realidade.

Outra explicação sobre método foi retirada das concepções de Moraes e Costa (1999, p.27), que mostram duas etapas desse processo – a de interpretação e a da pesquisa / investigação:

> O primeiro diz respeito à concepção de mundo do pesquisador, sua visão da realidade, da ciência, do movimento etc. É a sistematização das formas de ver o real, a representação lógica e racional do entendimento que se tem do mundo e da vida. [...] método de interpretação é uma concepção para a condução da pesquisa científica; é a aplicação da pesquisa científica; é a aplicação de um sistema filosófico ao trabalho da ciência. Já o método de pesquisa refere-se ao conjunto de técnicas utilizadas em determinado estudo. Relaciona-se, assim, mais aos problemas operacionais da pesquisa que a seus fundamentos filosóficos.

A explicação de Moraes e Costa (1999) mostra que o método de interpretação é a concepção de mundo do pesquisador, a atitude política e o posicionamento teórico da realidade analisada, que nesta pesquisa é fundamentado pela teoria crítica da Geografia. Já o método de pesquisa refere-se aos instrumentos e técnicas de coleta de dados e informações, que, para Minayo (1994) se denomina metodologia, prática exercida na abordagem da realidade que influencia diretamente no método da pesquisa, com esse propósito foi empregada a etnografia e a abordagem qualitativa.

A compreensão dos fenômenos sociais não é algo fácil de realizar, pois a realidade não acontece de maneira harmônica e homogênea nos lugares. Cada agente e elemento que edificam o espaço singularizam os fenômenos sociais, daí por que as pesquisas colaborarem na tentativa de revelar os fenômenos pela constituição das análises (sínteses). Ressalta Seabra (2001, p.13) que “conhecer a realidade não significa necessariamente desvendar a verdade de forma clara e transparente, mas parte dela”. Os conflitos pela terra e as resistências em Tatajuba – ajudam a desvendar a produção espacial do território litorâneo cearense pelo turismo. Os recortes são necessários, pois a ciência “[...] não alcançando dominar o

todo, avança por meio da estratégia aproximativa das relevâncias discerníveis" (DEMO, op. cit., p.33).

Neste segmento da dissertação, trabalha-se a formulação metodológica para o desenvolvimento da pesquisa, assim como a narração dos momentos que possibilitaram o caminhar da pesquisa e elaboração da análise. Nesse sentido, priorizou-se como método de investigação a abordagem qualitativa, por intermédio da etnografia, voltada para estudos de comunidades inseridas em conflitos pela terra, acirrados pelo processo de captação de espaços litorâneos para o uso turístico.

2.1 A Pesquisa Etnográfica e a Abordagem Qualitativa

As realidades sociais, traduzidas por suas expressões, símbolos e culturas no espaço, são representações complexas. Para analisar processos sociais, deve-se buscar a compreensão da totalidade para que os fenômenos não fiquem descontextualizados, mesmo com o estudo de realidades microscópicas. Nessa perspectiva, "necessita-se, sobretudo, formular conceitos que nos orientem a harmonizar e integrar estratégias capazes de lidar com as complexidades do processo social e os elementos da forma espacial". Essa é uma das contribuições de Harvey (1980, p.17) para a formulação de métodos de pesquisa da análise do espaço geográfico.

O real, em sua plenitude, apresenta-se ao pesquisador como algo caótico e complexo, que a pesquisa e a explicação buscam desvendar. Morin (2003, p.148), estudioso francês da Teoria da Complexidade, estuda o processo dialético de compreensão da realidade complexa e salienta que

> [...] a complexidade é a união da simplicidade e da complexidade; é a união dos processos de simplificação que são a seleção, a hierarquização, a separação, a redução, com os outros contraprocessos que são a comunicação, que são a articulação do que está dissociado e distinguido e é o escapar à alternativa entre o pensamento redutor que só vê os elementos e o pensamento globalista que vê o todo.

Na busca da compreensão da complexidade do empírico, subsidiada pelo entendimento acerca de metodologia e método, e pela aplicação da fase exploratória, optou-se pelo método de investigação etnográfico, com abordagem qualitativa, sendo que os dados precisam de interpretação. Para Haguette (1987, p.55), "os métodos qualitativos enfatizam as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser". A autora (idem, ibid) ressalta que os qualitativistas garantem que essa abordagem é capaz de

> [...] fornecer uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social face à configuração das estruturas societárias, seja a incapacidade da estatística de dar conta dos fenômenos complexos e dos fenômenos únicos.

No mesmo sentido, Lüdke e André (op.cit, p.13), embasados pelas definições de Bogdan e Biklen (1992), explicam que

> A pesquisa qualitativa ou naturalística envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes. Entre as várias formas que podem assumir uma pesquisa destacam-se a do tipo etnográfico e o estudo de caso.

A metodologia etnográfica adequa-se à investigação de comunidades e suas representações. Essa abordagem na Geografia possibilita enriquecer a análise da realidade estudada pelos geógrafos, especialmente quando se trata da realidade de uma cultura particular (NOGUEIRA, 2003). Para esta metodologia, a observação participante, as entrevistas, a história oral e a história de vida são as principais técnicas e foram aqui utilizadas, em momentos específicos da pesquisa. Vale

salientar que “as técnicas qualitativas contribuem para captação dos fenômenos, dando sentido à noção de *processo*” (HAGUETTE, op. cit, p.75).

A metodologia etnográfica apresenta caminhos para a percepção das características e estratégias das culturas[2], contribuindo na análise das práticas cotidianas das comunidades. No litoral cearense, identificações culturais foram constituídas. As comunidades pesqueiras, mesmo com o pluralismo econômico[3], sobrevivem diretamente dos recursos da natureza. Nas cidades, o urbano produz ligação secundária com a natureza, intermediada pelas atividades industriais que criam produtos para serem consumidos, acrescido do turismo e do consumo de serviços. Estas culturas entram em conflito quando uma tenta sucumbir a outra.

A metodologia etnográfica ajuda na percepção destas culturas e de suas estratégias, contribuindo para compreensão de conflitos e resistências nas comunidades, bem como o fenômeno da produção do espaço litorâneo. Oliveira (2001, p.17) revela que “o método assinala, portanto, um percurso escolhido entre outros possíveis. Não é sempre, porém, que o pesquisador tem consciência de todos os aspectos que envolvem este seu caminhar; nem por isso deixa de assumir um método”.

As análises etnográficas não se restringem apenas às comunidades tradicionais e/ou rurais, mas também, aos grupos urbanos, de imigrantes, das fábricas, de bairros, entre outros (BATZÁN, 1996). O autor (op.cit, p.18) revela que nos estudos etnográficos destacam-se dois momentos fundamentais: o processo e o produto. Ressalta-se o processo:

> O processo etnográfico corresponde ao trabalho de campo, realizado durante um tempo suficiente que permita conhecer a cultura de uma comunidade pequena. Nesse processo assinalamos um dos momentos

[2] Santos, J. L. d. (1983, p. 92) revela que “cada cultura é o resultado de uma história particular, e isso inclui também suas relações com outras culturas, as quais podem ter características bem diferentes”. Afirma ainda que a “cultura é um território bem atual”.

[3] Maldonado (1993, p.29) explica que “é bastante comum em grupos pesqueiros a prática do pluralismo econômico que consiste na coexistência ou alternância da pesca com agricultura, não sendo raros inclusive grupos em que empregam a atividade agrária ou agropecuária”.

> mais importantes, o acesso à comunidade, o diálogo com os informantes, o registro de dados e a observação participante.

Baztán (1996, p.3) explica que “a etnografia é o estudo (graphos) da cultura (ethos) de uma comunidade”. É conduzida pela observação participante, realizada na escala local, “onde os geógrafos podem realizar estudos das relações espaciais, no interior das localidades, e particularmente das relações diretas entre os homens e o espaço onde moram” (SERRA, 1991). As etapas do projeto etnográfico são: a delimitação do campo; a preparação e documentação, investigação (o campo), a conclusão (elaboração da ruptura com o campo) e análise dos dados e informações. A explicação exige uma introspecção no plano da abstração.

A Etnografia é uma metodologia essencialmente das ciências humanas e sociais, da qual a Geografia faz parte. Busca-se a compreensão dos fenômenos sociais na produção do espaço, do lugar, da paisagem, do território e do turismo. Para tanto, a metodologia etnográfica colabora para a obtenção desses propósitos. Outras características etnográficas são reveladas por Geertz (1989, p. 31), ao acentuar que este método “interpreta o fluxo do discurso social e a interpretação consiste em tentar *salvar “o dito*” num tal discurso da sua possibilidade de extinguir-se e *fixá-lo em formas pesquisáveis”.* Geertz (idem, ibid), acrescenta, ainda, que tal descrição pode ser *microscópica*.

Nas devidas proporções, a comunidade de Tatajuba, em Camocim-CE, apresenta-se como uma dessas micro-realidades, diante da *turistificação* do litoral, no entanto, para sua compreensão, é fundamental o embasamento teórico. Mostra Geertz (op.cit, p. 38) que “em etnografia, o dever da teoria é fornecer um vocabulário no qual possa ser expresso o que o ato simbólico tem a dizer sobre ele mesmo – isto é, sobre o papel da cultura na vida humana”. A pesquisa da comunidade sugeriu o método de interpretação crítico, fundamentado pelas categorias e conceitos de comunidade, lugar, paisagem, território e turismo, acrescidos da compreensão da complexidade da valorização, especulação e conflitos pela terra litorânea.

A constituição do objeto da pesquisa foi tecida pelas informações e dados colhidos no campo e nas pesquisas institucionais, respaldadas nos conceitos.

Atente-se para o comentário de Gomes (2000, p.368p) sobre a abordagem científica dos fenômenos, quando explica que

> [...] as realidades são completamente explicáveis e a ciência deve ser capaz de reconstituir os eventos a partir da enunciação de suas causas e de seus efeitos. Trata-se de traduzir, em uma linguagem clara, objetiva e geral, o movimento do real. O saber científico é sempre um produto da interface entre um conjunto de regras determinadas, o método e o objeto.

Na interface do método de interpretação com o objeto analisado valorizaram-se os aspectos qualitativos da pesquisa, mediante as fontes orais, complementadas pelos documentos coletados. A pesquisa foi realizada por uma trilha onde teoria e prática (empiria) caminharam concomitantemente. Nessa perspectiva, Demo (op.cit., p.27) revela que:

> Teoria e prática detêm a mesma relevância científica e constituem no fundo um todo só. Uma não substitui a outra e cada qual tem sua lógica própria. Nos extremos, os vícios do teoricismo e do ativismo causam os mesmos males. Não se pode realizar prática criativa sem retorno constante à teoria, bem como não se pode fecundar a teoria sem confronto com a prática.

A pesquisa revela a preocupação acadêmica em expressar a importância da ciência, na reconstituição e interpretação histórico-espacial das realidades e da metodologia, que, no dizer de Demo (op. cit., p. 24), significa que “todo cientista criativo e produtivo marca sua presença no mundo científico não só pela teoria e por vezes pela prática, mas também pela discussão metodológica”. O pensamento de Carlos (1999, p.62) confirma esta idéia quando expressa que “o trabalho intelectual, preocupado com a interpretação do mundo não produz sua transformação, mas é um passo importante na desmistificação e na descoberta do sentido das representações que permeiam a vida cotidiana no mundo moderno com seus modelos de felicidade e bem-estar”.

2.2 Os Momentos da Pesquisa

As pesquisas de campo na comunidade de Tatajuba foram momentos essenciais para apreensão dos relatos, das histórias e captação dos anseios do povo desse lugar, que são, contingencialmente, narradas no desenvolvimento deste estudo. O caminho metodológico revela detalhes da interação com os moradores, os diálogos foram momentos fundamentais para complementação dos dados e informações, além da elaboração da análise. Assim, foi possível estabelecer relações, selecionar informantes e textos, levantar fatos e histórias, mapear os campos de estudo, estabelecer os diálogos e fazer anotações de campo da história oral.

Em agosto de 2004, em parceria com a organização não-governamental – Instituto Terramar, viveu-se as experiências locais. Foram realizadas coletas de depoimentos, por meio de entrevistas, com o objetivo de reconstituir a história da comunidade e conhecer os seus conflitos com os especuladores imobiliários. Foram diálogos demorados e prazerosos, que ajudaram na maturidade da pesquisadora para a elaboração das análises.

"A entrevista pode ser definida como um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações, por parte do outro, o entrevistado" (HAGUETTE, op. cit., p.75). As trocas de informações, a escuta da forma simples do modo de falar dos residentes da comunidade, conduziram o contato informal para um diálogo, que resultou em laços de amizade. Além do depoimento oral, o registro da comunidade, realizou-se pela documentação fotográfica, que possibilitou pormenorizar detalhes da realidade pesquisada e formar um arquivo imagético de paisagens, das atividades econômicas (pesca, a coleta de mariscos, agricultura, comércio e o turismo), da infra-estrutura de serviços na comunidade, das moradias, do lazer e da população.

No segundo momento, em novembro de 2004, teve-se a oportunidade de aprofundar as observações participantes e conhecer uma das principais manifestações culturais das comunidades de pescadores - a Regata Ecológica. Registrou-se o fluxo de visitantes e turistas à comunidade. Observou-se a relação

entre visitantes e residentes. Compreendeu-se melhor os laços de afetividade familiares, entre membros que, mesmo sem morar na comunidade, no período da regata, retornam para visitar os parentes e prestigiar o movimento cultural.

Neste segundo contato, foram identificadas as lideranças, conquistadas amizades, facilitando-se, assim, as descobertas. As entrevistas, filmagens e gravações contribuíram para a reconstituição da história de luta pelas terras. Trabalhou-se a história oral do lugar. Haguette (op.cit, p.83) explica que "a história oral é uma técnica de coleta de dados baseada no depoimento oral, gravado, obtido através da interação entre o especialista e o entrevistado; ator social ou testemunha de acontecimentos relevantes para a compreensão da sociedade". Esta reconstituição histórica foi motivo de prazer para os informantes, que se sentiam felizes de contribuir com a pesquisa, e se no início, pareciam inseguros, desconfiados, temerosos, ao final do trabalho contavam com segurança e prazer, o que lembravam sobre o lugar.

A terceira viagem realizou-se em fevereiro de 2005. Na ocasião colheu-se informações para subsidiar o diagnóstico socioeconômico e cultural da comunidade. Atividade desenvolvida pelo Instituto Brasileiro do Meio do Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, juntamente com o Instituto Terramar, que a pesquisadora teve a oportunidade de participar. Tal diagnóstico tem por objetivo implantar uma Reserva Extrativista – RESEX. Nesse momento, constatou-se graves conflitos e desentendimentos internos, alguns moradores até, negaram-se a responder a pesquisa. Foi possível perceber os conflitos internos em maior intensidade, o que elucidou a análise das ações dos agentes sociais produtores do espaço litorâneo, compreendendo seus mecanismos e estratégias na valorização e especulação do litoral.

Neste terceiro momento, verificou-se que a comunidade não é um todo harmônico, mas uma realidade de incessantes conflitos entre os que detêm poder e os que são subordinados. Os primeiros articulam estratégias quase imperceptíveis aos olhos comuns. Esta realidade é explicada por Silva (2001, p. 50), ao ressaltar o papel das análises geográficas, explica que

> [...] deverá preocupar-se com a natureza em todas as suas instâncias. O espaço geográfico é constituído de totalidades capitalistas e não-capitalistas tem a sua produção-reprodução realizada por meio do trabalho dos homens dialeticamente coisificados para o sistema e humanizados para si mesmos, onde a luta da natureza humana pela sua plenitude de vida se dá dentro e fora da atividade produtiva, dentro e fora de si mesmos, do seu corpo, da sua natureza.

Na apreensão da realidade, buscou-se indicadores e informações, coletados em pesquisas institucionais e bibliográficas, pois, como revela Kourganoff (1961, p.68), "todo resultado científico mergulha as raízes, ao mesmo tempo nos trabalhos anteriores e nas descobertas feitas em outros campos". Diz ainda esse teórico que "o caráter cumulativo da ciência permite-lhe progredir pela comunhão dos esforços de inúmeros pesquisadores. É uma obra coletiva" (op. cit., p.71). Assim, a coleta de dados institucionais ocorreu nas seguintes instituições: Banco do Nordeste – ETENE / BN, Secretaria de Turismo do Estado do Ceará – SETUR, Fundação Instituto de Pesquisa e Informação do Ceará - IPLANCE, atual Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE, Instituto Terramar, CDPDH - Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos, Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE, NEA/IBAMA - Núcleo de Educação Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, IDACE – Instituto de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará, entre outras. Nessas instituições, foi possível realizar pesquisas, catalogações cartográficas e documentais, além de coletar depoimentos e informações.

Utilizou-se, ainda, o acervo bibliográfico, fonográfico e hemerográfico do Laboratório de Estudos do Território e Turismo – NETTUR/UECE e de outras bibliotecas (UECE, UFC, CAEN). Documentos foram utilizados como o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Camocim – PDDU, Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo e Sustentável do Pólo Costa do Sol – PDTIS (Avaliação do PRODETUR I), Diagnóstico Sócio-Ambiental Participativo, realizado pelo Projeto Gestão Costeira Sustentável e o Dossiê do Conflito Fundiário da Comunidade de Tatajuba de 2001-2003, documentos elaborados pelo Instituto Terramar, relatórios de pesquisa – NETTUR, a Ata da audiência pública que ocorreu em 2001, em Camocim, dissertações, teses, reportagens, *sites,* entre outros. Revelando a

importância dos documentos na pesquisa científica, Lüdke e André (1983, p.39) explicam que:

> Os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentam afirmações e declarações do pesquisador, representam ainda uma fonte "natural" de informação. Não são apenas uma fonte e informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto.

Esses autores (op.cit, p.38) revelam que a análise documental é realizada a partir de "quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano". Os documentos coletados foram imprescindíveis para confirmação dos fatos e inferências da realidade do fenômeno observado na pesquisa. Neste sentido, foi possível identificar, com maior evidência, o conflito em todo o litoral cearense, sobretudo na comunidade de Tatajuba, em Camocim, entre os anos de 1980 a 2006. Entende-se, como ressalta Silveira (2000, p.23), a necessidade da "produção de um esquema histórico, não apenas lógico, capaz de apreender a lógica da história ou, em outras palavras, a carência do real". Nesse sentido, elaborou-se um quadro com a síntese cronológica de todos os fatos históricos, além das estratégias e dos encaminhamentos do conflito vivenciado em Tatajuba.

A quarta viagem a Tatajuba ocorreu em janeiro de 2006, com a presença da orientadora da pesquisa. Teve por objetivo complementar e conferir as informações, coletar pontos no GPS[4] para elaboração de mapas da comunidade; elaboração de filmagem para composição de vídeo sobre as comunidades litorâneas; coleta de depoimentos da história de vida dos pescadores, lideranças e proprietários de negócios turísticos; visita aos novos equipamentos turísticos (pousada e barraca); elaboração de documentação fotográfica dos atrativos turísticos; complementação do quadro da cronologia dos acontecimentos históricos e dos conflitos em Tatajuba, a partir dos depoimentos dos moradores das lideranças comunitárias. Realizou-se, ainda, pesquisa na comunidade vizinha, com o intuito de conhecer as relações de Tatajuba com a internacionalmente conhecida Jericoacoara e com a Sede do Município de Camocim.

[4] Sistema de Georreferencialmento por Satélite, utilizado para marcação de pontos vetores na elaboração de mapas em programas de computadores como o ArcView e CorelDRAW.

Nesse momento, em Tatajuba, reconstituiu-se um pouco mais das histórias de vida dos habitantes. Captaram-se peculiaridades da vida do pescador, além de se fazer a complementação de informações coletadas nas viagens anteriores. Lembra Haguette que “a história de vida pode ser enfocada, pelo menos dentro de duas perspectivas. A primeira, a mais usual, é tratá-la como documento e, a segunda, como técnica de captação de dados” (op.cit., p. 69). Diz ainda a autora que, “a história de vida atende mais aos propósitos do pesquisador que do autor e está preocupada com a fidelidade das experiências e interpretações do autor sobre seu mundo” (idem, ibid). As histórias eram contadas pelos residentes a pedido da pesquisadora.

As tabulações dos dados coletados e a triagem dos depoimentos deram continuidade ao exercício da prática analítica com o confronto entre os dados e informações, buscando-se compreender a problemática pesquisada. Geertz (op.cit., p,29) releva que “o etnógrafo *inscreve* o discurso social: ele o anota. Ao fazê-lo, ele o transforma de acontecimento passado, que existe apenas em seu próprio momento de ocorrência, em um relato, que existe em sua inscrição e que pode ser consultado novamente”. Seguindo no mesmo sentido, do registro da vida social, Coulon (1995, p.111) confirma, ao dizer que:

> Na medida em que essa corrente (etnográfica) tem como objetivo mostrar os meios utilizados pelos membros para organizar a vida social em comum, a primeira tarefa de uma estratégia de pesquisa etnometodológica é descrever o que fazem seus membros.

O discurso social foi inscrito e exposto a partir da “historicização” do lugar Tatajuba, caracterização de sua paisagem litorânea como objeto do turismo, o processo de valorização e conflitos territoriais; as intervenções do Estado mediante políticas do turismo, além dos conflitos e contradições do desenvolvimento da *turistificação* dos espaços litorâneos. Este método ajuda a “tirar grandes conclusões a partir de fatos pequenos, mas densamente entrelaçados [...]”, anota Geertz (op.cit, p.38). Entende-se que o desvelar de uma comunidade como Tatajuba pode significar mais um passo na formulação do conhecimento dos lugares turísticos, dos conflitos

de uso e ocupação pela terra litorânea, e, sobretudo, o papel do turismo nesse contexto.

No corpo desta dissertação, apresentam-se os conteúdos, falas, depoimentos e imagens da realidade pesquisada. Ressalta-se que os nomes dos depoentes foram suprimidos para preservar suas identidades e posicionamentos. Analisa-se com abordagem teórico-crítica, buscando conhecer, interpretar e analisar a produção do espaço litorâneo para o turismo, tendo como principais atores os moradores da comunidade de Tatajuba, em Camocim-CE.

3. TATAJUBA: O LUGAR E SUA PAISAGEM

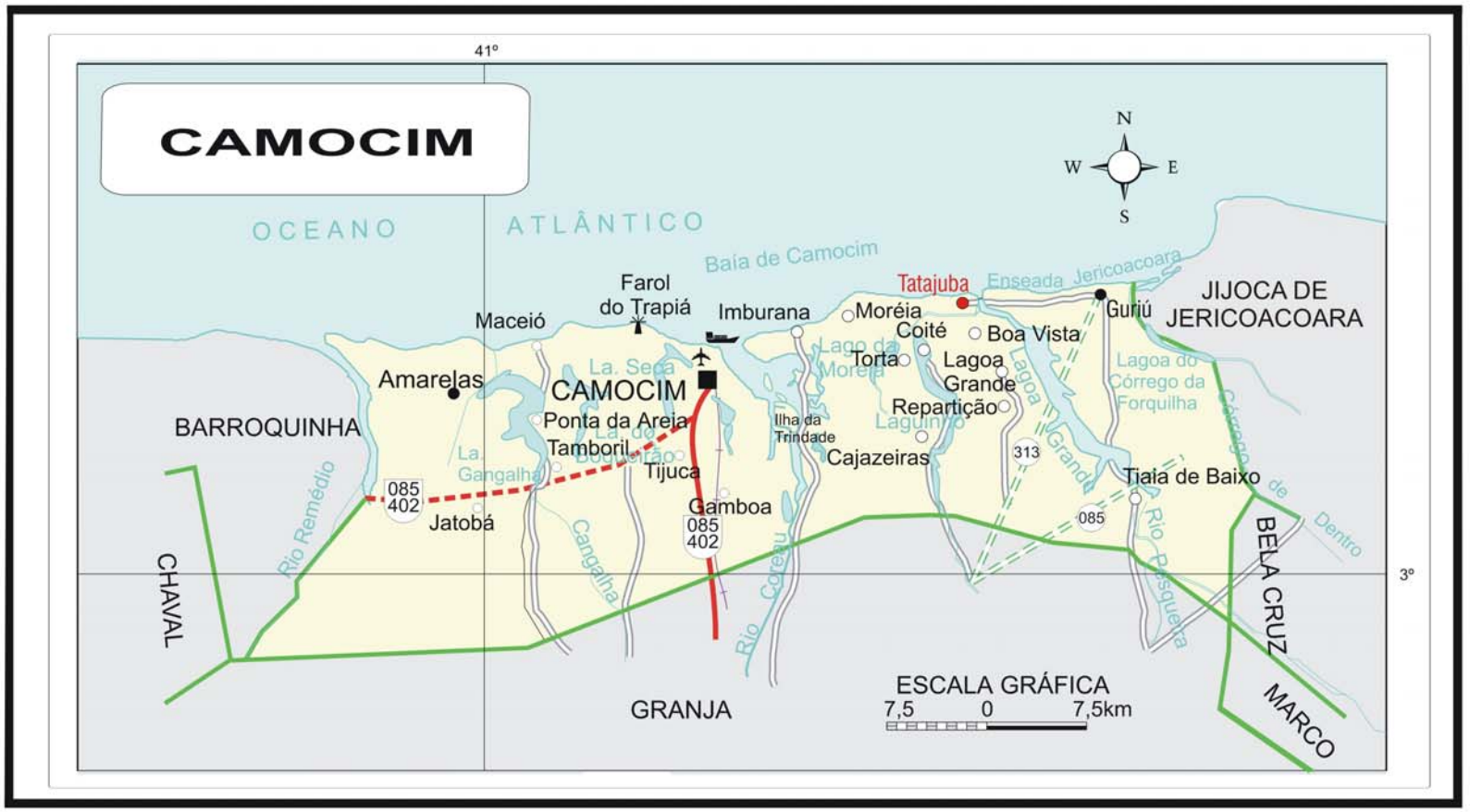
Tatajuba é um lugar[1] onde predomina natureza conservada. Dunas, lagoas, rio, gamboa, praia e mangues compõem o conjunto de morfologias desse recanto, considerado paradisíaco para o turismo. Trata-se de uma comunidade formada por pescadores e agricultores. No sentido leste-oeste, pelo litoral cearense, a comunidade situa-se após a praia de Jericoacoara, no Distrito de Guriú, Município de Camocim. Após Tatajuba, existem outras comunidades, a do Maceió, Coité, Torta, Imburanas e das Moréias, antes de chegar no estuário do rio Coreaú, lugar chamado de "Ilha do Amor". No mapa 01, pode-se observar onde se localiza esta vila de pescadores, no Município de Camocim.

Camocim é o penúltimo município do litoral oeste, quase fronteira com o Piauí, não fora o desmembramento de Barroquinha. Neste município, localiza-se a comunidade de Tatajuba, que dista 18 km da sede e está cerca de 340 km de distância de Fortaleza, capital do Estado, indo pela praia. Camocim tem uma área absoluta de 1.123,94 km² de extensão (IBGE, IPECE, 2005) e está subdividido politicamente pelos Distritos de Amarelas, Sede (Camocim) e o Guriú. A Sede localiza-se à margem esquerda do rio Coreaú, próximo da foz. "O Rio Coreaú divide o Município quase ao meio, dificultando a ligação da sede com o distrito de Guriú, localizado a leste, margem direita do Rio" (GOVERNO ...., PDITS, 2003). Camocim limita-se ao norte com o oceano Atlântico; ao sul com Granja; ao leste com Bela Cruz e Jijoca de Jericocoara e ao oeste com Barroquinha, conforme o mapa 01.

O caminho mais rápido para Tatajuba é pela praia de Jericoacoara. Leva-se aproximadamente seis horas de viagem, saindo de Fortaleza. Por essa trilha tem-se a oportunidade de observar as paisagens das praias cearenses, litoral oeste. Após passar por Jericoacoara, percorre-se a distância de 12 km até a vila do Guriú, atravessando-se de balsa (movida a força humana) o lago da Forquilha – conhecido como lago do Urubu, percorrendo-se mais 18 km pela praia e após esperar a maré baixar, atravessa-se a gamboa para chegar ao centro da vila de Tatajuba.

[1] Para Santos (2002, p.152), "o lugar é, antes de tudo, uma porção da face da terra identificada por um nome. Aquilo que torna o lugar" específico é um objeto material ou um corpo. Uma análise simples mostra que um "lugar" é também um grupo de "objetos materiais".

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE
Pro-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa - PROPGPq
Mestrado Acadêmico em Geografia - MAG
Laboratório de Estudos do Território e Turismo - NETTUR



FONTE: IPLANCE, 1998.
ELABORAÇÃO: ELUZIANE MENDES
LUZIANEIDE CORIOLANO, 2006.
EDIÇÃO: ARIDENIO QUINTILIANO, 2006.

Um outro caminho é pela CE-085, denominada como rodovia estruturante, chega-se ao município de Granja, no distrito de Parazinho, percorrendo 25 km de estrada vicinal, passando por campos de dunas móveis e semifixas. Todos os acessos são difíceis, portanto necessária a utilização de carros com tração e bons condutores.

Os outros acessos são pela sede de Camocim, onde se pega a balsa que faz a travessia pelo rio Coreaú, chegando à Ilha do Amor. Nessa ilha *buggies* são alugados para fazer passeios turísticos para Tatajuba e Jericoacoara. O preço varia entre setenta e cento e oitenta reais, dependendo do roteiro escolhido, conforme informações locais (PESQUISA...., 2006). O mapa 02 apresenta o roteiro e as trilhas mais utilizadas para se chegar a Tatajuba, realizadas durante as viagens de campo. Nesse roteiro, são apresentados meios de transporte e alguns elementos que constituem a paisagem desse lugar. O último caminho é geralmente feito pelos próprios moradores, após pegarem a balsa, em Camocim, atravessam o rio Coreaú, chegam no Sítio São Mateus onde existem carros particulares de moradores da comunidade e adjacências, chamados de lotação, que fazem transporte coletivo.

Chegar a Tatajuba é uma grande aventura, não é tarefa simples. No século XXI, quando todas as facilidades da tecnologia colaboram para que se chegue a qualquer lugar, estas dificuldades são consideradas atrativos turísticos. Os caminhos que levam à comunidade são caracterizados pela aventura, que se deve conquistar. Foi no início do século XX que pescadores desbravaram o caminho das dunas para encontrar em Tatajuba um lugar perfeito para a produção da pesca e da lagosta. Os moradores asseveram que a pesca foi uma das principais motivações da formação da vila. Os relatos coletados informam que as primeiras famílias a chegarem nesse lugar vieram de núcleos de povoamento dos arredores, atraídos pela pesca em abundância, o que estimulou a formação da comunidade.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE
Pro-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa - PROPGPq
Mestrado Acadêmico em Geografia - MAG
Laboratório de Estudos do Território e Turismo - NETTUR

FONTE: IPLANCE, 1998.
ELABORAÇÃO: ELUZIANE MENDES
LUZIA NEIDE CORIOLANO, 2006.
VETORIZAÇÃO E EDIÇÃO: ARIDENIO QUINTILIANO, 2006.

Na fig. 1 e fig. 2, observam-se o rio Coreaú e ao fundo a paisagem da beira-rio de Camocim e o barco que faz as travessias com os moradores, visitantes e turistas que vão para a Ilha do Amor.

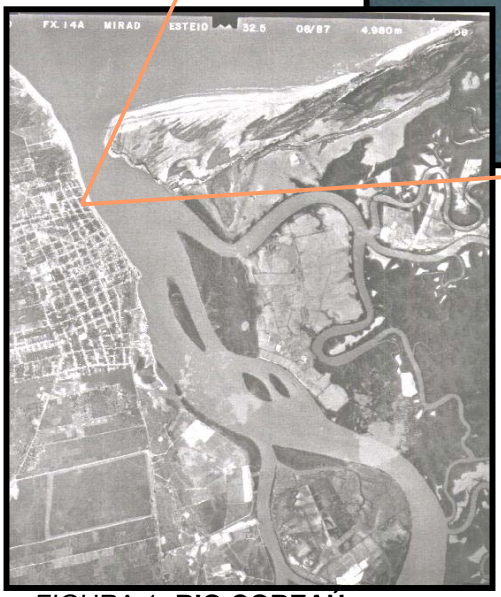


FIGURA 1- **RIO COREAÚ**
FONTE - Jeovah Meireles, 2002

FIGURA 2 - **Rio Coreaú e vista da Beira-Rio de Camocim.**
FONTE - Eluziane Mendes, Ago./ 2004

A história oral da comunidade tem por marco o ano de 1902, quando a ocupação deu origem a dois núcleos: Cabaceiras de Cima e Cabaceiras de Baixo. A primeira assim denominada por localizar-se à margem direita de uma gamboa, com topografia mais elevada; e a segunda, no lado esquerdo, com topografia mais baixa. A toponímia surgiu da existência de muitas plantas de cabaça (*crescentia cujete*) nas proximidades da praia, registrada por uma das primeiras famílias, assentada ao lugar - a Carneiro. A fig. 3 apresenta três pequenas casas de taipa desocupadas,

que simbolizam a origem da formação da comunidade, por suas antigas ocupações, constatando, assim, a permanência, uso e ocupação das terras de Tatajuba.

FIGURA 3 - **Antigas casas de pescadores de Tatajuba**
FONTE - Eluziane Mendes, Ago./ 2004

No ano de 1930, a comunidade decidiu mudar o nome do vilarejo de Cabaceiras para TATAJUBA, em razão da abundância dessa árvore na praia. Girão (1971, p.34), pesquisador da História cearense, descreve as características dessa espécie vegetal assim:

> a tatajuba, ou pau de tinta, é madeira de cor amarela, da família das urticáceas (C*horophora tinctoria Gand),* conhecida em Sergipe por moreira e em Pernambuco por espinheiro bravo. O nome tem outras variantes - tataíba, tatajuba, tataí, tatarema ... Fornece boa matéria corante amarela, apropriada para tinturaria, sendo também utilizada em construções.

Em algumas localidades do litoral de Camocim, existe a árvore Tatajuba, dando origem à denominação desse lugar, conforme se verifica na fig. 4, a árvore Tatajuba (*Chorophora tinctoria Gand).*

FIGURA 4 - **Árvore Tatajuba** (*Chorophora tinctoria Gand).*
FONTE - Eluziane Mendes, Ago./ 2004

Os depoimentos dos moradores revelaram que, na formação da comunidade de Tatajuba, também fez parte um morador proveniente do Rio Grande do Norte. Uma nativa do lugar, a simpática senhora apelidada de Tia Bio, da família "Carneiro", fez menção à primeira organização da comunidade e, como se dava a moradia, pelo respeito entre os membros mais antigos que concediam permissão para posse[2] de terras dos novos moradores. Na entrevista concedida em novembro de 2004, a Sra. Maria Albuquerque Carneiro (Tia Bio), assim expressava:

> Eu tenho 76 anos. Nasci e me criei aqui. Meu pai, ele se engraçou com minha mãe e casou-se. Quando a gente veio morar lá no alto. Só que eu não me lembro a quanto tempo, que tempo, que ano papai casou-se. Mas, que nós veio pra cá, o filho mais velho é de 1927 e eu sendo de 1928. De lá nós saímos do Alto e viemos pra cá, na era de 1934. Era, também, do compade José Chico Gerevais. O morador aqui, era o papai, era o meu padrim Timóteo. Só tinha esses, quando a gente chegou aqui, eu só conheci uma casinha que o finado José Ivo tinha morado. Mas, os morador foi o meu pai e meu padrim, dois irmão (Moradora de Tatajuba, PESQUISA ..., 2004).

A depoente refere-se ao local denominado Alto, retratando o lugar onde se localizava a antiga Cabaceiras de Cima, e que, entre os primeiros moradores,

[2] Diegues (2002, p.85) esclarece que, "para as sociedades tradicionais de pescadores artesanais, o território é muito mais vasto que para os terrestres e sua "posse" é mais fluída. Apesar disso, ela é conservada pela *lei do respeito* que comanda a ética reinante nessas comunidades".

estava sua família. A identidade com o lugar revela-se ao contar a história de vida dos moradores de Tatajuba. “Deste modo, a relação social realiza-se praticamente, e esse processo revela uma articulação espaço-tempo iluminando o plano do vivido: a vida cotidiana e o lugar” (CARLOS, 2004, p.47). Compreende-se que o “plano do cotidiano do habitante constitui-se no lugar produzido para esta finalidade, e nesta direção, o lugar da vida constitui uma identidade habitante-lugar” (CARLOS, idem, ibid).

“Cada lugar é, à sua maneira, o mundo”, como enfatiza Santos (2002, p.314). Nesse sentido, deve-se buscar a compreensão dos elementos que singularizam os lugares, e ao mesmo tempo, os elementos que o aproximam do mundo, encontrando os seus significados. Maldonado (1993), em estudos sobre comunidades pesqueiras, ressalta que a noção de lugar é fundamental na análise de comunidades e assinala que “o lugar, a existência local dos fenômenos tanto no espaço físico como no espaço social é que lhes confere essência, significado e transcendência. É localmente que nos situamos e é localmente que as coisas acontecem” (1993, p.34). Acrescente-se que, localmente, se percebem no empírico as contradições do mundo, e, ao dizer de Santos (2005, p.161), “hoje, certamente mais importante que a consciência do lugar é a consciência do mundo, obtida através do lugar”.

Os moradores de Tatajuba se denominam de comunidade tradicional de pescadores. Para tanto, é importante compreender o sentido do que seja “comunidade” e de “tradicional”; sendo esta explicada por Diegues (2002, p.89), como “um dos critérios mais importantes para definição de culturas ou populações tradicionais, além do modo de vida, é, sem dúvida, o *reconhecer-se* como pertencente àquele grupo social particular”. Complementa Coriolano (2004, p.240), ao refletir sobre o conceito de comunidade, revelando-o desta forma:

> A comunidade é um grupo social residente em um pequeno espaço geográfico cuja integração das pessoas entre si, e dessas com o lugar, cria uma identidade tão forte que tanto os habitantes como o lugar se identificam como comunidade. Assim, quando se fala da comunidade de Guajiru, de

> Icapuí ou de Guaramiranga e de Canto Verde, ou Redonda, por exemplo, fala-se ao mesmo tempo do povo e do lugar.

Atenta-se para as contradições da sociedade capitalista, reproduzidas nas comunidades. Existe uma tendência em reportá-las pelos elementos de solidariedade e cooperação entre seus membros, mas, para Souza, M. L. de. (2004, p.63) "o realce à solidariedade, coesão e existência de interesses comuns, desconhecendo esta realidade, tende a conduzir a ação social promovida ou a ser promovida à reprodução da ordem social". Ao buscar compreender as comunidades, é fundamental considerar os seguintes princípios:

> A comunidade não é realidade autônoma que possa se traduzir em elementos distintos da própria sociedade na qual se situa. A sociedade, no entanto, se expressa em situações sociais diversas, algumas das quais assumem características específicas. A comunidade é uma dessas situações. Nesse sentido, a compreensão da sua realidade supõe a compreensão da realidade global. Por sua vez, também as suas particularidades próprias atuam sobre essa realidade (SOUZA, M. L. de, op.cit, p.64)

A comunidade de Tatajuba, mesmo com todas as dificuldades de acesso, reproduz em proporções diversas as relações capitalistas. Diegues (2002, p.83) explica o que são as "culturas tradicionais", nesse contexto:

> [...] as culturas tradicionais estão associadas a modos de produção pré-capitalistas, próprios de sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria, onde há grande dependência do mercado já existente, mas não é total. Essas sociedades desenvolveram formas particulares de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente o lucro, mas a reprodução social e cultural; como também percepções e representações em relação ao mundo natural marcadas pela idéia de associação com a natureza e dependência de seus ciclos.

As práticas cotidianas nas vilas de Tatajuba evidenciam associação e dependência dos ciclos da natureza, além de gradativa ampliação de seus meios de sobrevivência e a inclusão no trabalho-mercadoria. Sua história, sua paisagem e seu lugar são analisados, complementando-se com a documentação fotográfica.

3.1 As Vilas de Pescadores e suas Práticas Cotidianas

Na década de 1978, os moradores de Tatajuba tiveram que se deslocar em virtude do movimento das dunas que migravam em direção às casas, do lado leste para oeste, soterrando-as, até mesmo a Igreja, cujo padroeiro é São Francisco. A gamboa[3] de Tatajuba teve seu curso deslocado e, resultou na divisão da vila[4] em quatro núcleos: o de Tatajuba (também chamada de Nova Tatajuba), Vila São Francisco, Vila Nova e Baixa da Tatajuba, favorecendo a passagem das dunas, livrando as casas de futuros soterramentos.

A vila central de Tatajuba divide-se em dois núcleos, o que fica de frente para o mar, nas áreas da praia e pós-praia, e o outro em cima dos terraços holocênicos com cobertura florestal. Juntos, os núcleos, formam aproximadamente 80 casas. Essa vila é considerada o centro do povoado, onde estão concentrados os principais serviços e equipamentos urbanos, como: posto de saúde (com dois agentes de saúde); Escola Gregório Pedro Alexandrino (Ensino Fundamental e Médio, além de cursos para Educação de Jovens e Adultos, com capacidade de até 150 alunos). A praça foi construída em 1994, com gerador para televisão comunitária; comércio de óleo e gasolina (ver fig. 5), três barracas na praia; duas mercearias; um bar; quatro pousadas e duas casas com quartos de aluguel para turistas, ou seja, um vilarejo. No mapa 03, podem ser observadas a localização das vilas de Tatajuba e sua distribuição espacial.

[3] A gamboa é a influência das águas do mar adentrando o continente. Mistura-se com águas de origem continental, formando um ambiente fluviomarinho, resultando no aparecimento do ecossistema manguezal.

[4] Pelas características apresentadas pelo aglomerado que constitui as vilas de Tatajuba, caracteriza-se pelo IBGE (2000, p.17) como um povoado, isto é, " aglomerado rural isolado que corresponde a aglomerados sem caráter privado ou empresarial, ou seja, não vinculados a um único proprietário do solo, cujos moradores exercem atividades econômicas, quer primárias, terciárias ou mesmo, secundárias, no próprio aglomerado ou fora dele. O aglomerado isolado rural isolado do tipo povoado é caracterizado pela existência de serviços para atender aos moradores do próprio aglomerado ou de áreas rurais próximas".

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE
Pro-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa - PROPGPq
Mestrado Acadêmico em Geografia - MAG
Laboratório de Estudos do Terriório e Turismo - NETTUR

FONTE: IBAMA, 2005.
ELABORAÇÃO: ELUZIANE MENDES
LUZIANEIDE CORIOLANO, 2006.
VETORIZAÇÃO E EDIÇÃO: ARIDENIO QUINTILIANO, 2006.

FIGURA 5 - **Ponto de venda (óleo e gasolina)**
FONTE - Luzia Neide Coriolano, Jan./2006

A comunicação é realizada por meio do telefone público, instalado em 1998, dez telefones celulares, pelas estações de rádio de Camocim que, ao receber cartas, avisam aos moradores, para buscarem na rádio ou em casas de parentes. Entre vizinhos, a comunicação acontece pelas conversas na calçada, ao cair da tarde, e pelos diálogos entre os pescadores ao contar suas aventuras e perigos vivenciados no mar.

O posto de saúde fica ao lado do colégio. Um médico, do Programa Saúde da Família-PSF, realiza consultas na comunidade duas vezes por mês, acompanhado por uma auxiliar de enfermagem e uma atendente. Os casos mais sérios são encaminhados para a sede de Camocim ou Sobral. O único reforço recebido pela comunidade é a existência de dois agentes de saúde, um mora na Baixa Tatajuba e outro em Vila Nova. Com a dificuldade de atendimento médico, são as rezadeiras, curandeiras que “curam” pela fé dos moradores, o que contribui para minimizar problemas, receitando remédios caseiros, utilizando ervas medicinais como: corama, malva, gergelim, casca de laranja, entre outras. A fé é manifestada pela presença de duas igrejas, uma católica, cujo padroeiro é São Francisco, e uma evangélica.

Em Tatajuba os moradores sobrevivem, principalmente, da pesca, coleta de mariscos, comércio e trabalhos públicos na escola e no posto de saúde. A agricultura nessa área, de praia e pós-praia, não possui expressividade, em razão das condições de baixa fertilidade do solo. No núcleo central, estão duas das associações comunitárias, a ACOMOTA – Associação Comunitária dos Moradores de Tatajuba e o Conselho Comunitário, além do Conselho Litúrgico, da Igreja Católica. Os compromissos religiosos são tidos como lazer para a maioria da comunidade.

Na comunidade o lazer é mediado pela cultura dos povos do mar e a cultura urbana. Como necessidade básica, o lazer é realizado nos banhos de mar, caminhadas nas praias, regatas, festas do padroeiro São Francisco, nos forrós, festas juninas, além das conversas nas calçadas. Na figura 6, observa-se a igreja e na figura 7, a praça, utilizada para o lazer na comunidade.

FIGURA 6 - **Igreja católica, Tatajuba-CE**
FONTE - Eluziane Mendes, Nov./2004

FIGURA 7 - **Praça de Tatajuba**
FONTE- Eluziane Mendes, Nov./2004

A sociedade de consumo transforma o lazer em mercadoria, passando a ser denominado de turismo. O turismo necessita de serviços e equipamentos, tais como pousadas, hotéis, parques, *resorts.* Estes equipamentos vêm chegando a Tatajuba e muitos outros estão projetados para serem implantados em Camocim.

A TV é um elemento difusor de informações na comunidade. A instalação da energia elétrica, em 1997, beneficia 70% do povoado. A luz do luar ainda ilumina

a comunidade, acompanhando moradores e visitantes nas noites, pois não existe energia pública entre as casas das vilas. Onde há energia elétrica, 60% possuem televisores e existem cerca de 15 antenas parabólicas na comunidade, sendo essa uma das principais diversões nas noites das famílias, e, ainda, um difusor de idéias urbanas. Ao reportar-se à importância da TV, no cotidiano das famílias, Carlos (op.cit.,p.59-60) revela que:

> O universo da vida cotidiana se transforma abruptamente, novas relações, mas também novos objetos e valores. A invasão da TV que aos poucos vai assumindo lugar importante na vida das pessoas ocupando o lugar de "honra" na sala de visitas, torna-se o centro de todas as atenções e cuidados, diante dela os olhares se fixam, lábios selam-se e a imagem preenche ausências – seu todos poder mágico é contagiante.

Ver TV é um dos lazeres dos residentes, mas, apesar de sua presença, algumas atividades de subsistência são consideradas lazer, no instante em que, as práticas de pescar, coletar e plantar são realizadas com satisfação e prazer. É o próprio pescador que comanda seu ritmo, associando-se à cadência da natureza.

Necessidade básica, o lazer é vivido no cotidiano, por intermédio do uso dos lugares, como apropriação do vivido, da praia, lagoas, entre outros elementos presentes na comunidade. A prática do lazer é realizada nas praias e lagoas. O fazer turismo configura-se como "uma forma elitizada de lazer. É uma modalidade de entretenimento que exige viagem, deslocamento de pessoas, consumo do tempo livre e o uso de um equipamento por mínimo que seja como transporte e hotéis", (CORIOLANO,1998, p.115), e somente os que detêm poder aquisitivo podem se servir dessa mercadoria, constituindo-se elementos presentes na relação de troca para o lazer. Os turistas na comunidade são originados de diversos Estados e países, que chegam em Jericoacoara e realizam passeios a Tatajuba.

A educação formal dos moradores da comunidade é vivenciada na Escola Gregório Pedro Alexandrino, em Tatajuba, com dez funcionários, sendo que sete são professores, dentre eles cinco concursados. A escolaridade desses profissionais: dois com ensino médio científico, um com pedagógico, um com nível superior em Pedagogia e três fazendo faculdade de pedagogia na UVA – Universidade Vale do

Acaraú. A Educação de Jovens e Adultos-EJA (8ª e 7ª séries) e Ensino Médio é um dos programas realizados na escola. Os diretores afirmaram que houve cerca de 15% de evasão escolar, em 2004. Declararam que os principais motivos são: a distância da escola e a falta de preocupação dos pais com os filhos adolescentes. O bolsa-escola contribui para permanência dos alunos na escola. Existe conselho escolar, formado pelos pais, professores e alunos (15 pessoas), cujo objetivo é fiscalizar o processo pedagógico local.

As principais dificuldades declaradas pelos entrevistados, quanto à educação foram: irregular acompanhamento pedagógico; os livros didáticos das séries subseqüentes não chegam durante o ano letivo; existe pouca participação dos pais na escola; problemas com drogas fora da escola. A questão ambiental é uma preocupação de poucos professores, embora haja o planejamento mensal com coordenadores da sede, nem tudo funciona a contento. Existe a necessidade de capacitação de professores sobre a temática ambiental, a estrutura da escola é precária, não tem sala de professores, sala de leitura, nem almoxarifado. Essas declarações foram feitas ao Núcleo de Educação Ambiental – NEA/ IBAMA, em 2005, que luta pela capacitação dos professores para Educação Ambiental (COELHO, 2005).

A Vila Nova situa-se na zona mais rural de Tatajuba. Estende-se pelos tabuleiros pré-litorâneos em uma vasta extensão de terra, onde a fertilidade do solo é melhor. O delegado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camocim informou que existem 04 sindicalizados em Vila Nova. Nas vilas existe o Projeto Coqueiral, com área de aproximadamente 12 ha para 10 pessoas, atualmente com 06 beneficiárias.

Os moradores vivem principalmente da agricultura (feijão, macaxeira, batata doce, mandioca, entre outros), coleta e criação de animais de pequeno porte. Algumas casas de farinha existem na comunidade. É próximo desse lugar, onde está

instalado um dos terrenos da empresa imobiliária[5]. A presença dessa empresa está modificando o cotidiano dos moradores e muitos dizem até que a Associação de Vila Nova foi criada pela própria empresa. Nessa vila há energia elétrica e água encanada. Lá foram construídas cerca de 70 casas, sendo a segunda maior vila de Tatajuba. A sobrevivência é retirada de atividades tradicionais. As fig. 8 e 9 mostram estas atividades de subsistência.

FIGURA 8 - **Casa de farinha – Vila Nova**
FONTE- IBAMA/NEA, Fev./2005

FIGURA 9 - **Agricultura de subsistência**
FONTE - IBAMA/NEA, Fev./2005

Um dos agentes de saúde, que trabalha há dezesseis anos em Vila Nova, informou que os moradores se utilizam de várias plantas medicinais no auxílio da cura das doenças. Acreditam que essas plantas combatem a gripe, além do chá de carnaubinha e o soro caseiro para os problemas no intestino. Dependendo do período do ano, chuvoso ou seco, os principais problemas são as gripes e diarréias, principalmente nas crianças. As vacinas básicas, programas de prevenção e medicamentos de gestantes, hipertensos e diabéticos, são fornecidos regularmente. Além disso, a equipe do PSF – Programa de Saúde da Família visita a comunidade duas vezes por mês. Quando passa por outras localidades, faz o atendimento rápido no posto. Os moradores declaram que, quando ocorrem problemas mais graves, devem se deslocar para Camocim ou Sobral. Apesar das dificuldades de

[5] Empresa Vitória Régia Empreendimentos Imobiliários LTDA. que se diz proprietária de 5.275,450 hectares de terra, compreendendo toda área das vilas de Tatajuba, estendendo-se pelo distrito do Guriú. A história do conflito será retratada em detalhes, no segmento 4, da dissertação.

atendimento médico, os moradores apresentam vigor e robustez. Alguns declaram que é resultado da vida mais sossegada e da proximidade com a natureza.

A Baixa da Tatajuba assemelha-se às características da Vila Nova. Uma área constituída por aproximadamente 30 casas de moradores, um bar, uma escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Nessa área, existem terrenos com projeto de plantação de coqueiros organizado por institutos brasileiros, em parceria com instituição alemã, criaram os projetos PRORENDA – RURAL. As fig. 10 e 11 mostram projetos de plantação de coqueiros na Baixa da Tatajuba.

FIGURA 10 - **Paisagem da Baixa da Tatajuba**
FONTE- IBAMA/NEA, Fev./2005

FIGURA 11 **- Projetos do PRO-RENDA**
FONTE - IBAMA/NEA, Fev./2005

Na Baixa da Tatajuba, atua a Escola José Maria Veras, contando com seis funcionários, sendo que dois professores são concursados. Na escola, a evasão em 2003 ocorreu por volta de 5%. Afirmaram que não existem problemas com drogas. Relataram que quando não há merenda escolar, os alunos faltam com mais incidência, acrescenta-se que a estrutura física do prédio é precária. A despeito do meio ambiente, nesta vila ocorrem as mesmas dificuldades da vila de Tatajuba, pois não existe capacitação, não se discute sobre meio ambiente, turismo e nem sobre os conflitos fundiários. Buscam gerir a escola, incluindo a participação das famílias.

A Vila São Francisco, pequeno povoado, com 15 construções de taipa e alvenaria, é o principal resquício da antiga Tatajuba, antes do soterramento pelas dunas. Localiza-se em cima de um complexo de dunas semifixas e móveis. É a vila mais rústica, não possuindo energia elétrica, nem água encanada. Uma cacimba comunitária abastece água do consumo. Os moradores são pescadores, alguns aposentados, agricultores e comerciantes de coco, que é a principal agricultura desenvolvida.

Na vila São Francisco, conta a história oral, as terras foram doadas para o santo São Francisco pelo senhor João Gregório, considerado um dos fundadores de Tatajuba. Com o deslocamento da comunidade em 1978, em conseqüência da migração das dunas, apenas algumas paredes da antiga igreja e um tamarindeiro resistiram à passagem da duna. Essa vila enquadra-se no conceito da teoria de Santos sobre rugosidades no espaço[6], portanto essa vila é a rugosidade da antiga Tatajuba. Faz parte do roteiro do passeio turístico dos bugueiros vindos de Jericoacoara, que, ao chegarem à comunidade, observam os resquícios dos alicerces da Igreja soterrada e narram o fato histórico de Tatajuba, surpreendendo os turistas.

O soterramento da antiga vila e o seu conseqüente descolamento dividiu as vilas de Tatajuba. Facilmente eles migram e deslocam-se, em virtude das condições e dinâmica natural, logo vão se adaptando. Na fig. 12, observa-se uma barcana[7], denominada pela comunidade duna “branca” e duna “encantada”, cuja migração foi responsável pelo soterramento da antiga Tatajuba e o conseqüente deslocamento e subdivisão da comunidade nas quatro vilas.

---

[6] No dizer de Milton Santos (2002, p.43), “chamamos de *rugosidade* ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares”.

[7] Para Guerra (1972, p.50; 142), as dunas são “montes de areia móveis, depositadas pela ação do vento dominante”. Sendo as dunas barcanas “uma forma de duna semelhante a uma foice”. Para alguns pesquisadores, as dunas barcanas são assim denominadas por se assemelharem a barcas.

FIGURA 12 - **Vista da duna Branca – Tatajuba - "Duna encantada"**
FONTE - Disponível em: <www.tatajuba.com.br/site/cfm/index_interna.cfm>, acesso em 20/10/2004.

As dunas barcanas são consideradas pela comunidade como encantadas. Muitas das carnaúbas foram soterradas e até o curso da barra da gamboa foi modificado, alterando todo o ecossistema local, diminuindo a influência das marés. O resultado desse processo, relatado pelos moradores, foi a diminuição da produção de camarões que existia na gamboa. Várias são as lendas contadas a partir do deslocamento da chamada "duna branca". No relato do morador da Vila São Francisco, narra as histórias do imaginário popular:

> [...] se o morro não fosse encantado, ele já tinha saído daqui. Ele não existia aí não. Ele só pode ser encantado. Tem gente que vê um navio cheio de luz ligada durante a noite. Quando eu era pequeno, cansei de ouvir barulho de gente tocando violão (Pescador da Vila São Francisco, PESQUISA ..., 2005).

Em 2003, habitavam nas quatro vilas: Tatajuba, Vila Nova, Baixa da Tatajuba e Vila São Francisco, cerca de 180 famílias, conforme dados fornecidos pelo agente de saúde da comunidade, compondo uma população de aproximadamente mil habitantes, entre adultos, jovens e crianças, com maioria de jovens. No depoimento da ex-agente de saúde, coletado em 2004, soube-se que o número de nascimentos diminuiu desde a década de 1990. A agente relata os possíveis motivos:

> Antigamente, a média era de uns dez filhos por família. Hoje, são apenas quatro, veio diminuindo. Talvez dos anos 90 pra cá. O motivo principal talvez seja porque os anticoncepcionais ficaram mais fáceis. Por exemplo, aqui no posto de saúde, em 1994, quando foi construído. E com dois ou três

> anos depois começaram a fazer planejamento familiar. A quantidade de crianças diminuiu (Moradora de Tatajuba, 26 anos, PESQUISA ..., 2004).

As vilas da comunidade de Tatajuba são compostas, de modo geral, por pessoas modestas e de poucos recursos técnicos e financeiros. A maioria orienta-se pelo ritmo das marés, tanto para produção da pesca como para conseguir realizar o deslocamento de uma vila para outra. Quando necessitam de recursos técnicos, deslocam-se até a Sede ou a do Município de Sobral, que dispõem de melhor infra-estrutura de serviços (bancos, hospitais, escolas, correios, rádio, centro de cidadania para retirar documentos ou fazer cadastramentos do governo). Em certos casos, quando não conseguem suprir suas demandas, deslocam-se a Fortaleza.

As mulheres de Tatajuba, em sua maioria, trabalham na agricultura. Seus maridos são pescadores, mas também responsáveis pela colheita, ajudam no cultivo, quando não estão no mar. A respeito da agricultura realizada pelas famílias de pescadores, Maldonado (op.cit., p.28) revela que “a questão do campesinato dos pescadores passa por dois vieses: um deles é o modo como a sua situação econômica é modelada pela dependência dos recursos marinhos e dos recursos agrários. O outro é a prevalência praticamente universal da família como unidade de consumo”. Apesar de que, o excedente da produção da agricultura é vendida internamente e do pescado para atravessadores, complementado a subsistência.

Os filhos ajudam nos trabalhos de seus pais. Algumas crianças comportam-se como adultos, pelas atividades que exercem. Configuram-se como homens em miniaturas. Com a participação no trabalho, as crianças tornam-se maduras e com grande senso de responsabilidade. As brincadeiras de crianças, como o jogo de bola, o banho na gamboa, os barquinhos, a boneca e a brincadeira de roda são presentes em suas vidas. Desde a década de 1990, foram agraciadas com melhorias no sistema de ensino. Alguns filhos da terra ainda persistem no sonho da mudança de vida em outros lugares.

A maioria dos jovens não tem trabalho formal, vivendo da pesca, agricultura, trabalhos na escola, posto de saúde, serviços gerais e nas barracas que

ficam na Lagoa da Torta, ainda pertencente a área de Tatajuba. Lugar onde existe mais oportunidade de trabalho, além das ocupações nas pousadas, embora de baixo fluxo. O trabalho como direito à sobrevivência é o principal problema social apontado pelos moradores de Tatajuba. Nesse aspecto, a natureza é a maior aliada, sendo dela retirados o alimento, a água, a madeira, o barro, entre outros bens fundamentais à sobrevivência e à moradia.

A água foi encanada em Tatajuba, por intermediação do projeto do Conselho Comunitário local, em 2002. Os moradores pagam uma taxa de R$ 7,10, correspondente ao pagamento da energia utilizada na bomba, pela água e pelo operador. O sistema de abastecimento é gerido pelo SISAR – Sistema Integrado de Água e Esgoto. O presidente do Conselho informou que água é proveniente do lençol freático. Disse com entusiasmo que a "*água vem de um poço profundo. Mas a água é salobra, o nosso espaço é 500m, quase uma ilha, então, ter água doce ainda, é um milagre!*" (Liderança comunitária, 35 anos, PESQUISA ..., 2005).

Dez *buggies* e duas camionetas fazem o transporte coletivo, cobrando taxa de seis reais, por trajeto, ida e volta, feito pela praia e mais um real é pago pela balsa que atravessa o rio Coreaú para se chegar à sede de Camocim. A própria Prefeitura se utiliza desse transporte para serviços públicos. A maioria dos moradores reclama dos preços do transporte, pois a renda média é um salário mínimo mensal. Alguns moradores recebem a ajuda do governo como o bolsa-escola, quinze reais mensais, que devem ser retirados nas agências bancárias de Camocim. Desse modo o benefício é reduzido, pois só para o transporte gasta-se quase 50% do valor que deveria ser ganho.

A simplicidade do povo é retratada em suas práticas. Parte da população queima o lixo ou enterra. De forma precária, um morador, pago pela Prefeitura de Camocim, coleta e transporta para um terreno baldio que, inadvertidamente, fica próximo ao mangue. Apenas no núcleo central da vila (Tatajuba) existe esta coleta de lixo, duas vezes por semana. Não há conhecimento sobre os ambientes e o ecossistema manguezal, e de sua importância para manutenção do equilíbrio das

espécies marinhas. Outra questão relacionada à saúde pública é a ausência de esgotos sanitários, poucos são os que possuem fossas e banheiros com sanitário.

A renda dos moradores é proveniente da pesca de peixe e lagosta, serviços públicos, aposentadorias, comércio de alimentos e, atualmente, pelo turismo com as barracas e pelas hospedagens. “A pesca, tipicamente artesanal, é uma atividade propulsora da economia local, sendo realizada com maior intensidade no mar e de forma alternativa nas lagoas interiores existentes, destacando-se entre estas o Lago Grande, Laguinho da Torta, Lagoa das Moréias e Lagoa das Baixas”. (IBAMA, 2001). Os pescadores de Tatajuba fazem parte da Z1 de Camocim (zona de pesca) e mantém capatazia na comunidade com 143 pescadores associados, conforme dados fornecidos no Diagnóstico Socioambiental Participativo de Tatajuba (TERRAMAR, 2003). Depoimento de morador de Tatajuba revela os problemas na pesca:

> Tatajuba tem menos moradores que nos anos 1980, muitos foram embora para Camocim. A pesca do peixe da década de 1980 para hoje caiu uns 75%. Usavam rede afundiada. Eram 35 canoas decaiu para 12. As barracas utilizam a produção de Camocim, onde utilizam mais os barcos e botes. As canoas não pescam no período de julho a dezembro, abandonando apenas no final de dezembro. O forte do povo de Tatajuba é a pesca, quando diminuiu muitas famílias foram embora. Antes tinha muitas festas na comunidade. A pesca só dá pra sobrevivência. O município de Camocim sobrevivia da pesca. Atualmente, Camocim sobrevive do dinheiro dos aposentados. Todas as grandes empresas fecharam. A pesca é uma atividade de risco. Em 1996, parei de pescar (Ex-pescador de Tatajuba, 35 anos, PESQUISA ..., 2005).

Para este morador a pesca artesanal caracteriza-se como uma atividade de risco. A produção do pescado em Tatajuba diminui ao longo dos anos, muito do que se produz é para a subsistência. A pesca é a atividade que tem como objetivo retirar, colher, apanhar, extrair ou capturar quaisquer recursos pesqueiros em ambientes aquáticos, podendo ser de caráter científico, econômico/comercial, amadorístico ou de subsistência. A pesca extrativa marítima do Brasil, segundo a Comissão Nacional Independente sobre os Oceanos (1998, p.103), pode ser classificada nas categorias de subsistência, artesanal e industrial.

- A pesca de subsistência é, exclusivamente, para obtenção de alimento, não tendo, pois, finalidade comercial de negociação em grande escala. É praticada com técnicas rudimentares, no mar, nas lagoas, gamboas e rios acessíveis aos residentes em comunidades tradicionais de pescadores. É prática também de mulheres como complementação à alimentação diária. Para alguns, esta é mais uma conquista da mulher, pois, em tempos remotos, esta não se submetia a essa atividade. Para outros, pode significar novas formas de exploração feminina. Afinal, trata-se de um serviço árduo e de poucos rendimentos, que, na divisão do trabalho, se destinava somente aos homens.

- A pesca artesanal abrange o segmento comercial. Em muitos casos, há vínculos empregatícios com a indústria de processamento ou comercialização do pescado. Utiliza embarcações de pequeno ou médio porte, com propulsão motorizada ou não, em áreas próximas à costa. As embarcações são geralmente de madeira e a captura é capaz de produzir volumes pequenos ou médios de pescado. Constitui a maior parte da frota pesqueira nacional e tem participação de até 60% do total das capturas.

No Ceará, a “produção artesanal realiza-se com a participação efetiva dos pescadores da unidade de produção, mas não pressupõe a posse coletiva das navegações (um dos instrumentos utilizados na pesca) e nem a divisão eqüitativa dos resultados do trabalho” (LIMA, 2002, p.113). Isso significa que, mesmo não sendo produção com relações capitalistas de assalariamento, há exploração do proprietário da embarcação sobre o trabalho dos demais pescadores, fatos constatados em Tatajuba.

- A pesca industrial costeira é realizada por embarcações de mais autonomia, capazes de operar em áreas distantes da costa, com exploração de recursos pesqueiros, que podem ser relativamente concentrados em áreas geográficas. Dispõe de apetrechos de captura mecanizados, propulsão de motores a *diesel*, de potência mais elevada, e equipamentos eletrônicos de navegação e

detecção de cardumes. O material do casco pode ser de aço ou madeira. Esse tipo de pesca está inserido no circuito mundial de produção.

A pesca de alta tecnologia não existe na comunidade de Tatajuba, restringindo-se à extração artesanal. No dizer de Santos (2004, p.22), o circuito superior da produção, "originou-se diretamente da modernização tecnológica e seus elementos mais representativos hoje são os monopólios. O essencial de suas relações ocorre fora da cidade e da região que os abrigam e tem por cenário o país ou o exterior". No Ceará, a pesca industrial, incluída no circuito superior da economia pela caracterização de Santos (2004), teve emergência, na década de 1970, declinando, em termos de captura, sendo esse período o início da tendência de proletarização dos pescadores, conforme anuncia a Comissão Nacional Independente sobre os Oceanos (1998).

A maioria das comunidades pesqueiras tem, como base econômica de maior rendimento, a pesca da lagosta. No período do defeso, os pescadores cadastrados nas colônias recebem um salário mínimo equivalente a cada mês de ausência da pesca. Na zona costeira cearense, além da pesca, pratica-se a aqüicultura, como a maricultura, técnica de criação de frutos-do-mar em fazenda marinha, assim como a ostricultura e a carcinicultura com a criação de camarões em viveiros. Esta última é praticada no Ceará desde a década de 1980, como atividade lucrativa. É fator de atração de vários investidores para o Estado, com a implantação intensiva de criatórios de camarões. É, no entanto, uma atividade criticada por ambientalistas e pesquisadores por degradar os estuários, acarretando desmatamento de mangues e depositação de elementos químicos em águas marinhas. Camocim, Acaraú, Fortim e Aracati são os municípios de mais atividades de carcinicultura, sendo esta última, atividade não praticada em Tatajuba.

Em Tatajuba, a pesca artesanal é praticada com 20 canoas, que pertencem a um projeto realizado pela ACOMOTA – Associação dos Moradores de Tatajuba, por meio do qual os pescadores compraram as embarcações e pagam com prestações mensais. Cada canoa leva 4 pescadores para o mar; todos

trabalham em cooperação e solidariedade. Características ressaltadas nos estudos etnográficos sobre as comunidades pesqueiras, como os de Maldonado (op.cit., p.80), revelam que:

> Por sua natureza cooperativa e pelo distanciamento da terra, a pesca é uma atividade na qual a confiança e a competência dos participantes constituem condições da produção. O mar não só sugere risco e conflito, como exige que haja harmonia entre os pescadores, para que a cooperação possa ter lugar. Essa cooperação é feita também do senso de igualdade que caracteriza os pescadores e que termina por se estender até o desembarque e à fala dos pescadores sobre si mesmos quando em terra.

Os riscos do mar, no extremo oeste do Ceará, sugeriram a utilização das canoas, em vez das jangadas. Um pescador do lugar revelou (2005) que *"a canoa faz parte da tradição. Antigamente faziam a canoa de facão. Com o tempo aumentaram o tamanho da canoa, e isso diminuiu a quantidade de acidentes".* No litoral leste, utilizam a jangada, que é mais plana e tem menores dimensões, diferente das características das canoas, como as utilizadas pelos pescadores de Tatajuba. Nas fig. 13 e 14, pode-se observar seus detalhes.

FIGURA 13 - **Canoas na regata de Tatajuba**
FONTE - Eluziane Mendes, Nov./2004.

FIGURA 14 - **Canoa na lagoa da Torta.**
FONTE - Luzia Neide Coriolano, Jan./2006.

A pesca da lagosta é feita por 15 pescadores. Em período de produção, cada canoa leva para o mar 20 cangalhas, com 50 filas de caçoeira. Com a rede de arrasto de praia, pescam o camarão. Alguns donos de canoas, que não mais

pescam, alugam suas canoas para a pesca de caçoeira de peixe e lagosta, sendo que 12,5% da produção ficam para o proprietário. Outros tipos são a pesca de dormida, realizada no período de janeiro a maio, cada pescaria com duração de quatro dias, além da pesca de ir e vir realizada diariamente. Na Vila Nova e na Vila São Francisco realizam a pesca com tarrafa no lago Grande[8].

As principais espécies capturadas, com seus nomes populares, são: cavala, ariacó, bonito, garajuba, serra, sardinha, biquara, pilocaia, sapiruna, sambirê, boca-rocha, judeu (caico[9]) vendido na região. A produção é vendida para três atravessadores que fornecem gelo e material de pesca, ou então, para a associação que compra o peixe das canoas, fornecendo gelo e material de pesca, sendo que a cada quilo de 7,00 ou 6,00 reais vendido, um real é para a Associação (do quilo de 3,00 reais são retirados cinqüenta centavos). A produção é levada diretamente para Camocim. Esses valores são recolhidos, pois, em virtude da dificuldade de acesso à comunidade, os preços do material para pesca, como a barra de gelo, tornam o produto 150% mais caros. Exemplo é a barra de gelo que em Camocim é comprada por R$ 1,50 e, em Tatajuba, são cobrados R$ 4,00. O material da pesca é adquirido em Camocim, mas, quando revendido, fica mais caro, em razão dos valores com transporte – queixa-se a comunidade.

A pescaria de peixes considerados de grande valor comercial, como o robalo, só foi possível com a realização de projetos da ACOMOTA, em convênio com a Embaixada Suíça, que financiou a compra da caçoeira com *nylon* 90, mais resistente, para 8 pescadores e 2 canoas trabalharem com a captura dessa espécie. A pesca com a cangalha é mais acessível, pois é adquirida com menores custos do que a caçoeira.

As atividades de coleta de mariscos, siri, camarão e caranguejo, complementam a alimentação familiar, atividade realizada por crianças, jovens e mulheres. “As lagoas recebem influências das águas do mar quando da ocorrência

[8] Informações fornecidas pelos pescadores durante a realização do Diagnóstico Socioambiental de Tatajuba, IBAMA, 2005.
[9] Caico é a denominação popular dos peixes de baixo valor comercial que são vendidos na região.

das marés de águas grandes, principalmente durante os meses de novembro, dezembro e janeiro, ocasião em que diversas espécies de peixes e crustáceos migram do mar para aqueles ecossistemas e ali se desenvolvem" (IBAMA, 2001).

Os depoimentos dos pescadores e suas histórias de vida revelam preocupação com a "extinção" do pescador artesanal, pois alegam não receber investimentos e apoios que contribuam para o desenvolvimento e a continuidade desse tipo de pesca tradicional, conservadora do ambiente marítimo. Um dos pescadores, filho de pescador, externou em seu depoimento um apelo a favor da pesca, pois atualmente, o Estado direciona recursos ao capital globalizado que se configura com a expansão do turismo. O pescador disse que:

> A comunidade ainda vive da pesca. A gente sabe que os investimentos para o turismo são muitos. O governo não se preocupa com a pesca. Tá todo mundo: o governo federal, municipal e estadual voltados só para o turismo. Acho que eles pensam que a pesca tem que acabar, sumir do mapa. A gente sabe que ela deve continuar. Mas, nossos governos estão preocupados só com o turismo. Você vê que investimento para pesca não tem de jeito nenhum. Então, a perspectiva da gente, como pescador artesanal, é que vai acabar (Pescador de Tatajuba, 29 anos, PESQUISA ..., 2006).

O debate deste problema na comunidade é realizado na Associação Comunitária, onde os pescadores buscam descobrir novos rumos. Até o ano de 2000, existia uma associação, chamada de ACOMOTA – Associação Comunitária dos Moradores de Tatajuba, mas, após conflitos internos, alguns integrantes romperam, formando outras representações denominadas de Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Tatajuba e Adjacências e a Associação dos Moradores de Vila Nova e Adjacências e Vila São Francisco. No depoimento de um dos moradores, coletado em 2004, constata-se a insatisfação da ruptura entre as lideranças:

> Antigamente, a comunidade era apenas a ACOMOTA – Associação Comunitária dos Moradores de Tatajuba, há uns dez anos. Mas hoje, a organização da comunidade está dividida em três. Eu queria que fosse só uma. A associação é a unidade da comunidade, a primeira que foi fundada (Pescador de Tatajuba, 52 anos, PESQUISA ..., 2004).

As comunidades tradicionais passam por problemas relacionados à posse de terras e assegurar a permanência em seus lugares é o grande dilema. O veraneio e a atividade turística entraram no cenário das comunidades litorâneas do Ceará, a partir da década de 1980. Esta atividade estimulou a grilagem, especulação e revalorização das terras do litoral, tanto por elementos exógenos quanto endógenos às comunidades, como poderá ser constatado no módulo 4, deste trabalho.

Dentre os conflitos pelo uso e apropriação do espaço litorâneo, na comunidade de Tatajuba, ressaltem-se a calma e a vida pacata dos moradores, a exuberância da paisagem, formada por natureza conservada, enquadrando-se no rol dos chamados lugares paradisíacos para o turismo. As paisagens são utilizadas como dos fatores de atração dos turistas para este litoral.

3.2 A Atração da Paisagem Litorânea

> Quando eu era pequeno ouvia muitas histórias, hoje já estou crescido e guardo na memória, estou falando de Tatajuba e vou falar o resto agora (Poema *Tatajuba*, 2001).

FIGURA 15 - **Paisagem panorâmica da gamboa de Tatajuba**
FONTE - Arquivo Terramar, 2004.

No sentido do Poema *Tatajuba*, criado por um dos moradores (2001)[10], os residentes revelaram a beleza natural do lugar (ver fig. 15), descrevendo Tatajuba em versos:

> É um lugar tão bonito com paisagem e beleza não construído pelo homem, mas pela mãe natureza. Obrigado mãe querida lhe ofereço a minha vida por ter feito essa grandeza.
>
> Quem morar neste lugar bom resultado terá, mas cuide com bem cuidado tem gente que quer tomar. E quem tiver seu quintal cuidar não é nada mal só não pode vacilar.
>
> Tudo que estou falando vocês podem acreditar eu sou contra essa empresa que quer nos atormentar. Agora caros amigos vocês sabem o resultado nem o pequeno cercado vamos poder aumentar por causa dessa empresa que se encantou com a beleza que existe neste lugar.

[10] Poema *TATAJUBA*, autor: Morador de Tatajuba, 2001. Disponível em: <www.geocities.com/novatatajuba>, acesso em: 6 de abril de 2005.

O poema *Tatajuba* revela o sentimento de pertença e o temor da perda do espaço de sobrevivência – o espaço vivido. O encanto pelo lugar vai além do visível. As paisagens de Tatajuba foram inseridas no movimento do capital que paradoxalmente valoriza e banaliza os lugares, pois as situam no circuito da economia do turismo. Nesse sentido, os espaços litorâneos são gradativamente incluídos no processo de transformação para espaços de consumo pelo turismo. As paisagens de Tatajuba que demonstram uma natureza primária se apresentam como imagens do paraíso, com praias desérticas, águas cálidas, azuis ou verdes-esmeralda, areias finas e brancas, lentamente transportadas pelos ventos, utilizadas para atrair fluxos turísticos. A figura 19 oferece uma visão panorâmica da área, tendo a gamboa e ao fundo a "duna branca", confirmando esse imaginário.

O aparente é a sedução da paisagem, mas na essência a sedução maior é do próprio capitalismo que induz todos ao consumo, transformando tudo em mercadoria ou produto turístico. Daí questionar-se: será que há atração da paisagem litorânea? Ou esta atração foi produzida pelo *marketing* turístico, induzindo nas pessoas o desejo de ir ver o que se torna banal?

A paisagem é utilizada como atrativo do turismo e no espaço está a sua base territorial, sendo importante ressaltar a diferença entre esses dois conceitos geográficos. Santos (2002, p.103) explica que "paisagem e espaço não são sinônimos. A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima". O espaço geográfico inclui a natureza e a produção social. Para Santos (2004, p.54) "a paisagem é o resultado de uma acumulação de tempos. Para cada lugar, cada porção do espaço, essa acumulação é diferente: os objetos não mudam no mesmo lapso de tempo, na mesma velocidade ou na mesma direção". Dessa forma, pode-se confirmar a co-existência de espaços diferentes no litoral cearense, as cidades e espaços como Tatajuba, que conservam suas paisagens e suas práticas cotidianas com características similares àquelas da formação de seu povoado.

O litoral tornou-se um dos principais *locus* de produção, principalmente pelo valor criado pelo turismo, além de ser o ambiente preferível da alocação das cidades brasileiras e mundiais. Com o lazer e o turismo, as paisagens naturais foram transformadas em mercadoria como elementos de contemplação e de consumo. No espaço litorâneo cearense, encontra-se diversidade de paisagens, sendo estas consideradas atrativos da formação de demanda turística. Nesse sentindo, Santos (op.cit., p. 61) diz que a paisagem "é tudo aquilo que nós vemos, o que a nossa visão alcança. Domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons". As paisagens são consideradas elementos que constituem parte do potencial turístico de um lugar, não apenas no âmbito do visível, mas também do sentir e no estabelecimento de relações afetivas com os elementos que a constituem. Fazem parte da paisagem o próprio homem e suas marcas culturais.

A fama da praia de Jericoacoara fez aumentar a cobiça dos empresários pelas áreas do litoral de Camocim, que ainda não estavam inseridas no circuito do turismo. Este espaço de reserva entra no circuito do consumo. Empresários compram ou dizem ser proprietários de grandes extensões das terras locais, mesmo em áreas pertencentes à União, por serem terrenos de marinha, como exemplo, a praia habitada de Tatajuba. O lugar é possuidor de um conjunto natural constituído por mar, praia, complexo de dunas fixas, semifixas e móveis, lagoas costeiras, gamboas, tabuleiros, mangue, entre outros. Preocupando-se com esta região, Pontes (2003, p.01) revela a importância e fragilidade ambiental de Camocim, ao dizer que,

> por estar localizado no litoral e deter expressiva dinâmica ambiental e peculiaridades socioeconômicas, o município de Camocim atrai uma série de investimentos ligados ao turismo, à aqüicultura, ao comércio e a indústria, passando a ser alvo de uma conjuntura que requer cuidados que justificam a busca de informações úteis ao gerenciamento.

O Município de Camocim situa-se em áreas de planície litorânea e tabuleiros pré-litorâneos. Sua costa, ao norte, estende-se por 60km, correspondendo a quase 10% do litoral cearense (GOVERNO ...., PDTIS, 2003a). Na direção leste – oeste do Município, encontra-se a praia da Barrinha, que fica a 21 km de distância

da Sede. Em seguida, há a Praia Caraúbas, totalmente virgem; praia do Farol do Trapiá, na Sede, a 2 km de distância da Barrinha; a praia Barreiras, na foz do rio Coreaú, a 3 km do centro de Camocim, lugar onde se encontra a denominada ilha da Testa Branca ou Ilha do Amor. Na praia do Xavier, existe apenas uma vila de pescadores; posteriormente, a Praia de Imburanas, que faz limite com a praia de Tatajuba; por fim, a Praia do Guriú, limite de Camocim com a praia de Jericoacoara. O caminho é feito através de trilhas indo por Tatajuba, com carros de tração, atravessando-se de balsa (movida a força humana) o lago da Forquilha – conhecido como lago do Urubu, ou ainda vindo de Granja e Parazinho em estrada de piçarra (GOVERNO ...., PAT, 2000), chega-se a Tatajuba (caminhos descritos nos textos anteriores).

Outras paisagens de Camocim são formadas: pelos lagos Seco, Boqueirão, laguinho da Torta e o lago Grande; pelas áreas de mangues; dunas fixas e móveis; e pelas falésias vivas. A diversidade do conjunto de ambientes da área do Município, caracteriza-o como de fragilidade ambiental, daí a importância das APAs – as Áreas de Proteção Ambiental. Nesse sentido, foram criadas duas: a de Tatajuba (Distrito de Guriú) e a de Maceió (Distrito de Amarelas), no entanto, a implantação dessas APAS não foi efetivada. No Plano de Ação do Turismo de Camocim – PAT (2000), outros problemas ambientais são apontados como “ocupação desordenada dos mangues por salinas, ocupação desordenada do litoral por empreendimentos turísticos, ausência de legislação e instituições pertinentes às necessidades de controle ambiental e a ausência de APA’s que funcionem como corredores ecológicos, partindo dos municípios vizinhos a Camocim”.

As falésias de Camocim são caracterizadas por constituir formas abrasivas. No Ceará “são representadas por falésias desenvolvidas nos sedimentos da Formação Barreiras” (SOUZA, M. J. N., 2000, p.22). A Formação Barreiras caracteriza-se como domínios de acumulação de sedimentos pré-litorâneos, em algumas áreas da costa, assumindo a denominação de falésias. Em alguns pontos, como nas praias de Morro Branco, Jericoacoara, Taíba, Paracuru e Camocim, as exposições de falésias se estendem por alguns quilômetros. Souza, M. J. N. (idem, ibid) explica que

> [...] os tabuleiros pré-litorâneos ficam situados à retaguarda do cordão de dunas, contactando, sem ruptura topográfica, com as depressões sertanejas. São constituídos por sedimentos da Formação Barreiras e penetram cerca de 40 Km, em média. Em alguns pontos, atingem o mar e são esculpidas em falésias funcionais. Têm altitudes que variam, normalmente, entre 30-50 m, raramente ultrapassando ao nível de 80 m.

A linha de falésias vivas configura porções do continente, com diversificação litológica e estratificada, que estão sendo constantemente trabalhadas pelas ações eólicas e marinhas. Essas ações, por sua vez, fazem surgir do contato pela ação marítima escarpas de formas variáveis. Esta feição é representada pela linha de falésia localizada na zona costeira no Município de Camocim, precisamente na foz do rio Coreaú (MORAIS, 2000), como se observa nas fig. 16 e 17. O material que compõe este tipo de falésia, em Camocim, difere do material constituinte das falésias do litoral leste do Estado, destas são retirados sedimentos para fazer o artesanato denominado de “garrafinhas coloridas”. As falésias de Camocim possuem importante estrutura ambiental e são denominadas de Formação Camocim.

FIGURA 16 - **Falésias vivas - litoral de Camocim**
FONTE - Vicente de Paula, 2003

FIGURA 17 - **Formação Camocim - CE**
FONTE - Vicente de Paula, 2003

A intensa dinâmica do litoral de Camocim, sobretudo de Tatajuba, remete a pesquisadora para explicação dos elementos constituintes dessa praia. Preocupa o uso intensivo desse ambiente, em razão da fragilidade dos elementos que compõem esse ecossistema, e deles dependerem, os moradores das comunidades litorâneas, além do processo de transformação das paisagens em atrativos para o turismo.

No esboço cartográfico das feições ambientais de Tatajuba, elaborado pelo IBAMA, em 2001, ao realizar o Laudo Ambiental da Comunidade, foram utilizados pontos estabelecidos na Lei Municipal nº 559/94, correspondente à declaração da Área de Preservação Ambiental – APA de Tatajuba, sancionada em 26 de dezembro de 1994 (PREFEITURA ..., 1994), conforme os pontos abaixo:

a) Ponto nº 1- N = 9.685,0 km
(norte) E = 308,0 km
b) Ponto nº 2- N = 9.685,4 km
(norte) E = 316,0 km
c) Ponto nº 3- N = 9.682,0 km
(sul) E = 316,0 km
d) Ponto nº 4- N = 9.682,0 km
E = 308,0 km

Em 2000, a Câmara Municipal de Camocim alterou os limites da área para 4.598 ha, abrangendo a extensão de todas as vilas e do entorno. Conforme as alterações da Lei nº 559/94, do Art.1º, aprovadas em 2000, pode-se observar a extensão da APA e sua expressividade ambiental para o município de Camocim e para a comunidade de Tatajuba, que solicitou ao IDACE – Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará que inserisse esta nova delimitação da APA no cadastro das posses realizado por esse instituto em 2001. A seguir a descrição e delimitação da APA (PREFEITURA ..., 2000):

> Art. 1º - Sob a denominação da APA DE TATAJUBA, fica declarada Área de Proteção Ambiental, a área compreendida em **4.598 ha** (quatro mil quinhentos e noventa e oito hectares) conforme mapa em anexo único desta lei, elaborado com o auxílio da carta topográfica da DSG/SUDENE folha AS, 24-Y-A-VI (CAMOCIM), de acordo com o seguinte memorial descritivo- Partindo do ponto 1, a oeste, da APA, com coordenadas UTM (SAD-69) aproximadas 304.500 (E) e 9.684.800 (N). chegando-se aos pontos 2, 3 e 4, que extremam com o Laguinho ao sul da APA, na divisa dos campos de dunas com a superfície de tabuleiro continental, segue-se as respectivas coordenadas 308.400 (E) e 9.681.800 (N); 309.000 (E) e 9.682.100 (N); 309.500 (E) e 9.681.700 (N); partindo para o ponto 5, 6 e 7 que extremam com o Lago Grande, com as respectivas coordenadas 315.300 (E) e 9.682.300 (N); 316.700 (E) e 9.682.500 (N); 317.100 (E) e 9.681.600 (N); chegando-se ao ponto 8, no alto do Tremembé próximo a Pedra Seca com as coordenadas 319.700 (E) e 9.683.000 (N); parte para o ponto 9 em direção a localidade de Guriú, delimita-se ao Leste da APA com o Lago do Córrego da Forquilha (vulgo Riacho do Guriú), com as coordenadas 323.700 (E) e 9.684.900 (N); finalizando com o ponto 10,

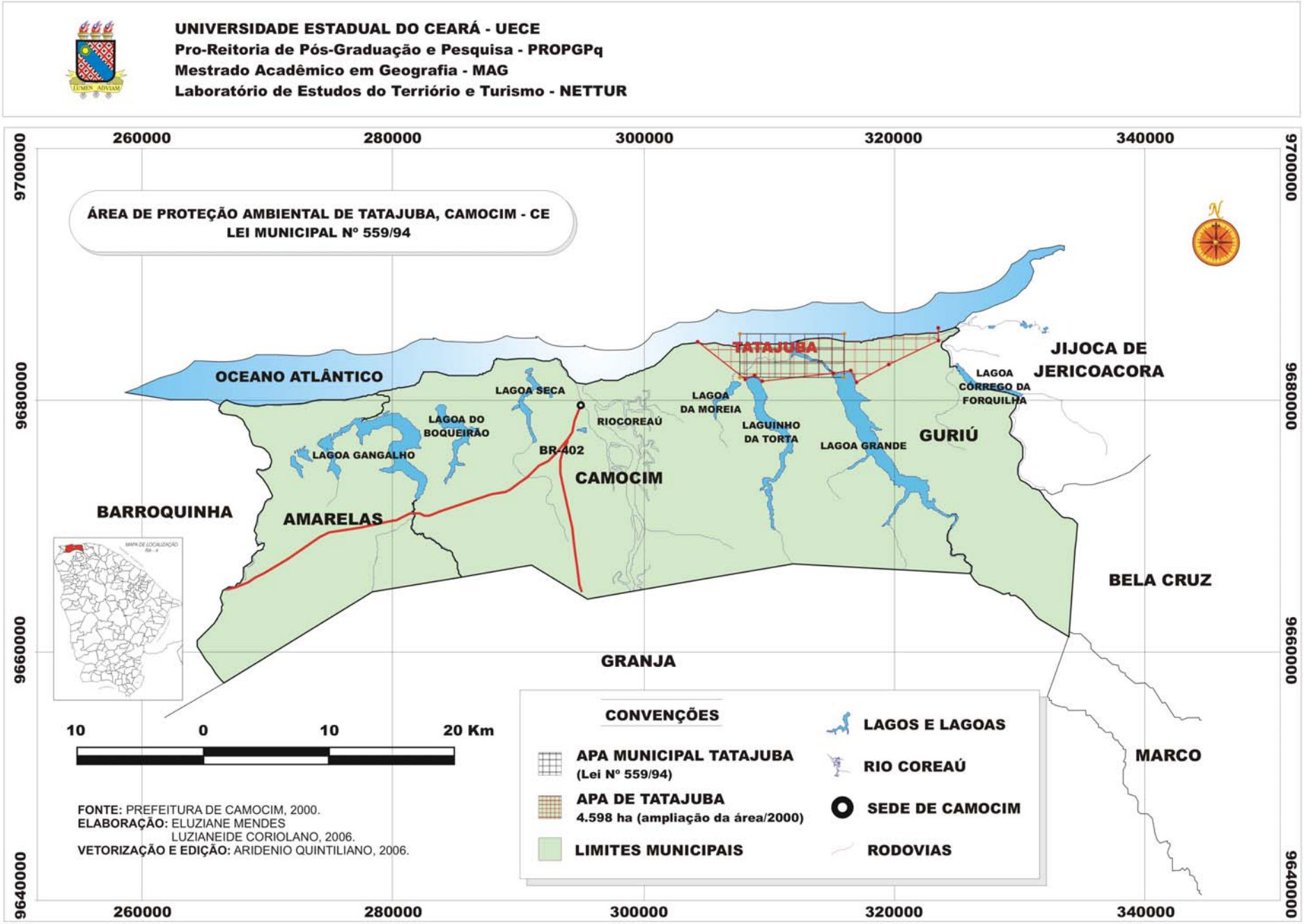
> considerou-se o limite norte da APA, a linha de preamar do Oceano Atlântico, com as coordenadas 323.700 (E) e 9.685.900 (N)" (LEI MUNICIPAL Nº 559/94, CAMOCIM-CE, 2000).

Em 1996, foi expedida a instrução normativa que regularia a Área de Proteção, porém não foi publicada no Diário Oficial. A área da APA é outro elemento que acentua os conflitos fundiários na comunidade, processo este que será detalhado nos próximos textos. Todos os elementos da paisagem que serão descritos fazem parte da APA, conforme constatado pelos estudos realizados pelo IBAMA em 2001. No mapa 04, foram vetorizados os pontos estabelecidos, conforme as descrições acima, da Lei N. º559/94, e de ampliação de área em 2000.

O Laudo Ambiental do IBAMA (2001) constata que as principais feições geoambientais encontradas na área de Tatajuba são a praia e a pós-praia, os estuários e manguezais, campos de dunas, as lagoas costeiras e os tabuleiros. Esses ambientes são resultados dos "processos transgressivos e regressivos de idades quaternárias e que favoreceram as formações de várias feições costeiras, incluindo as áreas estuarinas" (TERRAMAR, 2003a).

O mar foi um dos principais elementos de atração a Tatajuba, no início da formação da comunidade. A pesca era abundante e foi o elemento essencial para formação do povoado. Uma comunidade tradicional de pescadores ali se alocou, e a partir da constante observação do mar de Tatajuba, os pescadores foram aumentando suas pescarias e estabelecendo suas pequenas pesqueiras na praia, ao lado da gamboa. Sobre o conhecimento tradicional dos pescadores, Diegues (2004., p.200) revela que:

> O conhecimento tradicional dos pescadores artesanais não é pré-lógico ou pré-científico, (...), ele é baseado em observação continua de fenômenos naturais recorrentes que permite ao pescador tomar decisões sobre o momento de ir pescar, sobre o local mais adequado e sobre o uso das técnicas mais apropriadas. Sem esse conhecimento preciso, seria impossível a sobrevivência dessas comunidades e a reprodução de um modo de vida num ambiente marinho sujeito a freqüentes e perigosas mudanças de tempo.


UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE
Pro-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa - PROPGPq
Mestrado Acadêmico em Geografia - MAG
Laboratório de Estudos do Território e Turismo - NETTUR
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE TATAJUBA, CAMOCIM - CE
LEI MUNICIPAL Nº 559/94
260000
280000
300000
320000
340000
9700000
9680000
9660000
9640000
OCEANO ATLÂNTICO
TATAJUBA
JIJOCA DE JERICOACORA
LAGOA CORREGO DA FORQUILHA
LAGOA SECA
LAGOA DO BOQUEIRÃO
LAGOA GANGALHO
RIOCOREAÚ
BR-402
LAGOA DA MOREIA
LAGUINHO DA TORTA
LAGOA GRANDE
GURIÚ
CAMOCIM
BARROQUINHA
AMARELAS
BELA CRUZ
GRANJA
MARCO
10 0 10 20 Km
CONVENÇÕES
APA MUNICIPAL TATAJUBA
(Lei Nº 559/94)
APA DE TATAJUBA
4.598 ha (ampliação da área/2000)
LIMITES MUNICIPAIS
LAGOS E LAGOAS
RIO COREAÚ
SEDE DE CAMOCIM
RODOVIAS
FONTE: PREFEITURA DE CAMOCIM, 2000.
ELABORAÇÃO: ELUZIANE MENDES
LUZIANEIDE CORIOLANO, 2006.
VETORIZAÇÃO E EDIÇÃO: ARIDENIO QUINTILIANO, 2006.

As técnicas primitivas e rústicas ainda marcam as ações dessas comunidades tradicionais relacionadas com o mar. O conhecimento tradicional dos pescadores é fundamental à reprodução das sociedades comunitárias e sua permanência na zona costeira. Ressalta-se ainda que as “capturas através de pescarias com prática de pesca artesanal, caracterizam-se por pequenas embarcações e sem danos ambientais significativos às regulações ecológicas” (IBAMA, 2001), contribuindo na conservação do ambiente costeiro. Além da pesca no mar, a influência das marés é responsável pelo equilíbrio dos ecossistemas no interior do continente, do manguezal, da depositação de sedimentos na linha da costa, da troca de matéria orgânica, favorecendo a existência de crustáceos e peixes que são fontes de alimento na comunidade; sem esquecer que a oscilação das marés é responsável pelo acesso ou não à vila sede – Tatajuba – nesse sentido, afirma a comunidade, vive regida pelo ritmo das marés.

A praia e a pós-praia de Tatajuba caracterizam-se por largas faixas, que, de acordo com os estudos sobre a zona costeira cearense, é resultado dos processos de regressão marinha. Constata-se esse fenômeno, pela presença de antigas áreas de mangue, nas faixas de praia, restos de tocos de mangues e grandes extensões com argila e a formação de rochas nas praias. Essa zona é caracterizada por terraços holocênicos pretéritos, que, no interior do continente são recobertos pelos campos de dunas, os quais, no período chuvoso, formam lagoas interdunares intermitentes (IBAMA, 2001). As dunas são denominadas zonas vadosas, onde se acumulam águas pluviais, formando lençóis freáticos e lagoas.

As paisagens, compostas pelos campos de dunas, são consideradas potencial paisagístico da zona litorânea e passaram a ser consideradas como atrativos turísticos. As dunas resultam da dinâmica, eólica e marinha, que exercem papel fundamental na modelagem do relevo litorâneo. Em Tatajuba, encontram-se extensos campos de dunas, que, para os especialistas são resultantes de primeira, segunda e terceira gerações de formação, alimentadas diariamente pela depositação de sedimentos na praia e transportados pela dinâmica ação dos ventos. Na comunidade, as dunas possuem expressiva importância, pois, a partir do seu

deslocamento, foi realizada a divisão das quatro vilas (Nova Tatajuba, Vila Nova, Baixa da Tatajuba e Vila São Francisco). Esse fato faz parte tanto da distribuição espacial das vilas como do imaginário dos moradores do lugar, por meio da lenda da duna branca (ver fig. 18). Outro tipo específico de natureza das dunas em Tatajuba são as com eolianitos, a petrificação dos sedimentos das dunas. Para a população local, são chamadas de dunas petrificadas e cimentadas, conforme se observa na fig. 19.

FIGURA 18 - **Duna barcana**
FONTE - Eluziane Mendes, Ago./2004

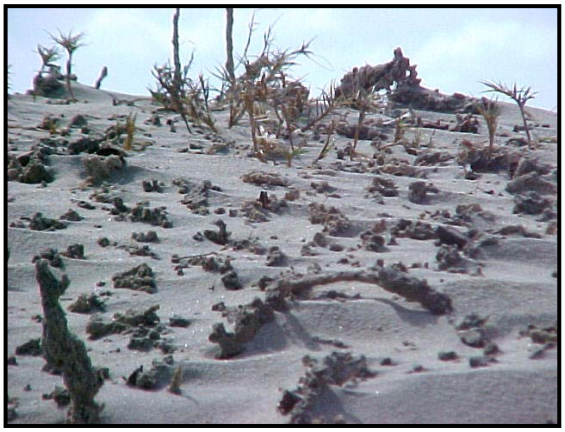


FIGURA 19 - **Dunas com eolianitos**
FONTE - Eluziane Mendes, Ago./2004

Na audiência pública sobre a implantação de Projeto Turístico em Tatajuba, realizada em Camocim, pela Assembléia Legislativa, em 2001, o geógrafo[11], analista da área, relatou em seu depoimento a dinâmica da migração do campo de dunas e as conseqüências na vida dos moradores de Tatajuba, assinalando que:

> Antigamente era Tatajuba, e hoje, é Nova Tatajuba. Por quê? Porque as dunas, com a sua migração, com o seu transporte, regidas por um fluxo de energia fundamental e magnífico, que é o vento, e de grande força, fez com que a comunidade se deslocasse. Essas áreas de alta vulnerabilidade, de elevado risco, e outras peculiaridades como o lençol freático, muito superficial, são áreas destinadas à migração desse material, ao movimento dessas dunas, isso é que significa sustentabilidade. Significa uma proposta onde o turismo seja visualizado, essencialmente na movimentação desse material. Para que essa sustentabilidade seja preservada, essencialmente a comunidade tem que ter mobilidade. A comunidade daqui a vinte, trinta, cinqüenta ou cem anos terá que remover suas casas, mudar de um lugar

[11] Professor doutor Jeovah Meireles, docente do Depto. de Geografia da UFC e pesquisador sobre questões ambientais e migração das dunas.

> para outro, terá que procurar uma outra região ou área onde as dunas possam seguir seus movimentos de migração (COMISSÃO ..., 2001).

Complementando esta reflexão, o depoimento do deputado[12] que moderou os trabalhos e que é ambientalista, ratificou a posição do geógrafo para a comunidade, com as seguintes palavras:

> Então, vocês estão numa área que é importante para o litoral, do ponto de vista ambiental e econômico. Por quê? Ninguém vai para ser turista em Tatajuba para ver o que ele vê na Beira Mar, em Fortaleza. Não vem. Ele vem para ver aquela beleza que é aquele campo de dunas, aqueles lagamares, aquelas lagoas que têm no meio das dunas, que é a coisa mais linda do mundo. *Tatajuba é um local belíssimo!* (COMISSÃO ..., 2001).

A migração das dunas, na região do extremo oeste do Ceará, é intensa. A vegetação sobreposta aos campos de dunas contribui na fixação ou desvio do deslocamento de sedimentos e sua ausência contribui para a intensa mobilização das dunas na direção dos ventos. Daí a preocupação que os planejadores devem ter com os processos migratórios dos campos de dunas, não instalando rodovias, estradas, equipamentos na direção desses movimentos, minimizando os impactos ao meio ambiente. No caso de Tatajuba, constata-se a necessidade de mobilização dos moradores, adaptando-se às condições naturais do lugar e a intensa erosão exercida pela gamboa. A implantação de um equipamento de grande porte nessa área, previnem os estudiosos, poderia ser a declaração do extermínio do lugar. A intensa dinâmica da migração das dunas sobre a gamboa pode ser verificada na fig. 20.

As lagoas costeiras em Tatajuba fazem parte de um complexo lagunar constituído pelo lago Grande, lagoa das Moréias e a lagoa da Torta (Laguinho), (ver mapa 01), que possuem extensões que variam até 8 km, adentrando o continente, pelos tabuleiros litorâneos. Sobre as lagoas costeiras, o IBAMA (2001) explica que

> O Lago Grande mantém estreita ligação com o canal principal da planície flúvio-marinha da denominada Gamboa de tatajuba. Suas águas apresentam um caráter mais salobro em relação aos demais lagos. Esta

[12] Deputado João Alfredo, em 2001, presidia a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembléia Legislativa e fez a moderação na audiência pública sobre a implantação de Projeto Turístico em Tatajuba.

> afirmação confirma a condição do lago Grande de funcionar como um sistema lagunar-estuarino, situação fácil de ser constatada pelas espécies piscícolas e de crustáceos ali existentes, típicas de ambiente de transição com ambiente marinho, sendo comum mesmo que sazonalmente (IBAMA, 2001).

FIGURA 20 - **Migração das dunas sobre a gamboa**
FONTE - Eluziane Mendes, Ago./2004

As lagoas costeiras, juntamente com o campo de dunas, compõem grande parte da paisagem de Tatajuba. Dos ambientes lacustres, são retirados alimentos como peixes de pequeno porte, além de outras espécies encontradas nesse ecossistema, de extrema importância para a sobrevivência dos moradores da comunidade. Outro fato relevante são as barracas instaladas na lagoa da Torta, funcionando como ambiente de lazer, fonte de renda para alguns dos moradores e um dos principais equipamentos turísticos de Tatajuba, visitado por turistas que vêm nos passeios de Jericoacoara.

Os estuários e manguezais são elementos do ambiente litorâneo que formam as planícies fluviomarinhas. Decorrentes do processo combinatório entre agentes fluviais e oceânicos, “apresentam solos indiscriminados de mangues

continuamente afetados pela preamar. As plantas de mangues que revestem mostram muito adensadas, com porte arbóreo e se dispõem longitudinalmente em relação às calhas fluviais" (SOUZA, M. J. N., op.cit., p.22).

A desembocadura dos rios, juntamente com a influência das águas do mar, formam o ambiente fluviomarinho, proporcionando a formação dos manguezais. Os rios que deságuam no litoral cearense, tendo como referência inicial o extremo leste em direção ao litoral oeste são: Jaguaribe, Pirangi, Choró, Pacoti, Cocó, Ceará, Cauipe, Curu, Trairi, Mundaú, Aracati-açu, Aracatimirim, Acaraú, Coreau, Timonha. Nos estudos de Meireles (2002), são identificados nas áreas testemunhos da variação do nível do mar: os terraços marinhos, eolianitos, antigos corais, conchas, paleomangue, plataforma de abrasão, lagunas, gerações de dunas, *beach rocks* e falésia morta, além dos rios que deságuam nesta região, compondo constituintes da paisagem litorânea.

As áreas fluviais são dinamizadas pelos fluxos naturais de água, cujos deslocamentos ocorrem por influência da força de gravidade, indo em direção às topografias mais baixas, desaguando em lagoas, rios ou no mar. O encontro com mar na foz ou desembocadura pode ocorrer por um ou vários canais, formando estuários ou deltas, respectivamente. Os rios cearenses desembocam formando estuários e constituindo manguezais.

A gamboa de Tatajuba é o canal principal de sua planície fluviomarinha, mantém ligação com o ecossistema lacustre da região, sobretudo do lago Grande. No manguezal, encontram-se as espécies *Conocarpus erecta* (mangue botão), *Langucularia racemosa* (mangue de sapateiro), *Rhyzophora mangle* (mangue verdadeiro) (IBAMA, 2001). Área mais expressiva do mangue separa a vila principal da Tatajuba em dois núcleos, como pode ser observado pelas fig. 21 e 22:

FIGURA 21 - **Ecossistema manguezal**
FONTE - Eluziane Mendes, Nov./2005

FIGURA 22 - **Ponte sobre o mangue**
FONTE - Eluziane Mendes, Nov./2005

Os tabuleiros litorâneos em Tatajuba são caracterizados como “área mais afastada do continente, recobertos por uma vegetação exuberante, com mata representativa de espécies que não são tão comuns em outras localidades, tais como jatobá, janaguba e cedro” (IBAMA, 2001). O Laudo Ambiental de Tatajuba (IBAMA, 2001) revela que, “na área da APA é insignificante a participação desta feição em termos espaciais, no entanto se reveste de importante aporte de recursos naturais para as comunidades da Vila de Tatajuba”, assim como as áreas de planícies fluviais onde fazem plantações de subsistência, denominadas de “vazantes”, conforme relato de uma moradora da comunidade:

> Gosto de viver aqui, por que se eu for pra Camocim só vou viver do meu aposento. E aqui eu planto um pedaço de cercado, um pedaço de vazante, um roçado eu não fiz mais, por que tem uns terrenos lá cercado e eu planto. Dá tudo, dá o milho, a mandioca, o feijão. Batata eu planto. Vivo muito feliz, graças a Deus (Moradora de Tatajuba, 78 anos, PESQUISA ..., 2004).

Para os moradores da comunidade, os tabuleiros são denominados de “mata”. Nessas matas, plantam para subsistência, alguns possuem plantações de cocos, retiram madeira, frutas, além de criarem animais de pequeno porte, como se observa nas fig. 23 e 24:

FIGURA 23 - **Área de tabuleiros em Tatajuba**
FONTE - IBAMA/NEA, 2005.

FIGURA 24 - **Criação de cabras**
FONTE - IBAMA/NEA, 2005.

O espaço litorâneo tanto é escolhido para abrigar as cidades do trabalho, como para lugar do não-trabalho, o ócio. No tempo livre, o homem é levado a buscar nas paisagens naturais o revigoramento de suas energias, sem tomar conhecimento, que isso pode originar o desequilíbrio das comunidades costeiras e a destruição dos ambientes marinhos como vegetação de praia, mangues, falésias, dunas e lagoas para construção de casas de veraneio, estâncias de lazer – *resorts*, parques temáticos, entre outros equipamentos específicos para o lazer elitista. Nas últimas décadas, esse processo ocorre no litoral cearense, provocando diversos desequilíbrios, impactos ambientais e conflitos.

Os moradores de Tatajuba vivencia conflitos por não ter a propriedade legal das terras que habitam. Desde o final da década de 1970, começaram a ser ameaçados pelo processo de grilagem de terras e, posteriormente, em 2000, ao descobrir que todas as terras das vilas foram registradas como propriedade de empresa imobiliária, cujo objetivo é construir um mega-empreendimento turístico e hoteleiro – o Condado Ecológico de Camocim. A comunidade sabe da importância do ecossistema que habita, apesar de nem todos terem consciência de que a verdadeira intenção das empresas é a dominação da terra, para garantir alta renda da terra e lucros dos negócios. Nesse sentido, na audiência pública ocorrida em 2001, foram feitas várias referências à regulamentação da APA de Tatajuba e não

sabem o porquê de não ter sido oficializada. Vários foram os protestos, inclusive referentes ao desenvolvimento do turismo no lugar:

> Sabemos que Tatajuba é uma área muita bela, e por isso queremos preservá-la com a regulamentação da APA (Área de Proteção Ambiental) nessa localidade (João Batista dos Santos - Tita, liderança comunitária, COMISSÃO ..., 2001).

Este depoimento revela a morosidade na oficialização da APA e denuncia o desenvolvimento do turismo, ao dizer que:

> A comunidade quer a área da APA toda. Temos uma APA que, infelizmente, não é registrada no Diário Oficial. Solicito o apoio do Senhor Prefeito e Vereadores, se possível, para registrar essa área da APA, a fim de termos mais segurança. (...) ninguém pode tomar as dores por Tatajuba, somente a sua comunidade é que pode ter o seu direito digno. Precisamos que a área da APA seja para a comunidade. Queremos a área da APA registrada. Com isso administraremos o turismo, que nem a praia do Canto do Verde, que nem outras cidades que desenvolveram o turismo. Quem tem que desenvolver somos nós, não ninguém de fora não (Ivan Bezerra – Pescador e agricultor em Tatajuba, COMISSÃO ..., 2001).

A não-implantação da APA de Tatajuba levou a comunidade representada pela ACOMOTA, após a realização de Seminário de Sensibilização Ambiental, 2002, a analisar juntamente com representantes do IBAMA, da UFC, do Terramar, outros tipos de unidades de conservação que melhor se adequassem àquela comunidade. Em seguida, resolveram enviar uma carta e com abaixo-assinado, ao Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado de Populações Tradicionais (CNPT), solicitando a criação de uma Reserva Extrativista em Tatajuba. Nesse contexto, as opiniões na comunidade também divergem, pois uns desejam ansiosos a instalação da RESEX, como estratégia de permanência no lugar e das práticas tradicionais de subsistência (pesca, agricultura e coleta), enquanto outros temem que possa ser mais um fator limitante para o desenvolvimento de práticas capitalistas, como venda de terrenos e casas, entre outros. Vale ressaltar que para implantar essa unidade de conservação na comunidade é necessário que a empresa seja retirada da área e as terras sejam legalizadas pelo Estado, pela anulação dos registros de terras da empresa imobiliária e a reintegração das posses dos moradores. É nítida a constatação dos anseios nas declarações realizadas em 2004. Disseram que:

> O que eu mais desejo, é a libertação da Tatajuba pra gente ficar livre dessa firma. O que eu quero muito é que essa Reserva Extrativista entre aqui pra gente ficar sossegado. Por que eu tenho certeza se a Reserva Extrativista entrar nós ficamos livres e eles se afastam! (Pescador de Tatajuba, 65 anos, PESQUISA ..., 2004).

Depoimento contra a reserva extrativista:

> Não é uma boa coisa, por que até agora sofremos por não ter documento, não ter nada pra fazer nenhum tipo de financiamento, mas nós não temos garantia nem assessoria, agente conquistou o que conquistou e se entrar essa Reserva Extrativista não é mais nosso. Eu tenho uma vazante e dois pedaço de chão, se Tatajuba crescer eu vou crescer por que tenho alguma coisa e vou construir. Mas se vier essa Reserva Extrativista eu vou perder tudo (Morador de Tatajuba, ex-pescador, 36 anos, PESQUISA ..., 2004).

As opiniões e interesses na comunidade são diversos. Declaram-se comunidade tradicional, mas estão imersos entre relações capitalistas, mediante atividades modernas como o turismo. Não se tem uma definição precisa das populações tradicionais, assim como mostra o Núcleo de Povos e Comunidades Tradicionais e Específicas, ao salientar que, para "implementar políticas direcionadas a esse segmento, é preciso ainda definir o conceito de Comunidades Tradicionais" (2005). As definições perpassam desde os critérios e especificidades do modo de produção, por forma de apropriação e uso das terras, até as questões culturais dos grupos que ocupam áreas ribeirinhas, litorâneas, diretamente ligadas a biomas ou unidades naturais específicas dos geossistemas brasileiros, conforme explica o Núcleo supracitado.

O Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais – CNPT[13], ligado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, é um dos órgãos criados, pela compreensão de que,

[13] O Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais – CNPT foi criado pela Portaria IBAMA N° 22, de 10/02/92, resultado da constatação que "as questões ambientais e as questões sociais são indissolúveis". E ainda pela constatação de que "a força crescente da evidência de que a maior agressão ao meio ambiente é a miséria" (Disponível http-//www.ibama.gov.br/resex/pop.htm, acesso em: 11 /11/2005). Ressalta-se que a produção demasiada das mercadorias vem ocasionando os maiores impactos ambientais do Planeta, além dos impactos sociais, a própria miséria da humanidade.

para conservar os recursos naturais é fundamental contribuir para a sobrevivência das comunidades. “A análise da destruição e da conservação dos recursos naturais, permitiu perceber a existência de populações capazes de utilizar e ao mesmo tempo conservar tais recursos, estes grupos humanos passaram a ser chamados de "Populações Tradicionais" (CNPT, 2005).

É nesse sentido que o CNPT implanta reservas extrativistas no País, além de outras atribuições que buscam colaborar para a criação de estratégias de sobrevivência das comunidades no sistema econômico vigente. O exemplo no Ceará, é a Reserva Extrativista do Batoque, em Aquiraz, que se encontra em implantação. Apesar do processo conflituoso e divergente em Tatajuba, foi realizada em fevereiro de 2005 a pesquisa de levantamento de dados e informações para o desenvolvimento do Diagnóstico Socioeconômico e Cultural, pelo IBAMA, a primeira etapa no processo de instalação de uma RESEX. Enquanto, porém, os moradores não definirem suas opiniões a favor da unidade de conservação, não será instalada (COELHO, 2005)[14].

Nos ambientes que constituem as zonas costeiras, as intervenções são alvo das atenções de estudiosos, tanto por suas características físicas singulares como pelos impactos das atividades econômicas implantadas nas áreas litorâneas habitadas pelas comunidades. Diegues (op.cit., p.145) ressalta a importância dos ecossistemas costeiros:

> Os ecossistemas costeiros e marinhos não são somente ambientes de grande beleza cênica, são o palco onde os homens lutam pela sobrevivência, retirando bens e serviços em situações de tensões e riscos de vida. São também espaços por onde se estendem gradativamente as relações sociais de produção capitalista tanto pesqueira como industrial. A penetração do capitalismo nessas áreas tem acarretado no Brasil um crescente esgotamento das fontes de onde jorram as riquezas: meio ambiente e força-de-trabalho.

Ampliando a compreensão de Diegues, acrescenta-se a produção capitalista dos espaços comunitários litorâneos de pescadores, pela atividade turística, que utiliza as paisagens, como parte de sua produção, isto é, a produção

[14] Informações fornecidas por Águeda Coelho, representante do NEA/IBAMA, em entrevista realizada em dezembro de 2005.

do desejo e atração pelas paisagens, como forma de geração de lucro, pelo consumo de serviços e equipamentos instalados nesse ecossistema.

A compreensão do espaço e das paisagens de Tatajuba fez-se necessária, pois as peculiaridades do uso e apropriação do solo litorâneo apresentam-se de forma complexa à apreensão das análises. Além disso, o fenômeno da apropriação de terras e produção do espaço depende do nível de desenvolvimento econômico, da constituição de sua formação histórica, além das condições naturais e ambientais encontradas nos lugares. Diante deste quadro, esta análise sobre a comunidade buscou apreender o processo de uso e apropriação de terras que se mantiveram conservadas pelas populações tradicionais e que, nas últimas décadas, vêm sendo gradativamente revalorizadas para o desenvolvimento do turismo, cujo processo produz permanentes embates. Acirram-se pela instalação de novas atividades privadas e públicas, que tentam se implantar no espaço costeiro, respaldadas pelas políticas do Estado, agindo como reestruturadoras do território.

No próximo segmento, são analisados os conflitos locais, ressaltando conceitos que contribuíram para o entendimento da produção, valorização e especulação do espaço litorâneo, no processo de acumulação. O cenário do conflito de terras em Tatajuba é revelado pelos depoimentos e pela descrição das estratégias da comunidade, do Estado, dos especuladores e empresários do turismo.

4. TERRITÓRIO DE CONFLITOS E RESISTÊNCIAS

> Graças a Deus, estou morando num lugar, pensando que é meu. Porque o terreno aqui é meu. Não vendi pra ninguém. Então, é mesmo que ser meu. Por enquanto sou feliz. (Pescador, 82 anos, nativo de Tatajuba, PESQUISA ..., 2004).

O lugar é território de domínio, de posse, de política de sobrevivência das comunidades – é isto que o depoimento do pescador de Tatajuba demonstra. Ao dizer “é meu, é mesmo que ser meu”, ele sabe, que embora não tendo a posse de direito, possui a posse de fato, e, ao defender seu lugar, insere-se no conflito, mediado pelas relações de poder entre os moradores, o Estado e as empresas, configurando o território de Tatajuba. A reestruturação desse lugar o transforma paulatinamente em um território turístico, substrato das relações sociais de produção.

Andrade (2002, p.214) mostra que “a formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentimento da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre os mesmos”. Nesse sentido, os territórios têm significado de lugar, que são para os residentes, das chamadas comunidades, grandes referências, pois deles dependem sua moradia, trabalho e sua orientação ao regressarem do mar. Os marcos do espaço, como os morros e falésias, servem de baliza para seus regressos ao continente. A perda do território, do lugar, significa a perda da sobrevivência, o desassossego, a desunião, enfim, o conflito. O depoimento do pescador demonstra com clareza o apego ao lugar e a defesa desse território, declarando que não o vendeu “pra ninguém” e, enquanto permanecer em seu lugar, continuará “feliz”.

A expropriação das comunidades tradicionais das terras litorâneas, em decorrência da especulação, incita conflitos declarados. Os habitantes, os posseiros,

atribuem maior importância ao valor de uso[1] e os que adquirem as terras como mercadoria exploram o valor de troca[2], especulam buscando renda e lucro fácil. No espaço litorâneo, a privatização leva à escassez relativa desse fator de produção, pois, ao elevar o preço da terra, constitui outra modalidade de exclusão social dos pescadores e agricultores.

A terra, para as inúmeras comunidades tradicionais, é imprescindível às suas subsistências. Estas comunidades são constituídas de famílias de pequenos agricultores e pescadores artesanais, rendeiras e seus descendentes, e que sobrevivem dos recursos do mar e da terra, onde habitam. São comunidades que vivem do trabalho de pesca artesanal, da coleta e da agricultura, utilizando técnicas e instrumentos de trabalho simples e seculares, com uso extensivo da terra, considerada fator de sobrevivência (valor de uso) acima do mercado (valor de troca).

O espaço é produzido e transformado lentamente, sem a pressa da sociedade moderna, cujo tempo do capital é veloz e acelerado. Estruturas de componentes modernos, porém, superpõem, às tradicionais, determinando conflitos na produção do espaço. “O espaço capitalista é produzido pelas relações dialéticas entre os agentes diretos e indiretos do processo produtivo e a natureza. Na natureza está o próprio homem, enquanto essência humana, que é negada na produção capitalista do espaço e só existe como mercadoria *força de trabalho*” (SILVA, op. cit., p.18, grifos do autor).

Diegues (op. cit., p.85) afirma que o território das comunidades tradicionais possui diferenças do território urbano, apresentando características de descontinuidade, pois elas necessitam dos espaços aparentemente sem aproveitamento, como meio de produção e de relações sociais. São espaços de reserva criados para assegurar a subsistência, enquanto nas sociedades urbanas e

[1] Para Marx “a utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. [...] O valor de uso realiza-se somente no uso ou no consumo. Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta” (1988, V. I, p.45-46).
[2] O autor afirma que “o valor de troca aparece, de início, como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie, uma relação que muda constantemente no tempo e no espaço” (idem, ibid).

industrializadas os espaços de reservas são fontes de acumulação. Nesse sentido, o autor expressa que:

> O território das sociedades tradicionais, distinto dos das sociedades urbanas industriais, é *descontínuo*, marcado por vazios aparentes (terras em pousio, áreas de estuário que são usadas para a pesca somente em algumas estações do ano) e tem levado autoridades da conservação a declará-lo parte das "unidades de conservação" porque "não é usado por ninguém". Aí reside, muitas vezes, parte dos conflitos existentes entre as sociedades tradicionais e as autoridades conservacionistas.

As terras que compreendem a área das vilas de Tatajuba apresentam descontinuidades e identidades geomorfológicas específicas e os usos dizem respeito a esses ambientes. Constatou-se que algumas casas de pescadores são removidas conforme a movimentação das dunas, mostrando que eles respeitam a dinâmica da natureza, conforme dito anteriormente.

A empresa imobiliária, em cooperação com o Estado, apesar de não possuir a hegemonia sobre Tatajuba, luta para que isto aconteça, desarticulando o modo de vida local, e vem conseguindo lentamente este objetivo. Isso identifica o processo chamado pelos geógrafos de desterritorialização: quando grupos perdem os territórios, isto é, espaços de vida e de relações entre si e com os demais grupos da população. Corrêa (2002, p.252) define desterritorialização "como a perda do território apropriado e vivido em razão de diferentes processos derivados de contradições capazes de desfazerem o território". Certamente, os grupos desfavorecidos vinculam-se a novos espaços cotidianos, pois a sobrevivência implica o uso do espaço e a criação de novas territorialidades[3].

Suporte das comunidades, as terras litorâneas possuem uma dimensão calcada pelas relações sociais, assumindo características que se expandem ao

[3] Corrêa (op.cit., p.251) explica que "a territorialidade, por sua vez, refere-se ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais e as empresas".

patamar da identidade cultural, exercida pelo sentimento de pertença dos moradores a um determinado lugar. Anota Santos (2000, p. 96-97), que

> [...] o território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população.

O território litorâneo, que também é habitado pelas comunidades de pescadores, tem significado maior do que somente lugar de residência. A existência de relação afetiva, que produz sentimentos de pertença ao lugar, enseja reações quando eles se sentem agredidos pela implantação de empreendimentos desarticulados da realidade local, que se apresentam como ameaças à perda de seus lugares. As ações comunitárias empreendidas por movimentos sociais organizados podem ser explicadas por Santos (op. cit., p. 134), quando mostra que elas passam pelo "cotidiano das pessoas, cuja flexibilidade e adaptabilidade lhe asseguram um autêntico pragmatismo existencial e constituem a sua riqueza e fonte principal de veracidade".

A valorização do espaço litorâneo está associada ao processo de urbanização, intensificado no Ceará, nas duas últimas décadas do século XX. A urbanização é o "processo de diferenciação do espaço social gerador de um modo de vida" (COSTA, 1999, p. 101), difundindo-se, por exemplo, pela reprodução dos modos urbanos, nos municípios e comunidades litorâneas. Todos têm direito à cidade e aos benefícios dos serviços urbanos, mas, na prática, poucos são beneficiários.

A implantação da atividade turística tanto requer como promove nos espaços, certo grau de urbanização. Para tornar os lugares consumíveis e rentáveis ao capital, em cada espaço produzido amplia-se o conjunto de expressões e signos que representam o modo de vida urbano. As instalações de infra-estruturas, que

beneficiam notadamente os empreendimentos turísticos e parte da população local, por sua vez, ampliam os problemas de desigualdades na ocupação e usos dos espaços.

A expansão do urbano fortalece os lugares corredores turísticos das cidades de concentração de serviços e de comando do sistema capitalista. São lugares que se articulam com fragmentos de espaço urbano criados contingentemente ao longo do litoral. Homogeneização e diferenciação ocorrem simultaneamente, caracterizando as cidades como *locus* dos diversos mercados e fatores de produção. Na reflexão de Lefebvre (2001, p.144), as cidades

> [...] contêm a população exigida pelo aparelho produtivo e o ”exército de reserva” que a burguesia reclama para pesar sobre os salários tanto como para dispor de uma “rotatividade” de mão-de-obra. Mercado das mercadorias e do dinheiro (dos capitais), a cidade torna-se também o mercado do trabalho (da mão-de-obra).

O fenômeno da urbanização acelera-se com a implementação da atividade turística que procura sempre novas áreas para implantar equipamentos, produzindo novos territórios turísticos nas comunidades litorâneas, isto é, a *turistificação*[4]. A busca incessante para alocar as empresas turísticas acirra conflitos históricos pela terra no litoral.

Com a urbanização dos espaços litorâneos, ocorre substituição dos trabalhos tradicionais pelos ligados ao setor terciário, com destaque do comércio, bancos, escolas, lazeres e o turismo. As comunidades deixam de depender estritamente dos recursos do mar e da terra, para se tornarem força de trabalho das empresas e negócios turísticos. A maioria torna-se assalariada. Remete-se ao processo de proletarização definido por Harvey (2004, p. 122), que envolve “um conjunto de coerções e apropriações de capacidades, relações sociais, conhecimentos, hábitos de pensamento e crenças pré-capitalistas da parte dos que

[4] Benevides (2004, p.20), ressalta que a “noção de *turistificação*, é compreendida como processo de criação de uma ampla ambiência apropriada às práticas turísticas para, com isso, abranger os contextos objetivos e as representações que estes suscitam para motivar os deslocamentos.”

são proletarizados". Assim, afina-se com os pensamentos de Debord (1997, p.22), ao explicar a proletarização do mundo, mediante a separação do homem de sua produção, como o caso dos pescadores artesanais, que destituídos das condições de trabalho, pela justificativa de decadência dessa modalidade, tendem a se tornarem proletariados, isto é, assalariados do turismo, da pesca industrial e outras atividades inseridas no litoral cearense:

> Com a separação generalizada entre o trabalhador e o que ele produz, perdem-se todo ponto de vista unitário sobre a atividade realizada, toda comunicação pessoal direta entre os produtores. Seguindo o progresso da acumulação dos produtos separados, e da concentração do processo produtivo, a unidade e a comunicação tornam-se atributo exclusivo da direção do sistema. A vitória do sistema econômico da separação é a *proletarização* do mundo.

As contradições relativas ao modo capitalista de produzir são enfocadas e corroboradas por vários autores. Coriolano (2005, p.60) explicita a natureza contraditória da atividade turística, dizendo que, "por se tratar de capitalismo, inerente à sua essência, estão as contradições típicas desse modo de produzir que, enquanto oferece lazer para uns, explora o trabalho de muitos". Martins (1999, p.29) exprime que "a reprodução ampliada do capital implica a reprodução ampliada das contradições que seu movimento incorpora e engendra". Na medida que os mercados vão se ampliando, agudizam-se as contradições imanentes à produção do espaço. Tomando, por exemplo, o turismo no litoral cearense, a cada alocação de uma nova empresa, emergem novos embates ou acirram-se antigos conflitos nas comunidades, entre seus membros e com novos atores.

A lógica empresarial entra em confronto com a lógica das comunidades. Cada qual busca infundir e sustentar suas formas e estruturas. Na expansão capitalista, na maioria dos casos, impõe-se, no dizer de Damiani (1999, p.60), a "inclusão perversa". Todos pertencem à sociedade capitalista, mas se incluem de forma diferenciada. Assim os trabalhadores, operários, camponeses e nativos servem de mão-de-obra temporária e barata, incluídos de forma excludente.

As comunidades litorâneas tornam-se parte desse processo são transformadas em produtos turísticos. Quanto mais exótico for o lugar, mais atrativo para a demanda turística, tal como acontece na praia de Tatajuba. Essa é uma das motivações, para que se criem mercadorias de todas as espécies e formas. Coriolano (op. cit., p.154) mostra que o "turismo é uma atividade que implica o consumo dos espaços com diversidade de formas de utilização estruturantes de paisagens e de negócios, e dá agilidade a processos dotados de grande capacidade de organização espacial". O território é organizado na mesma medida que passa por processos de valorização, pela dotação de infra-estruturas, serviços e pela especulação imobiliária.

4.1 A Valorização e Especulação da Terra

O turismo é uma atividade econômica que exige implantação de serviços, produzindo e reproduzindo o urbano. Assinala Sanchez (1991) que a praia, o mar, a paisagem, o sol e o clima podem ser gratuitos, mas os serviços agregados ao turismo fazem parte do circuito mundial da economia urbana. Nesta perspectiva, o espaço passa a ser produzido e valorizado na busca da acumulação pelo consumo mercantil.

Desde a década de 1980, o espaço litorâneo cearense é qualificado (pelas condições de balneabilidade) e mediante ação especulativa e de exploração exagerada dos preços da terra desencadeada pelas empresas imobiliárias. Sob ação de grileiros[5] e de especuladores, no litoral, as terras são colocadas em disponibilidade, na forma de loteamentos para construção de casas e de

[5] Grileiros são pessoas que se apropriam indevidamente de terras alheias. Grilar é expropriar terras, utilizando de atitudes escusas, desde falsificações de documentos de terras em cartórios até brigas corporais pela posse das terras.

condomínios de veraneio, equipamentos de hospedagens, entretenimento, grandes hotéis e *resorts*.

Os novos negócios instalados no litoral reduzem as possibilidades de retirar da terra os produtos agrícolas, transformando a terra em renda e capital pelos setores secundários e terciários. Com a reestruturação espacial e a transformação das paisagens, a terra litorânea, como mercadoria, aumentou consideravelmente de preço, sendo em boa parte usada e paga não mais sob a forma de arrendamento de propriedades rurais, mas pela venda de lotes. Silva (2001, p.75) mostra que "a terra não se valoriza em si, a sua valorização é feita nos diversos ramos da produção, onde há geração de mais-valia e parte dela flui para o mercado de terra". Harvey (2002, p. 361) lembra que nesse processo "a apropriação da renda e a existência de propriedades privadas de terras são condições socialmente necessárias para a perpetuação do capitalismo". O litoral tornou-se *locus* da "reprodução das relações sociais de produção" (LEFEBVRE, 2001, p.169) ou centro de ações de agentes que se apropriam da terra associados à acumulação capitalista, por meio da especulação imobiliária, da exploração das paisagens, expropriando pescadores que há gerações habitam nas regiões litorâneas. Moraes e Costa (1999, p.132), ao estudarem o valor do espaço, evidenciam que:

> O espaço é também uma matéria finita, o que lhe atribui a qualidade de raridade relativa. Ele é um bem relativamente escasso. Assim, sua propriedade propicia um privilégio ímpar, em qualquer período da história.

Na maioria dos lugares, a transformação da terra litorânea em mercadoria para o turismo foi antecedida pelo fenômeno da segunda residência para o lazer. Seabra O. (1979, p. 01) define *segunda residência* como "a habitação cujo uso é eventual, a qual, portanto, não se constitui um suporte da vida cotidiana". As segundas residências para o lazer são frutos do crescimento econômico, que, no caso cearense, intensificou-se na década de 1980, como resultado e expressão das ideologias burguesas e consumistas.

O capital imobiliário amplia-se no mercado das segundas residências, dos empreendimentos turísticos e com os loteamentos para condomínios fechados. Exemplo é a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), valorizando ainda mais a mercadoria[6] terra. Além da força de trabalho, Silva (2001, p.14) destaca a mercadoria terra contida no espaço, ressaltando que

> [...] o espaço como produto ou produzido advém de relações sociais complexas; de relações entre mercadorias específicas da sociedade capitalista – mercadoria terra e mercadoria força de trabalho – e todas as mediações que permeiam essas relações.

Os mecanismos e estratégias do mercado de terras litorâneas e os conflitos fundiários resultam, também, da ausência de legislação precisa, bem como do processo de urbanização litorânea pelo e para o turismo. Nesse contexto, dão-se as contradições da produção do espaço litorâneo. Na essência do processo de valorização da terra, encontra-se o mercado de terras, dinamizado pela grilagem e pela especulação.

Para o desenvolvimento do turismo, o patrimônio natural – como fontes d´água, praias com elevado potencial paisagístico, grutas, falésias, cachoeiras, lagoas, serras, entre outras belezas naturais – é redimensionado em seus valores para a criação do próprio valor no espaço. Daí resultam as apropriações e privatizações dos espaços para implantação das empresas, que, com o monopólio das terras, estabelecem uma situação privilegiada no desenvolvimento dos negócios. O espaço valorizado facilita a especulação dos preços de terras e atração das empresas.

Na contemporaneidade, o turismo, como atividade econômica e prática da sociedade urbana, retira das terras litorâneas a renda, pela transformação da terra litorânea e suas paisagens em produtos turísticos ou pelo preço pago aos

[6] "A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa. Aqui também não se trata de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se imediatamente, como meio de subsistência, isto é, objeto de consumo, ou se indiretamente, como meio de produção" (MARX, V. I, op.cit., p.45).

proprietários de imóveis e equipamentos turísticos como hotéis, *resorts*, parques temáticos etc., implantados no litoral. Nesse sentido, Campanário (1984, p.12) revela o processo de pagamento de renda aos proprietários de imóveis dos mais variados submercados, dentre eles o turístico:

> Para cada unidade é designado um tipo predominante de atividade que deve pagar uma renda aos proprietários dos imóveis ali localizados. Esta renda é a absoluta na medida em que se refere a um obstáculo único, indiferente às variações existentes entre os imóveis dentro da unidade; esta renda refere-se, portanto, a um submercado de uso da terra e surge do excedente gerado na esfera de produção e/ou circulação de capital e força de trabalho. Dentro de cada submercado é possível detectarem-se rendas diferenciais de construtibilidade e de consumo final. Pode-se assumir que os diferenciais nos custos da construção possam ser superados com o desenvolvimento da tecnologia.

Com o desenvolvimento das tecnologias, os bens naturais são privatizados. Por exemplo, as dunas, lagoas, falésias e o mar já não constituem obstáculos à reprodução ampliada do capital e, a cada dia, são incluídos no circuito do mercado como objetos de consumo. Resultado desse processo é a ampliação dos espaços urbanizados nos mais longínquos lugares. Concentram serviços privados, públicos, e atividades administrativas e privadas, caracterizando-se por densidades demográficas relativamente altas e sazonais. Um desses exemplos no Ceará é a praia de Jericoacoara, que, mesmo com a dificuldade de acesso, se *turistificou* e vem sendo urbanizada. Além disso, registra-se o rápido e intenso aumento da especulação imobiliária.

Nas praias urbanas, o mercado imobiliário realiza-se pela venda do solo. “O solo é uma *mercadoria* peculiar diferenciando-se, conforme a sua localização e atributos próprios. Seu preço reflete esta situação singular, visto ser o solo urbano parcelado e possível de negociação” (ACCIOLY, 1985, p. 44). É assim que praias são loteadas, parceladas, negociadas e delas retiradas toda renda e lucro possíveis, especialmente quando destinada ao turismo. Tal fragmentação e venda estruturam as comunidades e as cidades, a exemplo do que Lefebvre (op. cit., p.163) observa:

> A terra e mais ainda o espaço inteiro se vendem por parcelas. A permutabilidade tem uma importância crescente na transformação das cidades; mesmo a arquitetura depende dela: a forma dos edifícios provém dos loteamentos e da compra da terra fragmentada em retângulos de pequenas dimensões.

O Estado é um dos principais agentes de valorização do espaço, senão o principal. Atua com mecanismos variados – planejamento, legislação, incentivos fiscais e financeiros, sobretudo pela implantação de equipamentos e de infra-estrutura que reestrutura o espaço. Alguns lugares são privilegiados com a instalação de fixos produtivos[7] e são objetos de uma ação mais efetiva dos grandes agentes imobiliários com finalidades especulativas. Para Accioliy (op. cit., p. 42), a elevação dos preços "se deve à ação dos especuladores de terra, forçando uma alta em função das expectativas criadas pelas potencialidades futuras de valorização". Nesse sentido, Harvey (op.cit., p.334) assevera que "como o capital se interessa, pela apropriação da renda, desempenha papéis positivos e negativos em relação com a acumulação. Suas funções de coordenação realizam-se ao custo de permitir formas absurdas de especulação imobiliária".

Na essência dos processos econômicos que se articulam na valorização do litoral para o turismo, estão o sistema capitalista e a complexidade com que sucede a especulação imobiliária. O processo se intensificou no Ceará, nas duas últimas décadas, com muitas empresas envolvidas. Assim, a especulação caracteriza-se, segundo Sandroni (1985, p.153), pela:

> [...] compra e venda sistemática de bens com intenção de obter lucro rápido e elevado, aproveitando a flutuação dos preços. A atuação do especulador consiste em comprar mercadorias ou títulos quando seus preços estão em baixa e revendê-los quando os preços estão em alta. As áreas preferidas para ação do especulador são as bolsas de valores e de mercadorias ou a venda de artigos de primeira necessidade.

[7] Para Santos (2002, p.167) "a criação de fixos produtivos leva ao surgimento de fluxos que, por sua vez, exigem fixos para balizar o seu próprio movimento. È a dialética entre a freqüência e a espessura dos movimentos no período contemporâneo e a construção e modernização dos aeroportos, portos, estradas, ferrovias e hidrovias".

A ação dos especuladores imobiliários, que parcelam a terra para vender a veranistas, se junta à das empresas turísticas, que prometem emprego e renda, produzindo uma falsa realidade no litoral. Este movimento reforça a ideologia do desenvolvimento econômico a partir dessas atividades, a noção de que estas possuem efeito multiplicador, produzindo lucro fácil e imediato. Estas idéias ajudam a produzir e reproduzir o espaço litorâneo, convertendo-o em capital imobiliário[8]. O processo inicia, geralmente, com a grilagem, compra e venda de terrenos. As empresas de turismo articulam-se ao Estado e sistemas financeiros para que seus projetos sejam viabilizados e, na maioria dos casos, beneficiam-se de fatores externos, como a atratividade das paisagens e/ou vantagens locacionais, sendo os benefícios convertidos em capital financeiro. Kowarick (V. 44, 1979, p. 33) ajuda a compreender melhor os mecanismos público-privados da especulação imobiliária, com finalidade de valorização e parcelamento dos solos urbanos, no tempo e no espaço:

> O novo loteamento nunca é feito em continuidade imediata ao anterior, já provido de serviços públicos. Ao contrário, entre o novo loteamento e o último já equipado, deixava-se uma área de terra vazia, sem lotear. Completado o novo loteamento, a linha de ônibus que o serviria seria, necessariamente, um prolongamento a partir do último centro equipado. Quando estendida, a linha de ônibus passa pela área não loteada, trazendo-lhe imediatamente valorização.

A lógica da valorização e parcelamento da terra, a partir da implantação de infra-estrutura, pode ser verificada no litoral cearense, especialmente, no litoral oeste, área do Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE. O Programa, ao implementar estrada, água, luz e saneamento, revaloriza as terras litorâneas. Mesmo os espaços vazios de ocupação, as praias distantes, como a de Tatajuba, podem ser consideradas tal como Kowarick (1979) define: “terrenos de engorda”, isto é, lugares onde são alocadas infra-estruturas, podem ser vistos como nichos de negócios e de especulação, espaços de reservas

[8] Deve-se “entender o conceito de capital imobiliário como relação social, articulado com o Estado, construtoras, financeiras etc., visando à apropriação do lucro sob a forma de renda da terra ao gerar lucros, isto é, o processo de valorização imobiliária decorrente do movimento de capital investido na ampliação da renda da terra” (ACCIOLY, op.cit., p.44).

ao capital e ao planejamento do turismo. Kowarick (op. cit, p.37), falando sobre a especulação imobiliária, ajuda a entender o litoral cearense, ao esclarecer que

> [...] a especulação imobiliária não se exprime tão – somente pela retenção de terrenos que se situam entre um centro de suas zonas periféricas. Ela se apresenta também com imenso vigor dentro das próprias áreas centrais, quando zonas estagnadas ou decadentes recebem investimentos em serviços ou infra-estruturas básicas. O surgimento de uma rodovia ou vias expressas, a canalização de um simples córrego, enfim, uma melhoria urbana de qualquer tipo, repercute imediatamente no preço dos terrenos.

A inserção de investimentos, no espaço, eleva o preço dos terrenos, além de valorizar as áreas circunvizinhas. Essa valorização dos espaços desencadeia a especulação das terras, forçando a expropriação dos pescadores, pois este primeiro usuário é levado a vender as terras pela pressão das empresas imobiliárias, como é o caso de várias comunidades espalhadas pelo litoral cearense, exemplo é o da comunidade da Praia das Fontes, em Beberibe. As intervenções do Estado alocando infra-estrutura, e das empresas pressionando a população local, produzem a transformação do litoral, levando à venda e revenda dos terrenos que passaram à condição de mercadoria. Alguns residentes, contudo, resistem e permanecem em suas casas, ao passo que outros vendem as próprias residências e os filhos ficam privados das terras dos ancestrais.

A lógica dos promotores imobiliários, na valorização dos espaços, eleva a criação de fluxos (de pessoas e de mercadorias) direcionados para as áreas consideradas turísticas, provocando diferentes impactos:

> A criação de espaços turísticos e de lazer a partir de novas estratégias interfere na produção de novas centralidades, no sentido em que produzem pólos de atração que redimensionam o fluxo das pessoas num espaço mais amplo. O fato de que o espaço se transforma em mercadoria produz uma mobilização frenética desencadeada pelos promotores imobiliários e pode levar à deterioração ou mesmo destruição de antigos lugares em função da realização de interesses imediatos, em nome de um presente programado e lucrativo, que traz, como conseqüência, a destruição de

> áreas que passam a fazer parte do fluxo de realização do valor de troca (CARLOS, 1999, p.67).

Diversas são as atividades que se instalam no litoral (turismo e a carcinicultura), cada uma delas com suas especificidades, embora movidas pela mesma expectativa, a acumulação, busca incessante de lucro e/ou de mais-valia. Assim, “as empresas monopolizam primeiro as terras para obter a garantia de super-lucros” (SEABRA O., 1979). A compreensão das estratégias do mercado de terras e o processo de *turistificação* dos lugares remete ao fator político, que é fundamental na produção do espaço e das articulações no território. Para captar essa dimensão, deve-se atentar para o que revela Santos (2002, p.184):

> [...] o espaço organizado não pode ser jamais considerado como uma estrutura social dependendo unicamente da economia. Se esse pudesse ter sido o caso em situações do passado, nos dias de hoje é mais que evidente o fato de que outras influências interferem nas modificações da estrutura espacial. O dado político, por exemplo, possui um papel motor.

A dimensão política está presente, sobretudo, nas normatizações que contribuem para produção e valorização do espaço. No caso do solo urbano transformado em mercadoria, ocorreram privatizações, por meio da implantação de cadeias hoteleiras no litoral. Considerando que a maioria dessas terras é de marinha, pertencente ao Patrimônio da União[9], a privatização litorânea torna-se um problema bem maior. Os grandes *resorts*, cadeias hoteleiras, implantam-se nas proximidades do mar, e, quanto mais próximo e deslumbrante for a paisagem, mais caro o produto. Por conseqüência, os terrenos de marinha são privatizados.

[9] A lei 9.636, de 15 de maio de 1998, discorre que os terrenos de marinha se estendem da posição da linha da preamar-média, de 1831, até a distância de 33 metros medidos horizontalmente para a parte da terra. Eles são considerados bens imóveis da União. Situam-se no continente, na costa marítima, nas margens dos rios e lagoas, bem como contornando ilhas, aonde se faça sentir a influência das marés. Os acrescidos de marinha são aqueles formados, de modo natural ou artificialmente, para o lado do mar ou dos rios e lagoas, em seguimento aos terrenos de marinha. (TERRAMAR, 2004b, p.33)

O “Projeto Orla”, elaboração do Governo Federal e órgãos responsáveis pelo gerenciamento costeiro, é visto como um avanço nos processos de uso e ocupação da zona costeira. O depoimento do gerente do Patrimônio da União (GERENTE ...., 2005) destaca que a ocupação pelas comunidades encontra-se em processo de regularização, principalmente as localizadas em Fortaleza. Disse que:

> A União lançou um projeto chamado “Orla” e está em andamento, a nível nacional, todos os Estados litorâneos brasileiros. Aqui, nós estamos trabalhando muito essa questão da ocupação e do reordenamento da orla marítima, através do “Projeto Orla”, com parcerias com o governo municipal, estadual, com a sociedade civil e as comunidades de base, esse processo está em andamento. Nesse processo está se discutindo, como é que faríamos o ordenamento e ocupação desses terrenos. Em Fortaleza, quem tem ocupado hoje, quase tudo está regular, mesmo aquelas comunidades pobres como o Serviluz, o Pirambu e o Poço da Draga. Todas essas comunidades têm a inscrição da ocupação de seus terrenos no Patrimônio da União.

Estudiosos e ambientalistas temem que o Projeto Orla, juntamente com o Zoneamento Ecológico-Econômico-ZEE, apenas legitimem os usos que tendem a desembocar na intensificação do processo de apropriação da terra para alocação dos empreendimentos e negócios no litoral, além de controlar os conflitos fundiários, pela delimitação de áreas e normatização de usos. Ocorrem assim, uma divisão territorial do espaço e a valorização dos espaços produtivos destinados às empresas capitalistas. A lógica capitalista tem no espaço substrato para acumulação do capital e para reprodução da sociedade de consumo. Portanto, a propriedade da terra é o primeiro fundamento dessa reprodução. A importância deste processo, segundo Lefebvre (op. cit., p. 160-161), está na base da acumulação geral, porque,

> [...] ainda que essa propriedade imobiliária tenha dado lugar à propriedade mobiliária, a do dinheiro e do capital, ela persiste. E mesmo ela se consolida, desde o tempo de Marx, a burguesia enriquece comprando terras, constituindo para si propriedades fundiárias (e, conseqüentemente, reconstituindo, sobre a base de um novo monopólio, a propriedade fundiária e a renda terra). A propriedade da terra, no fundo intacta, reconstituída pelo capitalismo, *pesa sobre o conjunto da sociedade.*

A produção capitalista, evolui aceleradamente, assim como a sua ideologia, exigindo um mundo de tempos rápidos, quando tudo e todos são subordinados à produção técnica, alta produtividade, força de trabalho e eficiência. Daí, por que sua expansão é incessante. Conforme Lefebvre (op.cit., p.176), há quase uma regra de subordinação do espaço ao capitalismo que se estende por todos os territórios e lugares, apesar de suas descontinuidades. Mostra este autor que o processo,

> [...] partindo, no tempo de Marx, de países limitados (a Inglaterra, uma parte do continente europeu, depois a América do Norte), conquistou o globo depois de ter constituído o mercado mundial, obtendo sucessos colossais (principalmente a criação de lazer, do turismo etc.), apesar de algumas derrotas graves, revoluções e revoltas.

A expansão capitalista em busca de novas mercadorias e mercado consumidor acontece por meio de confrontos, revoltas e conflitos entre grupos sociais. As comunidades, a cada dia, são inseridas em um processo de urbanização e exploração intensificado pelos *media,* pela televisão, nos mais recônditos espaços. A redução das possibilidades de sobrevivência dos nativos no litoral clama por ampla intervenção, exigindo-se que o Poder Público “olhe” para a pesca e a agricultura de subsistência. Não basta apoiar os empreendimentos das grandes empresas, mas há que se atentar para as iniciativas comunitárias.

As contradições e conflitos próprios do capitalismo “permanecem irresolvidos, por isso sem as conquistas e os percalços que esse percurso implica é impossível chegar às contradições do espaço” (MARTINS, op.cit, p.27). As contradições do espaço litorâneo cearense, nesta pesquisa, são constatadas pelos diversos elementos que expressam as progressões e regressões dos conflitos vivenciados pelas comunidades, inseridas na produção dos territórios turísticos. Nesta investigação, revelam-se detalhes desta produção capitalista, a partir de depoimentos e declarações sobre a disputa fundiária vivenciada pelos moradores da comunidade de pescadores de Tatajuba, em Camocim-CE.

4.2 O Território Local em Disputa

> Se hoje Tatajuba se encontra numa situação delicada, é porque alguém está tentando tirar o seu sossego; alguém está tentando tirar a sua segurança; alguém está tentando tomar os espaços que são reservados para as próximas gerações (Liderança comunitária, depoimento na audiência pública da COMISSÃO DOS DIREITOS HUMANOS, 2001).

Entre as décadas de 1970 e 80, conforme depoimento dos moradores, as terras de Tatajuba começaram a ser griladas e vendidas à empresa Imobiliária de Fortaleza[10] que as repassou para o proprietário da Fazenda Vitória Régia, ex-acionista da FININVEST, que tem sua sede no Rio de Janeiro, e, no Ceará, localiza-se próxima à comunidade, na Baixa Grande, em área de tabuleiros pré-litorâneos, denominada pela comunidade como "matas". Nos depoimentos (PESQUISA ..., 2004; 2005), constatam-se as ameaças e o medo sofrido pelos moradores, no início do processo de grilagem das terras:

> Aquela vazante de frente, que fica bem na beira da praia, foi vendida pro João Sales, um ladrão que tem ai que mediu tudo. Os coqueiros atrás do meu cercado, ele fez uma medição de tudo e vendeu para empresa como se fosse dele. Eu acho que tem uma enrolada muito grande, por que o João Sales nunca saiu de Camocim, eles nunca chamaram o João Sales pra nada e a justiça nunca citou o nome de João Sales. Ele fez isso no começo dos anos 80, e a mãe morria de medo por que o João Sales tinha uns capangas que ia pegar o pai, dizendo que o pai ia amanhecer com a boca cheia de formiga. Hoje tem muita gente revoltada por que sofreu todo mundo junto (Ex-pescador, 42 anos, morador de Tatajuba).

Novas aquisições de terras e a presença de representantes da empresa Vitória Régia Empreendimentos imobiliários tornaram perceptível aos moradores a ação de grileiros em suas terras. O processo se deu a partir de um grileiro que se dizia dono dos terrenos locais ocupados pela comunidade, cujo sistema de posse, não era acompanhado de registro formal; assim como se constata em Diegues (op. cit., p.85), ao ressaltar que "dado o caráter informal da *posse coletiva,* esses

[10]Os moradores da comunidade denunciam que as terras foram griladas por João Sales e vendidas à Empresa Imobiliária Antônio Sales (2005).

terrenos são alvo fácil da especulação imobiliária e os primeiros a serem vítimas de grilagem". Após receberem pressão para deixar de utilizar áreas para agricultura e não construírem outras casas, a comunidade foi tendo consciência da extensão do problema. Como estratégia de defesa da terra, em 1991, fundaram a Associação Comunitária dos Moradores de Tatajuba – ACOMOTA. Uma das primeiras intervenções, em 1994, foi o pedido para criação da APA de Tatajuba. Sobre a criação da ACOMOTA e a chegada dos representantes da empresa na comunidade, os moradores contam (PESQUISA ..., 2004) que:

> No final do ano de 1991, foi fundada a ACOMOTA, onde se discutia, com algumas pessoas mais inteligentes, que era importante que a gente lutasse, se organizasse e que a gente se desenvolvesse. Buscasse parceiros e pudesse nós mesmos desenvolver a comunidade e não um estrangeiro vir e desenvolver. Era esse o objetivo principal. Só que a partir do ano 2000, mudou a história com a chegada de um senhor chamado "Júlio Koerner", que era representante da empresa Vitória Régia. Chegou no ano de 1997 ou 1998, já com conversas bonitas, promessas e conseguiu conquistar algumas lideranças fundadoras da ACOMOTA. Por causa disso é que eles se tornaram mais fortes. Aqueles que defendiam que nas terras da comunidade, quem deveria desenvolver era os próprios moradores, quem defendia de princípio, se tornou aliado da empresa e por isso dificultou tudo. Mas, mesmo assim, eu ainda acho interessante a própria comunidade se desenvolver (Agricultor, 38 anos, morador de Vila Nova).

Neste decurso de organização local, a equipe do PRO-RENDA que atuava na comunidade, percebendo a problemática, apresentou os componentes da ACOMOTA à ONG – Instituto Terramar de Pesquisa e Assessoria a Pesca Artesanal, em 2001. Desde então, esta ONG auxilia a comunidade na luta judicial contra o conflito fundiário, por meio de seminários, encontros e reuniões, além da contratação de apoio jurídico[11]. Solicitaram o cadastro das terras da comunidade ao IDACE - Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará. O órgão fez a identificação das posses, em 2001. A ONG[12] Instituto Terramar iniciou suas intervenções nas comunidades do litoral a partir de assessoria à pesca, posteriormente ampliou suas

[11] Representante jurídico da comunidade o advogado Francisco Silvino da Silva.

[12] As ONG´s "originárias no movimento social dos anos 1970-80, as denominadas organizações não-governamentais (ONG´s) são organizações civis sem fins lucrativos, que se estabelecem e se consolidam em função de suas relações com as bases – os setores populares, e com a cúpula -, as agências de financiamentos, instituições governamentais e iniciativa privada, formando um campo de instituições que se dependem mutuamente, constituindo o chamado Terceiro Setor". (LIMA S., 2003, p.18).

atividades, apoiando a luta pela posse da terra. Dentre as comunidades está Tatajuba, conforme declara uma das componentes do Instituto[13]:

> O Terramar elege como prioridade, claro, no princípio era ajudar aos pescadores a desenvolver uma pesca com novas tecnologias de uma forma sustentável, só que o pescador tem uma relação direta com a terra. A terra é que está em questão. Então, é extremamente importante dialogar com os vários desafios que estão colocados para essas populações. Por conta disso, algumas comunidades receberam maior atenção do Terramar, quanto ao processo de resistência e luta pela terra. A Prainha do Canto Verde e Tatajuba por exemplo (MARTINS, R., 2006).

Uma das orientações da ONG e da assessoria jurídica foi requerer os registros de posse da fazenda Vitória Régia, no cartório de Camocim, em 2001. Assim foi relatado pela comunidade (PESQUISA ...., 2004):

> No final dos anos 2000 para 2001, parece que os empresários queriam mesmo tomar posse. E então, foi quando chegou até a gente, na comunidade, na nossa associação ACOMOTA, entrar na justiça, porque essa terra era pra ser dos moradores, por que os próprios moradores não chegaram a vender. A empresa comprou terrenos de posseiros e grileiros. A empresa tinha dinheiro e comprou por preço barato (Morador de Tatajuba, 40 anos).

Em 2000, foi confirmada a suspeita dos moradores, ao receberem a cópia dos registros das terras no nome da Fazenda Vitória Régia, no cartório de Camocim, onde consta que, desde 1993, foram feitos registros e retificações de área, totalizando 5.275,450 hectares, incluindo toda a extensão habitada pelos moradores. Com o fato constatado, em 2001, as lideranças da comunidade impetraram diversas ações contra a empresa, dentre elas: ação anulatória dos registros das terras, interdito proibitório da implantação da empresa e solicitação, ao Patrimônio da União, de cessão de área a favor da comunidade. Com essas ações, a empresa ficou impedida de se instalar. Tanto que nunca foi elaborado Relatório de Impacto Ambiental, Estudo de Impacto Ambiental ou pedido de licenciamento (Informação Verbal)[14].

[13] Rosa Martins, componente do Instituto Terramar, responsável pela assessoria na comunidade de Tatajuba, em entrevista concedida em fevereiro de 2006.
[14] Notícia fornecida na SEMACE, em pesquisa realizada em março de 2006.

Na figura 25, elaborada pela empresa imobiliária, a partir do recorte da área de Tatajuba, do Município de Camocim, pode-se ter uma idéia da área delimitada, pelos traços em vermelho, estendendo-se por 5.275,450 hectares de terras, que o empresário admite ser o proprietário e declara seus registros. São observáveis, ainda, na figura, os polígonos em tons de cinza, correspondentes às vilas de Tatajuba com as suas siglas[15] e os outros, referentes às áreas da Fazenda Vitória Régia.

Atenta-se para o fato de que parte das terras, segundo a legislação do Patrimônio da União, são terrenos de marinha, onde é proibida a propriedade privada plena. Os registros da Vitória Régia incluem toda a extensão habitada nas vilas de Tatajuba, mas os moradores relatam que é na Vila Nova onde a empresa possui maior parte das terras, conforme se revela no depoimento (PESQUISA ...., 2004):

> Quem apareceu ai foi o João Sales, morador não sei de quem comprou muitas terras, que comprou pro Antônio Sales, irmão dele, o nome da empresa é Vitória Régia, que a gente sabe que comprou algumas terras e hoje diz que é dona de tudo... As terras da empresa ficam uns 6 km daqui, de Tatajuba, lá nas matas, agora não sei até onde essa terra é marcada, sei que até dentro do mar não era. Aonde eles têm mais terra é na Vila Nova, do outro lado (Moradora de Tatajuba, 62 anos).

[15] Significado das siglas figura 24 - Tatajuba (T.), Baixa da Tatajuba (B. T.), Vila Nova (V. N.) e Vila São Francisco (V. S. F.).

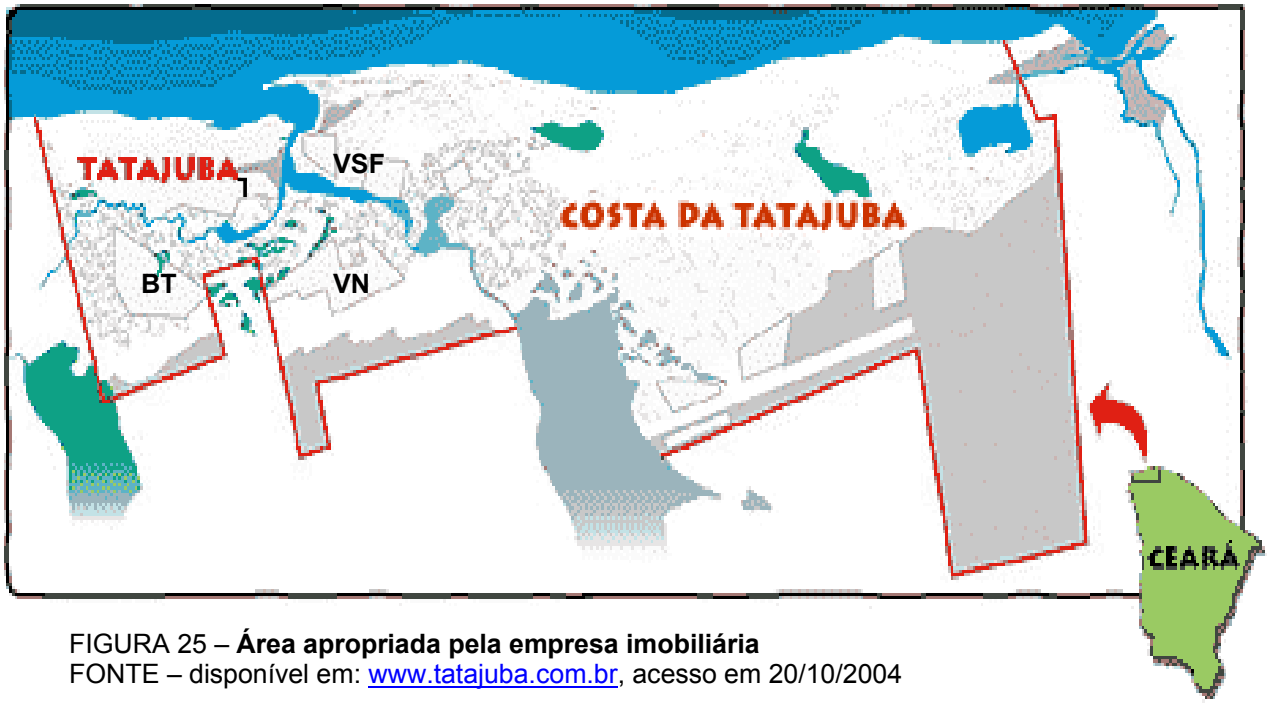


FIGURA 25 – **Área apropriada pela empresa imobiliária**
FONTE – disponível em: www.tatajuba.com.br, acesso em 20/10/2004

O fato é que as vilas da comunidade de Tatajuba estão totalmente inseridas nesse polígono, além de compreender a área da APA. O Diagnóstico Socioambiental Participativo de Tatajuba, Camocim-CE, do Projeto Gestão Costeira Sustentável (TERRAMAR, 2003a, p.11), realizado pelo Instituto Terramar, em parceria com a UFC, confirma que:

> Em 1993, pressentindo a ameaça que pairava sobre suas terras, a comunidade começa a lutar pela implantação de uma APA – Área de Proteção Ambiental. Na época a Câmara Municipal aprovou, em dezembro de 1994, a lei criando a APA de Tatajuba. Em 1996 a Prefeitura expediu a Instrução Normativa da APA, que em muitos artigos impede o uso da área para fins de grande impacto.

A APA de Tatajuba foi criada, restringindo área de uso para 3.775 hectares. Posteriormente, com o aumento da extensão de área, em 2000, a Câmara Municipal de Camocim alterou os limites para 4.598 ha, conforme o mapa 04. Não chegou, porém, a ser publicada em Diário Oficial, e isso contribuiu para a ocorrência dos conflitos. Sobre o processo referente à implantação da APA, na audiência pública ocorrida em 2001, em Camocim, o representante do IDACE, explicou que

> Estamos com uma equipe no campo, fazendo o trabalho de reconhecimento da área. Só que estamos trabalhando a área maior do que a APA que está definida hoje, de 3.755 hectares. Por solicitação da comunidade, que nos pediram que a APA fosse levada até o limite do Guriú, essa área se estende a 5 mil hectares, aproximadamente. Após o reconhecimento pelo trabalho de campo, que é identificar, cadastrar e medir todo o perímetro, depois identificar e cadastrar todas as ocupações. Quem tem uma posse lá, será identificado, cadastrado e medida (COMISSÃO ..., 2001).

Em pesquisas realizadas em 2006, no IDACE, recebeu-se a informação de que as terras da comunidade não foram tituladas, pois as ações na Justiça impetradas pela ACOMOTA inviabilizam a titularização das posses, pois, como declarou o representante, responsável pelo cadastro[16] na comunidade,

> até que provem o contrário, as terras pertencem a empresa Vitória Régia e ela é que a dona. Os moradores só receberão os títulos, se houver a doação das terras pela empresa ao Estado, que por sua vez faria a regularização das posses para os moradores cadastrados pelo IDACE e pelo Patrimônio da União. Isso porque a grande parte das terras dos moradores foram caracterizadas como terras de marinha, nesse sentido, no caso de desapropriação, seria pela intervenção do INCRA (ARAÚJO, 2006).

Outras informações auferidas nesse órgão revelam que, em 2001, período em que foi feito o cadastro das famílias de Tatajuba (ver quadro 1), foi realizada uma proposta para os moradores que seria: "*a doação do lote da moradia mais um terreno comunitário de 800 hectares para plantação*" (ARAÚJO, 2006). As resistências comunitárias, porém, representadas pela ACOMOTA, não aceitaram o acordo e solicitaram as terras correspondentes a toda APA de Tatajuba (2000) que se limitam com o Guriú. Informaram, ainda, que as outras associações aceitam os acordos, mas este só poderia se concretizar com aval completo entre as três entidades comunitárias. No quadro 1, está demonstrada a quantidade de famílias cadastradas, cerca de 370, porém observa-se que além das vilas de Tatajuba, foram acrescentadas unidades familiares das adjacências como Baixa Grande, Corguinho e Lago Grande, compreendendo os lotes das casas área total de 355, 04 m^2 :

[16] Advogado Romoaldo Candoia de Araújo, representante do Instituto de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará – IDACE, entrevista concedida em março de 2006.

QUADRO 1 - SITUAÇÃO DAS POSSES EXISTENTES NAS VILAS DE TATAJUBA

LOCALIDADE	Nº LOTES	Nº FAMÍLIAS	ÁREA (m^2)
Baixa Grande	9	5	45,59
Baixa da Tatajuba	60	42	76,06
Corguinho	43	35	64,15
São Francisco	29	20	28,76
Tatajuba Cabaceiras	115	72	39,03
Vila Nova	113	71	98,12
Lago Grande	1	1	4,83
TOTAL	370	246	355,04

Fonte - Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará – IDACE, 2006.

Enquanto isso, a empresa conquista alguns e divide os residentes. Utiliza o discurso ambientalista, propaga-se defensora e protetora da APA. Apresenta a proposta do empreendimento turístico, tentando envolver a comunidade e afirmando ser uma empresa que adotará "*um novo conceito de desenvolvimento econômico-social sustentável, em terras de grande beleza natural. Localizado próximo a Jericoacoara, no município de Camocim, são 13 km de praia, abrangendo a bela vila de Tatajuba*[17]." O projeto é implantar um complexo hoteleiro denominado de "Condado Ecológico de Camocim". Para tanto, criaram o "Instituto de Desenvolvimento de Tatajuba" para apoiar eventos e projetos realizados em Camocim e na comunidade:

> [...] o empreendimento é uma iniciativa da Vitória Régia Empreendimentos Imobiliários LTDA, que está sendo instalado em terras de propriedade da empresa no Distrito de Guriú, norte do Ceará, na zona costeira localizada entre Jericoacoara e a cidade de Camocim. Essas terras se distribuem por duas fazendas distintas- Fazenda Vitória Régia e Fazenda Tatajuba (Disponível em <http-//www.tatajuba.com.br/, acesso em 20/10/2004).

A fig. 26 destaca uma das placas da empresa, distribuídas pela área da comunidade, afirmando sua presença, assegurando o discurso de protetora do meio ambiente, com os dizeres: "atenção, área de preservação. Vitória Régia S/A".

[17]Informação disponível em <http-//www.tatajuba.com.br/, acesso em: 20/10/2004.

FIGURA 26 - **Placa da Empresa Imobiliária em Tatajuba**
FONTE - Luzia Neide Coriolano, Jan./2006.

Os moradores de Tatajuba revelam que o IBAMA fez o levantamento das terras, a pedido do Ministério Público, elaborando um laudo técnico (IBAMA, 2001) sobre a área. Nesse documento, consta que 15% da área de Tatajuba é terra da União[18], 60% são terrenos de APP – Área de Preservação Permanente e 25% são terrenos com solo em desenvolvimento, utilizadas pela comunidade com atividades agrícolas. Baseadas nesses estudos, as lideranças comunitárias (2004) afirmaram que: "*o que a gente sabe que aqui, em Tatajuba, é da União. Uma área super frágil com dunas, mangue, rios e lagoas. O nosso local tem pouco espaço para construção*". No referido documento do IBAMA, consta ainda que uma APA, não seria a melhor opção para área, apontando indícios para a implantação de outra unidade conservação, a RESEX – Reserva Extrativista.

[18] A parcela das terras da União é a que se "encontra localizada nos terrenos que em regra se limitam com as praias brasileiras. Tais áreas são conhecidas como terrenos de marinha, e correspondem à faixa de 33 metros a contar da linha de preamar média do ano de 1831. Portanto, os terrenos da União são identificados a partir da média das marés altas do ano de 1831, tomando como referência o estado de situação da costa brasileira naquele ano. Os terrenos que se formaram a partir da linha de preamar média do referido ano em direção ao mar, tanto os aterros como aqueles resultantes do recuo do mar no tempo, são denominados acrescidos de marinha, que também são áreas de domínio da União" (Disponível em: <www.spu.planejamento.gov.br>, acesso em: 11/11/2005).

Nas pesquisas realizadas em 2004, confirmou-se que a comunidade não tem a documentação de posse de suas terras, nem os terrenos estão inscritos como da União. Pela legislação brasileira, os moradores, depois de cadastrados no Patrimônio da União, deveriam ser isentos ou pagar taxas de ocupação para receber a permissão de uso. Outros tipos de imóveis, que pretendem se instalar na área, primeiramente devem passar pelos procedimentos de licenciamento ambiental, pois a área corresponde a terrenos sob a responsabilidade da União e de competência institucional do IBAMA. Posteriormente, após a legalização e adequação às normas ambientais, os proprietários cadastrados na União devem pagar taxas, que são delimitadas pelas características do empreendimento, que de acordo com o Departamento do Patrimônio da União - DPU, podem variar entre o pagamento de foros, laudêmios, permissões de uso, locações, arrendamentos e/ou alienação de imóveis.

Em 2000, ACOMOTA realizou seminário sobre especulação imobiliária e conservação ambiental, com a participação da SEMACE, do IDACE, da ONG Terramar e NEA/IBAMA, para discussão dos problemas. Como estratégia, mobilizaram a comunidade e apresentaram um abaixo-assinado ao IBAMA e ao CNPT, solicitando a criação de uma reserva extrativista. Como não há, entretanto, consenso dos moradores, o processo produziu conflitos internos ainda maiores. O grupo local que segue a empresa imobiliária diverge do grupo que prossegue a luta de defesa da terra.

A empresa imobiliária desenvolve diversas estratégias para intervir na comunidade, obtendo maiores dados sobre a realidade onde atua. Dentre elas, realizou uma pesquisa socioeconômica em Tatajuba[19], em 2001. Os responsáveis pela pesquisa contrataram mão-de-obra local para aplicação dos formulários. Vários problemas ocorreram durante os trabalhos, inclusive um trágico acidente com o falecimento de uma componente dos pesquisadores, resultado do *buggy* ter capotado nas dunas no momento em que transportava a equipe. Esse fato dividiu

[19] A pesquisa socioeconômica de Tatajuba foi realizada pela Geológica Assessoria, Projetos e Construções Ltda., em 2001. Informações concedidas pela Associação Comunitária dos Moradores de Tatajuba, em 2004.

ainda mais os moradores e o relacionamento entre a empresa e a comunidade. Depois deste episódio, foi enviada pelos pesquisadores uma carta à ACOMOTA dando apoio à luta dos moradores (PESQUISA..., 2004):

> A luta não será fácil, mas tem uma vantagem: o inimigo é bom de se derrotar, porque é vulnerável, fanfarrão, fuxiqueiro, mais que estratégico, achando que o dinheiro compra tudo e se acha o homem mais poderoso do mundo e o mais inteligente. Isso é próprio dos medíocres. É só ir em frente, não desistir e trabalhar, por que assim todo santo ajuda.

Outro trecho da carta denuncia a submissão dos moradores de Tatajuba em se subjugarem e aceitarem calados o empreendimento turístico:

> Este Condado tem tudo a ver com conde, como explicam os dicionaristas, e a juventude de Tatajuba ia se conformar com isso e a população iria ficar submissa eternamente como vassalos medievais, portanto, essa reação é espontânea.

O representante jurídico da empresa[20] (2001), na audiência pública, explicou a origem da fazenda Vitória Régia, ao dizer que "a empresa FININVEST não tem nada a ver com a empresa italiana. A empresa FININVEST sempre foi dirigida pela família Antunes Maciel. Posteriormente, é vendido o capital acionário e ele sai da empresa e hoje tem apenas a Vitória Régia". Assim que a empresa se apresentou na comunidade, tinha ligação com a FININVEST, mas, na audiência pública, informaram que a empresa imobiliária é pertencente apenas a um proprietário sediado no Rio de Janeiro. Em outras declarações, tentaram explicar os registros dos imóveis, além da ação de retificação de área, porém não explicaram claramente, como foi realizada a compra dessas propriedades:

> A primeira transcrição que existe desses imóveis data de 1942, a seguinte, de 1953. São dois documentos: o documento 1973 e 1974. Esses documentos, de 1974, e que mais tarde, geraram quatro matrículas: 888, 861, 862 e 859. Essas quatro matrículas são anteriores à Lei chamada Lei

[20] O advogado Marcos Colares é o representante jurídico da Empresa Vitória Régia Empreendimentos Imobiliários Ltda.

> do Registro Público. Essa Lei entrou em vigor nos anos 70. [...] A partir dos anos 70, todas essas áreas precisaram passar por uma retificação no País inteiro, não só em Camocim (COMISSÃO ..., 2001).

A despeito da Ação de Retificação de Área, a Comissão dos Direitos Humanos da OAB e o Escritório Frei Tito de Alencar[21], na retrocitada audiência pública, ressaltou que esse tipo de ação favorece a grilagem de terras no País. Essas ações são favorecidas, pois a União, ao não se manifestar para uma investigação dos casos, facilita a elaboração dessas retificações (informação verbal)[22]. Nesse sentido, declarou (2001) que:

> Uma Ação de Retificação de Área, embora seja um instrumento legal, legítimo para regularizar tamanho de terra, mas, infelizmente, neste País, Ações de Retificações de áreas – não sei se foi o caso - , mas já serviu para legitimar a atuação de muitos grileiros por este Brasil afora. Ação de Retificação de Área não tem contraditório, via de regra. Às vezes, as pessoas que estão na área não tomam nem conhecimento, não sabem nem o que está acontecendo. Quando, de repente, já vem a decisão que diz que alguém que tinha cem hectares tem mil hectares. Isso já aconteceu muito.

Na mesma audiência pública, em 2001, o advogado da empresa imobiliária declara as intenções divulgadas pelos empresários para implantação do empreendimento turístico na área de Tatajuba e as primeiras ações que serão tomadas pela empresa em "prol" da comunidade, com a doação das terras e a promessa de "inclusão social". Acentuou que:

> A Vitória Régia quer, para demonstrar cabalmente que o seu interesse é no desenvolvimento sustentável da região, nas áreas das comunidades, titular essas áreas, em nome das comunidades, ampliando em 100%, ou seja, o dobro da área, pensando na seguinte perspectiva- daqui a duas gerações terá aí não um a família em cada casa, mas duas, no mínimo. A Vitória Régia não faz isso por que é boazinha, mas por que crê que não é possível uns terem muito e outros não terem nada.

---

[21] O advogado Deodato Ramalho, representante da Comissão dos Direitos Humanos da OAB, e o Escritório Frei Tito de Alencar (Ata da audiência pública, 2001).

[22] Informação fornecida pelo advogado Romoaldo Candoia de Araújo, representante do Instituto de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará – IDACE, em março de 2006.

Sobre as intenções declaradas pela empresa e o significado de desenvolvimento sustentável, os componentes da Associação dos Moradores de Tatajuba falaram que *"consideramos desenvolvimento sustentável quando os moradores debatem, quando os moradores, juntos, decidem aquilo que querem e não quando o empreendedor vem, não sei de onde, dizendo que fará isso e aquilo [...]"* (Depoimento de liderança, audiência pública, COMISSÃO ..., 2001).

As palavras de uma das lideranças da ACOMOTA deixa claro o que entendem por desenvolvimento sustentável, isto é, a participação dos moradores nas decisões e intervenções na comunidade, sendo este o primeiro passo para constituir um processo democrático que busque o verdadeiro desenvolvimento. A comunidade ressalta que Camocim e Tatajuba são áreas prioritárias para os investimentos hoteleiros. No *site* de Tatajuba, revelam detalhes acerca do empreendimento Condado Ecológico de Camocim:

> Informações colhidas junto a algumas fontes em Fortaleza, mencionam que o investimento projetado é um grande centro de turismo e eventos capaz de abrigar cerca de 15 mil pessoas e que a SETUR - Secretaria de Turismo do Ceará e a SEMACE - Superintendência Estadual do Meio Ambiente tem total conhecimento do projeto. Também menciona-se que a própria SETUR declara a iniciativa de primeira prioridade para o governo estadual (disponível em: < www.geocities.com/novatatajuba>, acesso em:6/03/2005).

Na figura 27, são divisadas as estratégias da intervenção público-privado, na região do Camocim, projetadas no Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Ceará, em sua segunda fase – PRODETUR/CE II, sendo o aeroporto internacional em Parazinho-Granja, uma iniciativa do Estado, com parcerias privadas. Sendo este aeroporto a principal estratégia para captar investimentos para a região.

FIGURA 27 – **Logística projetada pelo PRODETUR-NEII**
FONTE – disponível em: www.tatajuba.com.br, acesso em 20/10/2004

O principal argumento dos empresários que se apropriaram das terras da comunidade é que contribuirão para o desenvolvimento sustentável do lugar, trazendo infra-estrutura e ofertando empregos, com o empreendimento turístico. A proposta turística para a região prevê a mobilização de fluxos para o lazer e trabalho, sugerindo a implantação de um aeroporto na região, haja vista a longa distância entre Fortaleza e esta área. Este aeroporto daria acesso a novas rotas turísticas que se projetam ao Delta do Parnaíba e aos Lençóis Maranhenses, concretizando a regionalização do turismo entre o Ceará, Piauí e Maranhão. Assim, o espaço geográfico vai se estruturando de forma a colocar os fluxos em constante movimento, com a instalação de infra-estruturas específicas para o turismo.

As estratégias do Estado, aliado aos empresários, evidenciam o avanço e apropriação dos lugares litorâneos, declarando o que mostra Sandroni (1985, p.60), ao dizer que “sem as condições objetivas de produção, o trabalho perde seu valor de uso e o que resta é o valor de troca de sua força de trabalho”. O processo de produção da sobrevivência dos moradores de Tatajuba depende do espaço livre no mar, onde se tem a pesca, e da terra, para agricultura de subsistência.

Considerando que a comunidade não possui muitas possibilidades de produzir sozinha, restam como força de trabalho, garantindo a mais-valia dos donos do capital.

A presença da empresa na comunidade deflagrou lutas internas pela defesa da terra. Este processo, iniciado com o fortalecimento dos laços de solidariedade que os nativos mantêm entre si, levou-os a descobrir formas de resistência e de luta. O movimento caminhou para a divisão, porque alguns membros capitularam às promessas de emprego, sobretudo, do favorecimento de algumas lideranças, além de emprego a distribuição de gleba de terra. Esta divisão culminou com a formação de três associações comunitárias, em 2002. As posições são diferentes: cada qual luta como melhor lhe convém. O depoimento da moradora de Tatajuba revela melhor esse fato:

> O problema é que no início do conflito existia uma associação que envolvia as quatro vilas: Tatajuba, Vila Nova, Baixa da Tatajuba e Vila São Francisco. E porque a gente sabe que existem conflitos. Nós tivemos no início apoio do Instituto Terramar, a própria diocese de Tianguá estava apoiando e outras instituições, demonstravam apoio a gente. Por causa disso, a gente se tornava forte. Mas, muitas pessoas apoiavam a empresa, porque ela prometia emprego para todos, prometia trabalho, desenvolvimento, então por causa disso, muita gente achou melhor ficar do lado da empresa. Então, parte dos associados resolveram formar outras duas entidades, que dão sustentação a empresa. O problema maior é essa divisão. A comunidade se dividiu (Moradora de Tatajuba, 28 anos, PESQUISA ..., 2005).

Existia apenas uma associação comunitária, denominada Associação Comunitária dos Moradores de Tatajuba – ACOMOTA (ver fig. 28), onde as decisões eram tomadas em conjunto. Com a divisão das lideranças e a diminuição da resistência, a estratégia dos especuladores foi facilitada. Antecedendo a divisão, ocorreu um conflito interno entre os membros da Associação. Os dissidentes solicitaram o pedido de improcedência e destituição da diretoria da ACOMOTA, em 2001, acusando a ocorrência de fraude na eleição. Foi, contudo, concedida liminar favorável à diretoria em exercício na ACOMOTA. Daí resultou, em 2002, a criação do Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Tatajuba e Adjacências e a Associação dos Moradores de Vila Nova e adjacências e Vila São Francisco.

FIGURA 28 - **Associação Comunitária dos Moradores de Tatajuba - ACOMOTA**
FONTE - Eluziane Mendes, Nov. 2004.

Diversas foram as ações realizadas pela ACOMOTA, com apoio da ONG Terramar e de outras instituições em 2001, conforme se verifica no quadro 07, onde estão sintetizadas as principais estratégias e encaminhamentos realizados pelas associações e pela empresa. Dentre estas estratégias, realizou-se uma visita de alguns membros da comunidade às praias do Cumbuco, Balbino, Praia das Fontes e a Prainha do Canto Verde, para verificar a intervenção das empresas e do Estado nesses lugares, conforme relata o depoimento de um dos associados e pescador de Tatajuba:

> Nós fomos à Batoque e peguemos a experiência das outras comunidades, lá. Eles estiveram contando pra nós que quando os empresários chegaram lá, prometeram umas coisas pra eles e não cumpriram. E do meio, por fim, pra eles pegarem um pedaço da terra, pra eles morarem, eles já estavam sentindo dificuldades. O empresário já tinha tomado de conta. A família depois que ia crescendo, não tinha pra onde ficar e tinha que ir para outro lugar. Por que no lugar deles era tudo dos empresários, com pousadas e vendendo pra outros italianos. E não teve chance. Nós vimos isso. Achamos que não que a gente não queria isso aqui. Por que se não, a gente ia se prejudicar mais na frente. (Pescador de Tatajuba, 47 anos, PESQUISA ..., 2004).

Outra ação da ACOMOTA foi o pedido de criação da reserva extrativista, pelo envio de carta ao CNPT – Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado de Populações Tradicionais, em 2002. Em 2001, foi realizado o Laudo Técnico da localidade de Tatajuba e, em 2005, sucedeu o Diagnóstico Socioeconômico e Cultural de Tatajuba. As duas pesquisas foram realizadas com a participação do IBAMA. Os dissidentes temem que a implantação da reserva venha subtrair novas parcelas de terras da comunidade. Este problema não está claro no plano da consciência de muitos moradores, esquecendo-se de que, ao se decidirem pela venda de seus terrenos para turistas nacionais e estrangeiros, estão agravando ainda mais o problema dos residentes. O relatado do morador revela bem esse fato:

> Na Vila Nova tem mais de dez terrenos vendidos, gente de fora de São Paulo, outros empresários. Ali no alto, quase tudo vendido e ninguém ta se incomodando por que ninguém foi vendo. Só reclama quando tá nas vistas, mas tem muita gente que vendeu e o dono não construiu ainda, mas esse pessoal vai construir e o desenvolvimento vai aumentar mais. Isso só ta acontecendo por que não tem união na comunidade e quem tá levando vantagem com isso é o pessoal de fora (Morador de Tatajuba, 35 anos, PESQUISA ...., 2005).

As associações diferem na luta e não conseguem manter interesses comuns, solidarizando-se para pensar coletivamente o lugar. Depoimentos dos moradores (2004; 2005) denunciam que os terrenos passaram a ser intensamente fragmentados, loteados e vendidos, depois do cadastramento das posses, realizado pelo IDACE em 2001. Afirmaram, ainda, que alguns moradores se direcionam ao órgão, solicitam uma declaração da terra que foi medida, e então realizam a venda. Disseram que a venda de terras

> [...] aumentou depois da medição do IDACE, em 2001, daí pra frente o pessoal começou a vender as posses vivas que existe. Continuam fazendo, pegam um local que não tem nada e fazem outra posse. Posse viva caracteriza quando tem uma casa um cajueiro, uma cacimba, um coqueiro, alguma coisa que identifica uma posse. Por que só feito vazante em quatro canto, eu considero ali “olho grande” e grilagem de terra. Se você anda de noite por ai sem conhecer, você cai por cima do pau das cercas (Liderança da comunitária, 26 anos, PESQUISA ..., 2006).

Reportando-se ao IDACE sobre as vendas de terras em Tatajuba pelos nativos, revelaram que não existe nenhum tipo de impedimento de um morador solicitar uma declaração no órgão, comprovando que seu lote foi medido e cadastrado. Assinalaram que apenas a empresa, que se diz proprietária, pode tomar alguma atitude, não permitindo essas vendas. As cercas que servem para demarcar os terrenos dos moradores e, ainda, para delimitar terrenos para vendas, contribuíram na especulação e valorização da terra como mercadoria.

Vários conflitos de terra no litoral do Ceará tiveram repercussão internacional. O de Tatajuba foi resultado da criação de uma página na *Internet*, elaborada pelo Instituto Terramar, denunciando a problemática vivenciada pelos moradores, sendo esta: <www.geocities.com/novatatajuba>. Diversas ONGs estrangeiras, instituições, ambientalistas e estudantes, que se interessam pelas comunidades litorâneas, souberam do caso de Tatajuba e solicitaram providências ao Governo do Estado. O representante do IDACE[23], na audiência pública, (2001), declarou que:

> Temos uma demanda de caráter internacional, e o Governador tem respondido positivamente. Temos mais de trinta e-mails recebidos nos últimos dois meses, de ONGs (Organizações Não Governamentais) de diversos países, de comunidades nacionais, solicitando que o Governo do Estado proceda ações fundiárias dentro da comunidade de Tatajuba (COMISSÃO ..., Ata da audiência pública, 2001)..

A empresa instala lentamente seus equipamentos, embora o complexo turístico esteja impedido judicialmente de se implantar. Aguarda especialmente a regularização dos conflitos fundiários para alocar o empreendimento. Enquanto isso, adota como estratégia a mobilização e enfraquecimento da luta local, o financiamento de projetos sociais (como banda de música na escola, a construção da sede do Conselho Comunitário, projetos para artesanato, entre outros) como forma de cooptar os residentes. Estes fatos solidificam o apoio de alguns moradores

[23] Antônio Peixoto, representante do IDACE.

à empresa. Isto foi declarado nos depoimentos dos moradores, na audiência pública (2001), afirmaram que:

> Se a empresa está na nossa frente é porque puxamos a empresa. Somos nós que queremos dias melhores. A empresa tem vida para nos dar e a Associação de Tatajuba não tem. Queremos a empresa sim. Com luta ou sem luta a empresa ficará do nosso lado sim (COMISSÃO ..., Ata da audiência pública, 2001).

A busca por dias melhores incita parte da população apoiar aos empresários. Disseram na audiência pública, em 2001, que:

> Se estamos indo para o lado errado, com certeza, futuramente seremos castigados. Mas se estamos indo para o lado certo, é esse lado que queremos. Mas a empresa, de anos atrás, vem desenvolvendo empregos. Hoje temos artesanato, o grupo do Coral, esses empregos geram renda sim (COMISSÃO ..., Ata da audiência pública, 2001).

As formas de cooptação do movimento de resistência e, simultaneamente, de ocultação das relações de dominação sobre as associações, desarticulam a resistência da comunidade. As ações articuladas beneficiam a comunidade, escamoteando o conflito no processo de valorização do espaço pelo interesse do capital, mas, contraditoriamente, apesar de produzirem resultados positivos em curto prazo, ocasionam graves problemas em longo prazo. A declaração do Instituto Terramar, na audiência pública, (2001), sobre o conflito na comunidade, foi a seguinte:

> Está extremamente visível uma divisão da comunidade dessas lideranças, exatamente porque parte dessa comunidade se iludiu com a falsa promessa de que uma empresa que vem do Rio do Janeiro está interessada em fazer o desenvolvimento de Tatajuba. É lamentável que pessoas irmãs, parentes, vizinhas, que se conhecem há anos, hoje estejam nessa Audiência divididos. É lamentável que pessoas, lideranças, que têm sonhos, como essas pessoas aqui, estejam se deixando envolver por uma migalha que hoje cai no bolso dessas pessoas e que sabemos que no futuro próximo essas migalhas deixarão de cair. Porque o emprego que é gerado pela indústria do turismo no Ceará, para a população local, é muito resumido sim (COMISSÃO ..., Ata da audiência pública, 2001).

O conflito vivenciado em Tatajuba revela-se, além do fundiário, mas pelo direito à sobrevivência no litoral. Mesmo os que se declaram a favor dos agentes externos buscam defender o direito ao trabalho e o direito à vida. Apesar do capital instaurar-se na sociedade, ensejando consumo e acirrando muitos conflitos, algumas lideranças permanecem resistentes, sendo intensa a atuação das comunidades litorâneas do Ceará.

Os anos de 2001 a 2003 são considerados pelos moradores como período crítico, em que foram travados os principais embates, sobretudo, os conflitos internos que resultaram na fragmentação da comunidade e ruptura da ACOMOTA e dos laços de solidariedade que existia na convivência entre os moradores. Nessa fase, surgiram as outras representações comunitárias. A ACOMOTA buscou apoio no Instituto Terramar e as outras associações, Conselho Comunitário e Associação de Vila Nova, na própria empresa.

O quadro 7, em anexo, sintetiza as diversas ações realizadas, que deram continuidade à luta, como a anulação dos registros de terra, denúncias sobre o conflito e pedidos de apoio. As declarações recentes dessa história (2006) revelaram a diminuição gradativa dos projetos desenvolvidos pela empresa na comunidade; e que os empregos e a distribuição de “mesadas” diminuíram e o único projeto que ainda persiste, é o do Coral infantil, apoiado pelo Conselho Comunitário. Os moradores, no entanto, sofrem pressões com a derrubada de cercas de vazantes e com a constante presença de representantes da empresa na comunidade. Fatos trágicos ocorreram em fevereiro de 2006, quando representantes da empresa em Tatajuba impediram um morador de cercar uma nova área, resultando em ofensas, luta corporal e tentativa de homicídio do morador. Não se sabe como sucedeu o início do conflito, no entanto, a empresa, ao defender as terras das quais se diz proprietária, não poderia ter reagido com tamanha violência. Outro informação é o aumento do mercado de terras pelos nativos para compradores nacionais e estrangeiros.

A empresa busca propor um novo acordo com a comunidade, mediante “doação” das terras para o Estado regularizar e titularizar os moradores, conforme se observa no quadro 2, a área de 280,09 ha compreenderia a APP – Área de

Preservação Permanente; para as associações comunitárias de moradores 296,01 ha e para os moradores cadastrados no IDACE seria 230,25 ha, correspondente aos lotes de suas casas. Essa proposta foi apresentada em reunião realizada, em fevereiro de 2006, com representantes da empresa, da Secretaria de Turismo, da Procuradoria Geral do Estado, do IDACE, entre outros órgãos, mas com ausência de qualquer representação da comunidade. Confirmou-se que é interesse do Estado a implantação de empreendimentos na região de Camocim, pois alega a criação de empregos e renda, fato que ratifica o "processo de proletarização".

Outro aspecto do conflito é que essa proposta só poderá ser efetivada com o consentimento das três associações comunitárias, sendo que a ACOMOTA deveria retirar as ações na justiça contra a empresa imobiliária, dando abertura para a proposta de doação das terras para que o Estado pudesse regularizar e titularizar os moradores de Tatajuba, encerrando o conflito e dando encaminhamento aos planos dos empreendedores. Além disso, existe outro empecilho, apresentado pelos órgãos: é que o número de posseiros na área das vilas aumentou, desde o ano do cadastro em 2001, e a empresa, em sua proposta, garante que só iria doar terras para os cadastrados nesse período.

QUADRO 2 - PROPOSTA DE DOAÇÃO DE TERRAS PARA TATAJUBA

VILAS DE TATAJUBA	TERRAS PROPOSTAS PARA AS ASSOCIAÇÕES	TERRAS PARA POSSEIROS CADASTRADOS NO IDACE EM 2001	TERRAS PARA O ESTADO APPs
Nova Tatajuba	87,54 ha	63,41ha	280,09 ha
Baixa Tatajuba	64,87 ha	50,38 ha	
Vila Nova	116,69 ha	96,96 ha	
Vila São Francisco	26,91 ha	19,50 ha	
TOTAL	296,01 ha	230,25 ha	280,09 ha

Fonte - Empresa Vitória Régia Empreendimentos Imobiliários, 2006.[24]

No mesmo mês, aconteceram outras reuniões entre os representantes da empresa, do Estado (IDACE) e os da comunidade, quando foi apresentada a nova proposta que se mostrou mais condizente com a realidade dos moradores, apesar

[24] Material distribuído pelos representantes da empresa, em reunião realizada em fevereiro de 2006.

de não ser o ideal (SILVINO DA SILVA, 2006)[25]. Mesmo assim, solicitaram dos representantes das associações uma resposta, dando um período de um mês para que fosse pensada pela comunidade uma decisão e, em seguida, retirada a ação contra a empresa. O conflito fundiário representa grande resistência para o desenvolvimento do negócio turístico, pois os empresários necessitam legalizar as terras para atrair novos investidores[26] (FRANÇA, 2006).

O poema abaixo[27] demonstra as características das terras que compõem Tatajuba e o avanço do capital sobre esse lugar. Ao tomar conhecimento do conflito e das conseqüências desse processo na vida dos moradores, o Deputado criou o apelo, em forma de poesia. Mediante símiles e outras figuras poéticas, roga que o grande capital permita que a comunidade permaneça em seu lugar de sobrevivência. Além disso, incita os pescadores à resistência e à luta, para levar "além mar, a ganância dos especuladores", solidificando com o apoio de suas mulheres, que, nas praias e nas terras, possam tecer nova história, cujo enredo se refira à justiça social.

TATAJUBA

Que sabe o grande capital
Do delicado curso de tuas dunas,
Ampulhetas semoventes a marcar
O espaço e o tempo de teus nativos?

Que conhecem as régias empresas
De fluxo diário de tuas marés
A encher e vazar tuas camboas,
Alegrias perenes de teus curumins?

Que pensam os novos Midas
Desse teu luar prateado,
A banhar de luz teu lago grande,
Pai-provedor desses teus pescadores?

Que teus ventos, Tatajuba,
Que levam e trazem teus homens do mar,
Carreguem, para além mar,
A ganância de tais especuladores.

[25] Informações fornecidas pelo Advogado da comunidade Francisco Silvino da Silva, em entrevista concedida em março de 2006.
[26] Informações fornecidas em entrevista com representante da Secretaria de Turismo, em março de 2006.
[27] Poema Tatajuba, de autoria do deputado João Alfredo Telles Melo, disponível em: <www.geocities.com/novatatajuba>, acesso em: 6 de abril de 2005.

E que as mulheres do litoral,
Que tecem a vida com bilros e amores,
Possam gestar uma nova história
Nas praias/terras sem males nem dores.

A história de Tatajuba manifesta-se como exemplo das lutas pela posse da terra e do processo de *turistificação* do litoral cearense. Não é a primeira e provavelmente, não será a última, mas espera-se que as análises desses conflitos contribuam para o entendimento da valorização da terra litorânea, e que ponham em relevo a justiça social, dando direitos e condições de permanência das comunidades no litoral.

No próximo texto, será retratado, especificamente, o turismo, por sua dimensão política reestruturadora dos espaços, e ainda como formas de preencher brechas deixadas pelos grandes empreendimentos, dando oportunidade para o desenvolvimento das resistências locais, para permanecerem em suas terras; além de estratégia de sobrevivência, buscando inserir as comunidades litorâneas na cadeia produtiva do turismo, mediante a organização comunitária, prática estimulada em Tatajuba, desde 2002, com o desenvolvimento de projetos de turismo comunitário.

5. DE ESPAÇO COMUNITÁRIO A ESPAÇO DO TURISMO

Os lugares são inseridos na produção das mercadorias. A década de 1990 foi considerada como o período em que o turismo cearense teve maior desenvolvimento. Esse processo, porém, não acontece de forma tranqüila. O turismo, por intermédio das estratégias de *marketing,* transforma os espaços das comunidades em atrativos e incita os conflitos fundiários[1] no litoral. A luta pela terra torna-se um épico confronto.

Desde o final da década de 1970, a comunidade de Tatajuba passou a ser ameaçada pela grilagem de suas terras, e, posteriormente, a partir da década de 1990, foram surpreendidos com a apropriação das terras pela empresa imobiliária, fato narrado no texto anterior, processo que se realiza de forma conflituosa. Tatajuba, que era uma comunidade isolada pelas dunas, a partir de sua inserção em passeios e roteiros turísticos, gradativamente é inserida na valorização do litoral-mercadoria. O conhecimento da comunidade sobre a pretensa implantação de empreendimento turístico em sua área incitou, primeiramente nos moradores, reações de oposição à empresa, e, posteriormente com a cooptação das antigas lideranças, resultou na fragmentação da solidariedade, deixando os dissidentes submissos à proletarização pelo turismo.

O litoral, antes espaço de comunidades de pescadores, passa por intensa reestruturação, na perspectiva de realinhar esse espaço no circuito da economia do turismo. Para tanto, a implantação do turismo induz a criação de políticas que ensejam grandes intervenções, pela tentativa de reestruturar o espaço, cujo objetivo é a implantação de novos investimentos que integram o litoral na economia-mundo. Nesse sentido, tenta-se analisar o turismo, compreendendo o que leva a essa indução e inserção. Busca-se compreender o papel do Estado na produção do

[1] Para Gomes, H. (2002, p.87) “ao longo dos anos 70, 80 e 90 muitos conflitos entre populações nativas e grileiros se desenrolaram ao longo do litoral cearense. São exemplos os casos de Redonda – Icapuí, Esteves e Fontainha em Aracati, Prainha do Canto Verde, Praia das Fontes e Uruaú em Beberibe, Barra Vella e Balbino em Cascavel, Batoque – Aquiraz, Sabiaguaba – Fortaleza, Cumbuco – Caucaia, Paracuru, Capim Açu – Paraipaba, Maceió – Itapipoca, Caetanos – Amontada e Tatajuba – Camocim”.

espaço, mediante políticas de reordenamento e regionalização do turismo litorâneo cearense com os litorais do Piauí e Maranhão.

A *turistificação* dos litorais é implementada pelas políticas privadas e públicas, que estruturam os territórios para receberem as empresas. Destacam-se alguns elementos do Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE. Esse Programa, sobretudo na sua segunda fase, colabora para a valorização do litoral oeste, com destaque do Município de Camocim e da comunidade de Tatajuba, conforme constatado nos textos a seguir.

5.1 As Contradições da Política de Turismo no Espaço Cearense

O turismo, atividade em constante expansão e consumo do espaço, induz o desenvolvimento de políticas de reordenamento do território para torná-lo palco e substrato de seu desenvolvimento. Portanto, pretende-se analisar esse processo e como as dimensões privadas, públicas e comunitárias, complementam-se e contrapõem-se no modelo hegemônico.

A atividade turística é utilizada, tanto para justificar o desenvolvimento econômico dos territórios, incentivando o desenvolvimento de políticas públicas, quanto para justificar a intensificação das mazelas sociais dos lugares. Esta visão transforma o turismo em “mito”, passando a ser uma das responsáveis pelas transformações que acontecem no espaço e na sociedade. Knafou (1996, p. 63), ao dizer que “a palavra turismo é polissêmica, pois evoca, ao mesmo tempo, uma atividade humana e social, e todo aparelho econômico – igualmente muito importante – que a rejunta”, confirma a intensidade da expansão do turismo pelos territórios e da dimensão socioeconômica atingida pela atividade.

Não existe visão única do turismo como atividade econômica ou como prática social. Fundamental, no entanto, é compreender que o turismo se insere na produção capitalista e que, portanto, seu desenvolvimento reproduz a mesma lógica.

É uma prática social, por ter em sua essência o lazer, porém cooptado para a acumulação, objetivando lucro.

Knafou (op.cit., p.72) entende ser o turismo “uma complexa atividade humana, que coloca em questão os desejos e as representações do mundo, é então reduzido a uma atividade econômica lucrativa, criadora de empregos”. Não se pretende reduzir a dimensão do turismo, mas depreender o seu real significado na produção/consumo do espaço litorâneo para o desenvolvimento do lazer mercadoria. Essa modalidade de lazer é prioridade para o Estado, sugere a criação de estratégias econômicas, desenvolvimento de políticas de reordenamento do território, “consideradas investimentos públicos e empreendimentos privados” (RODRIGUES,1997), isso para que a natureza, as cidades e as comunidades sejam inseridas no circuito da economia global. Desse modo, os lugares são transformados em centros de excelência para o consumo. Do contrário, ao pensar o social, o gasto público na qualificação dos lugares para a população é considerado despesa e não investimento.

O turismo é um fenômeno espacial, configura-se, portanto, como atividade que exige políticas públicas, pois utiliza os serviços e infra-estrutura instalada nos lugares. Knafou (idem, ibid) confirma ao dizer que

> [...] o turismo utiliza equipamentos cujo monopólio não lhe pertence (transportes, hospedagens, alimentação etc.); porque o mais freqüente é que varie conforme as estações, o que subentende muita mão-de-obra itinerante, difícil de ser analisada; muito trabalho escondido; muita opacidade fiscal; muitas dissimulações; porque os próprios turistas, como qualquer população em movimento, são de difícil contabilização.

Esses são alguns elementos da complexidade de compreensão do turismo. Rodrigues (op.cit., p.44) assinala, ainda, que, na bibliografia do turismo, há “dois enfoques: um que trata da produção e outro que analisa o consumo da paisagem, do território, do espaço”. Considera, contudo, que o problema maior é a complexidade da produção e do consumo relacionados à atividade turística. Isso porque não existe “o turismo”, mas um conjunto de serviços de entretenimento, hospedagem, alimentação, transporte, entre outros, além de infra-estruturas, utilizadas pela atividade, tornando a análise complexa. O próprio espaço é

transformado em cenário espetacular, onde a vida é artificializada para a produção de territórios turísticos. Sanchez (1991, p.219) revela que “a incorporação do espaço do lazer ao processo econômico implica na configuração de uma atividade produtiva que o transforma em mercadoria. Nessa perspectiva, o turismo se delineia como um novo setor produtivo”; isto é, lazer e turismo promovem políticas territoriais.

O turismo é entendido ainda como “um fenômeno histórico sem precedentes, na sua extensão e no seu sentido, é uma das invenções mais espetaculares do lazer da sociedade moderna” (DUMAZEDIER, 1994, p. 38). Desde então, o lazer “emerge como uma expressão da sociedade de consumo, que necessita dele para se reproduzir ideológica e materialmente” (CORIOLANO, op. cit., p. 29). Portanto, o lazer foi materializado pelas viagens, transformado em turismo, num produto de consumo e numa atividade lucrativa em constante expansão. Esse processo é inerente à Modernidade, mundialização da economia e globalização dos espaços. A despeito do turismo globalizado, Gallero (1996, p.34) revela que:

> A globalização uniformizou os instrumentos, os veículos, os produtos de consumo, a linguagem tecnológica, as modas, os materiais e subseqüentemente os hábitos, as respostas, as aspirações de setores importantes da sociedade. E também generalizou as formas de realizar o turismo e, o que é mais grave, unificou – a televisão mediante – a utilização dominante do tempo livre.

As políticas contribuem na permanência e criação das mercadorias, que invadem todas as dimensões da existência, sobretudo o espaço. Nessa perspectiva, Santos (2004, p.30) lembra que “o espaço, portanto, tornou-se a mercadoria universal por excelência. Como todas as frações do território são marcadas, doravante, por uma potencialidade cuja definição não se pode encontrar senão a *posteriori*, o espaço se converte numa gama de especulações de ordem econômica, ideológica, política, isoladamente ou em conjunto”. Igualmente, para Carlos (1996, p.28), a produção do espaço em mercadoria resulta na criação de espaços do vazio:

> O espaço produzido pela indústria do turismo perde o sentido, é o presente sem espessura, quer dizer, sem história, sem identidade; neste sentido é o espaço do vazio. Ausência. Não-lugares. Isso porque o lugar é, em sua essência, produção humana, visto que se reproduz na relação entre espaço e sociedade, o que significa a criação, estabelecimento de uma identidade entre comunidade e lugar, identidade essa que se dá por meio de formas de apropriação da vida.

Quando as políticas são direcionadas para a criação/estruturação de equipamentos exclusivos do lazer mercadoria, criam espaços do vazio. As próprias comunidades costeiras são lugares que fazem parte do substrato da produção do turismo no espaço geográfico, ou mesmo caminham para a produção de espaços do vazio.

Para o turismo, os lugares são, mais facilmente, valorizados, à medida que o *marketing* consegue promovê-los nos *mass media*. Quando apresentam características singulares de beleza paisagística e/ou culturais, como Tatajuba, facilitam a valorização e restam transformados em elementos banais, isto é, imagens-mercadorias, reestruturadas para o turismo.

A freqüência dos lugares explica-se pela constante expansão do capital em busca da promoção do turismo. Além da inserção dos lugares comunitários, o turismo produz "lugares" específicos para o consumo do lazer. Exemplos são os parques temáticos internacionais, como: *Disney World, Sea World*, Cabo Kennedy, lugares e estâncias turísticas, estudadas por Trigo (1993). Schlüter (2001, p.233) demarca que "os centros turísticos de Cancún (México) e de Puerto Plata (República Dominicana) são exemplos mais claros dessas estâncias turísticas na América Latina". A autora (op. cit., p.231-232), ao analisar a dimensão e desenvolvimento do turismo, revela que,

> [...] na década de 1950, quando a América Latina tentou desenvolver-se por meio do turismo, empregou as mesmas políticas adotadas por todas as nações em desenvolvimento. Sem avaliar, de forma crítica se esta seria realmente a melhor alternativa, os países da região elaboraram uma política para o turismo segundo os moldes implementados em outros países, em desenvolvimento.

O mesmo modelo para implementação do turismo foi seguido pelos países da América Latina, pelo Brasil, onde os empreendimentos internacionais são considerados fontes de divisa, daí o processo de qualificação dos territórios e a agressiva atração de investimentos. As políticas territoriais são elaboradas na perspectiva desses objetivos e o Estado emerge como um dos principais agentes de *turistificação*.

A *turistificação* dos lugares resulta de ações de comando, que, na maioria dos casos, são de agentes exógenos aos lugares, configurando-se como processos, em grande parte, alheios às vontades dos habitantes das comunidades. Santos (op. cit., p.80) revela que as políticas

> [...] são cada vez mais estranhas aos fins próprios do homem e do lugar. Daí a necessidade de operar uma distinção entre a escala de realização das ações e a escala do seu comando. Essa distinção se torna fundamental no mundo de hoje- muitas das ações que se exercem num lugar são o produto de necessidades alheias, de funções cuja geração é distante e das quais apenas a resposta é localizada naquele ponto preciso da superfície da Terra.

Knafou (op. cit., p.70-71) considera que as três fontes de *turistificação*, dos lugares e dos espaços são: os turistas, que estão na origem do turismo; o mercado, a segunda fonte de criação dos lugares turísticos; e a terceira fonte são os planejadores e promotores "territoriais". Assim "o processo de *turistificação* não vem do próprio lugar", desconsidera os residentes como centro do processo. Este fato só ocorreria se os projetos de turismo fossem ligados a iniciativas locais. Para Coriolano (2005, p.26), um território turístico "ocorre quando o lugar torna-se capaz de gerar relações turísticas, ocorre o uso do espaço, formando territorialidades".

Compreende-se que os agentes sociais atuam na produção do espaço e são fundamentais à atividade turística, são considerados, então: as comunidades, que produzem espaços com características primordiais de uso, definidas pelo cotidiano; as empresas, que (re)estruturam os espaços para venderem seus produtos; o Estado – promotor de parcerias e de alianças com o setor empresarial – normatizando os usos turísticos e desejando a arrecadação de tributos e divisas para as contas nacionais; e os turistas e visitantes, que contribuem na formação de demandas para o consumo de serviços especializados, às vezes identificando novos territórios turísticos ou de lazer. As ações, aqui realçadas, desembocam na produção, valorização e privatização do espaço litorâneo cearense.

As ações dos agentes considerados revelam-se na realidade vivida em Tatajuba. A comunidade age pelas ações de resistência ao empreendimento hoteleiro. Por outro lado, alguns contribuem na especulação e valorização do lugar

como mercadoria, além de desejarem gerir seus negócios turísticos. A empresa Vitória Régia Empreendimentos Imobiliários tem seu raio de ação em Tatajuba, ao dizer-se proprietária das terras, buscando implantar seu negócio hoteleiro e, para tanto, intervém diretamente no lugar, mediante estratégias de cooptação, reveladas anterioriormente. Os turistas e visitantes chegam ao lugar, em passeios comprados em Jericoacoara e, Camocim, e alguns compram lotes de terra e instalam pousadas. É o caso de um gaúcho, um espanhol, entre outros, que chegaram como visitantes e tornaram-se proprietários de pousadas; e, enfim, o Estado, agente normatizador e reestruturador dos espaços.

O Estado, como agente de *turistificação*, insere-se nas relações de poder exercidas no território litorâneo, favorecendo o desenvolvimento de políticas com o objetivo de implantar redes para o fluxo do turismo global. Redes são entendidas como "toda infra-estrutura, permitindo o transporte de matéria, de energia ou de informação, e que se inscreve sobre um território onde se caracteriza pela topologia dos seus pontos de acesso ou pontos terminais, seus arcos de transmissão, seus nós de bifurcação ou de comunicação" (CURIEN, 1998, apud SANTOS, 2002, p.262).

No contexto elaborado, os nós são representados pelos lugares onde foram instaladas infra-estruturas, como: rodovias, comércio, aeroportos, portos etc. São pontos de conexão, portanto, lugares de poder que constituem foco das redes empresariais que compõem o turismo de elite, atuando no litoral. Procuram criar condições, juntamente com os investimentos do Estado, principalmente, em educação, infra-estruturas e serviços, que possam ser consideradas vantagens locacionais. Isso porque a modalidade de turismo denominada "praia e sol" é também utilizada como negócio no restante do litoral brasileiro e mundial. Portanto, Santos (op. cit., p.214) adverte para a idéia de que:

> Numa situação em que as virtualidades de cada localização estão sempre mudando, instala-se o que bem se pode denominar de guerra dos lugares. Estes não apenas devem utilizar suas presentes vantagens comparativas, como criar novas, para atrair atividades promissoras de emprego e de riqueza. Na batalha para permanecer atrativos, os lugares se utilizam de recursos materiais (como as estruturas e equipamentos), imateriais (como os serviços). E cada lugar busca realçar suas virtudes por meio dos seus símbolos herdados, os recentemente elaborados, de modo a utilizar a imagem do lugar como imã.

A transformação dos lugares em territórios turísticos demanda, sobretudo do Estado, como agente de *turistificação*, o desenvolvimento de políticas públicas para implantar redes competitivas no espaço. Ressalta-se que se deve "perceber o espaço geográfico não como receptáculo de eventos, mera soma de fragmentos particularizados" (ALMEIDA, 2004, p.12), mas em constante transformação, sobretudo com a implantação de políticas. Para Fonseca (2005, p.81), "a noção de políticas públicas – *publicy policy* – foi difundida inicialmente nos países anglo–saxões, na segunda metade do século vinte. Políticas públicas referem-se ao conjunto das ações e omissões do Estado para resolver problemas que afligem a sociedade". A autora (op. cit., p.82), anota, ainda, que:

> É importante salientar que existem políticas públicas de várias naturezas (econômica, social, cultural, segurança etc.) e que alguns delas apresentam forte incidência espacial, ocasionando significativas mudanças na organização do espaço. As políticas públicas de turismo implementadas no Brasil nos últimos anos, por exemplo, têm provocado a reestruturação do espaço em grandes extensões do litoral nordestino, ao procurar adequá-lo ao exercício dessa nova função econômica.

As políticas públicas implementadas buscam inserir o espaço litorâneo no circuito mundial da economia, por meio do estabelecimento de arranjos produtivos, onde os territórios são requalificados e recebem nova funcionalização – a turística. Implantam-se fixos e cria-se mão-de-obra especializada, para contribuir na formação de fluxos. As políticas territoriais são elaboradas para reestruturar os lugares, em função do crescimento econômico.

Outras políticas foram criadas, com menor incidência na organização espacial, que repercutiram em âmbito municipal, como o Plano de Ação Turístico – PAT e, posteriormente, a Política Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT. Esta última, para Fonseca (op.cit., p.98), "foi idealizada dentro da ótica do Estado Neoliberal e delega aos municípios responsabilidades na condução e implementação da atividade turística local, através do planejamento com enfoque participativo".

O território é o substrato onde acontece a materialização das políticas públicas. No Ceará, as políticas de turismo foram implementadas e "têm particular importância para o Estado o PRODETURIS[2] e o PRODETUR/CE, pois compreendem projetos de grande porte em parceria com agências multilaterais de crédito (BID), sendo o primeiro um instrumento técnico-operacional do segundo" (ALMEIDA, op. cit.,p.84). Corrobora-se esta informação com a análise de Fonseca (op.cit., p. 101), ao afirmar que "o Ceará foi o estado nordestino que mais investiu recursos no PRODETUR/NE, totalizando 23 % do total dos investimentos da região, demonstrando a importância que o governo cearense tem dado à atividade turística no Estado. Os investimentos nos demais estados variaram entre 7% e 12%".

A implementação da atividade turística priorizou as grandes empresas, o capital, desrespeitando as comunidades e valorizando os habitantes apenas como mão-de-obra. "Um consumo coletivo que tem como principal agente a iniciativa privada e como principal 'regulamentador' o Estado" (RODRIGUES, op. cit., p.62), sendo as políticas implementadas, direcionadas para o desenvolvimento do turismo de alto nível, visando o crescimento econômico. Nesse sentido, "a produção global do turismo é baseada, sobretudo, em novas formas de organização da atividade que impõem ritmos à sociedade", conforme ressalta Silveira (2002, p.39).

Para viabilizar o ritmo do capital, programas e projetos são realizados com o objetivo de reordenar o território para implantação das empresas. Esse é o caso do PRODETURIS – Programa de Desenvolvimento do Turismo em Área Prioritária do Litoral do Ceará, do PRODETUR/NE – Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste e, recentemente, do Programa de Regionalização do Turismo, do Ministério do Turismo e da Secretaria de Políticas Públicas de Turismo (2004).

A rodovia estruturante, no entanto, uma das obras do PRODETUR I, construída para dinamizar o fluxo de pessoas para o turismo no litoral oeste, influenciou na demanda de turistas em direção a Camocim. Com efeito, na fase do PRODETUR/CE II, o Município foi inserido como área prioritária para receber infra-

[2] PRODETURIS – Programa de Desenvolvimento do Turismo em Área Prioritária do Litoral do Ceará.

estrutura e investimentos. Está prevista a instalação de aeroporto no distrito de Parazinho, que dista cerca de 6km da Sede, além de outras infra-estruturas que dinamizarão os fluxos, atraindo os investimentos privados no extremo oeste do Ceará, conforme a figura 03, apresentada no texto anterior, que mostra a logística projetada pelo PRODETUR-NE II, para a área de Camocim.

Informações auferidas da avaliação do PRODETUR, inseridas no Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo e Sustentável do Pólo Costa do Sol - PDITS (2003), confirmam as afirmativas, revelando que:

> Os estudos realizados mostram que a segunda etapa do programa não pode deixar de contemplar três Municípios bastante impactados pelos investimentos realizados na primeira fase: Aquiraz, Camocim e Jijoca de Jericoacoara. Sem intervenções pontuais essas três localidades não conseguirão garantir a sustentabilidade da atividade turística uma vez que já se percebe claramente o aumento do fluxo e o crescente interesse da iniciativa privada em investir na região.

A hotelaria é um dos setores que cresce com intensidade em Camocim. Abrange desde pousadas familiares a complexos de lazer, como Hotel Camocim Boa Vista Resort & Conference Centre, além de outros empreendimentos com seus projetos em elaboração, como Residencial *Village* Farol, *Village* Maceió, Residencial Marilha, *Village Park Resort* “Caraúbas”, Hotel Caranguejo *Resort*. Ressalta-se que o empreendimento Condado Ecológico de Camocim, complexo turístico com dois hotéis, que se estende por área de 1.500ha, projeto em elaboração, por fazer parte do contexto de conflitos fundiários na comunidade de Tatajuba. Pode-se observar no quadro 03, a quantidade de empresas e negócios da hotelaria, instalados e os que serão implantados nos próximos anos em Camocim, justificando a revalorização deste lugar pela atividade turística.

QUADRO 03

EQUIPAMENTOS DOS MEIOS DE HOSPEDAGEM E COMPLEXOS TURÍSTICOS DE CAMOCIM

NOME FANTASIA	SUBTIPO	DISTRITO	INICIO DA ATIVIDADE	N.º DE EMPREGADOS	UHS	LEITOS
Camocim Praia Hotel	Hotel	Sede	1977	04	14	31
Camocim Park Hotel	Hotel	Sede	1977	09	22	76
Camocim Boa Vista Resort & Conference Centre. Marilha Mirante Empreendimentos Turísticos Ltda.	Resort	Sede	2001	40	120	-----
Condado Ecológico de Camocim * (Obs: *marster plan* em elaboração)	Resort e complexo de lazer	Praia da Tatajuba	-----	-----	----	-----
Área Marilha Clube*	Resort e complexo de lazer	Camocim Beira-rio	----	----	----	----
Residencial Village Farol*	Resort e complexo de lazer	Praia do Farol	-----	----	----	-----
Village Maceió*	Resort e complexo de lazer	Praia de Macéio	-----	----	----	----
Residencial Marilha*	Resort e complexo de lazer	----	-----	----	----	----
Village Park Resort “Caraúbas”*	Resort e complexo de lazer	Praia das Caraúbas	----	----	----	----
Hotel Caranguejo Resort*	Resort e complexo de lazer	------	----	-----	----	----
Hotel Lusitânia	Hotel	Sede	1988	03	18	36
Pousada Maceió	Pousada	Praia de Maceió	1996	03	03	12
Pousada Verde Folha	Pousada	Nova Tatajuba	1994	05	02	04
Pousada Brisa do Mar	Pousada	Nova Tatajuba	1992	05	06	12
Pousada Santa Maria	Pousada	Nova Tatajuba	2005	03	03	-----
Hotel Municipal de Camocim	Hotel	Sede	1997	09	34	70

Pousada Le Baron	Pousada	Sede	1995	03	04	12
Pousada Beira Mar	Pousada	Sede	1984	03	06	18
Pousada e restaurante Brisa do Lago	Pousada	Sede	1996	05	10	36
Pousada Paraíso	Pousada	Sede	1992	05	09	33
Pousada Ponta Porã	Pousada	Sede	1986	03	22	56
Pousada Esplanada do Porto	Pousada	Sede	1997	04	07	19
Pousada o Rancho	Pousada	Sede	1995	03	11	22
Total Pousadas (11)	Hotéis (05)	*Resorts e* complexos de lazer (07)				

FONTE: ADAPTADO DO PAT (2000) E PDITS (2003).
*** Projetos em elaboração.**

O crescimento intensivo dos empreendimentos hoteleiros e os complexos de lazer em Camocim, além das áreas de Jijoca de Jericoacoara, de Aquiraz, de Fortaleza, é uma das justificativas para inserção no mapa das prioridades da Secretaria de Turismo. A SETUR (2004), revela que "a oferta hoteleira nas regiões prioritárias, em 2003, era composta por 988 meios de hospedagens com 21.661Uhs e 52.979 leitos. O pólo Fortaleza apresenta magnitudes superiores às observadas para as demais regiões". No Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo e Sustentável do Pólo Costa do Sol – PDTIS (2003), são apontadas instalações de infra-estruturas que possibilitem a integração e formação de roteiros regionalizados.

> Além dos projetos hoteleiros está prevista a construção de um aeroporto regional, que sirva as cidades de Camocim e Jijoca de Jericoacoara. O objetivo é atender melhor à demanda que já busca o interior facilitando, também, o trânsito dos turistas que desejam conhecer o Delta do Parnaíba, ou os Lençóis Maranhenses, localizados nos Estados vizinhos. Os investimentos públicos e privados somados, atingirão cerca de U$$ 20 milhões. A análise detalhada dos fatores acima mostra que a não inclusão dos Municípios de Aquiraz, Jijoca de Jericoacoara e Camocim na segunda etapa do PRODETUR/ CE pode significar a degradação da região, que já sofre os impactos do turismo. Ações de infra-estrutura, preservação, conservação do Meio Ambiente e Capacitação da População são fundamentais para que a região possa se beneficiar adequadamente da atividade turística (GOVERNO ..., PDTIS, 2003a)

No PDTIS (2003) ressalta que "a proximidade que Camocim tem com as localidades de Parnaíba, no Piauí, e Jericoacoara e a serra da Ibiapaba, no Ceará, facilitará para que o Município venha a se constituir, num futuro próximo, inclusive

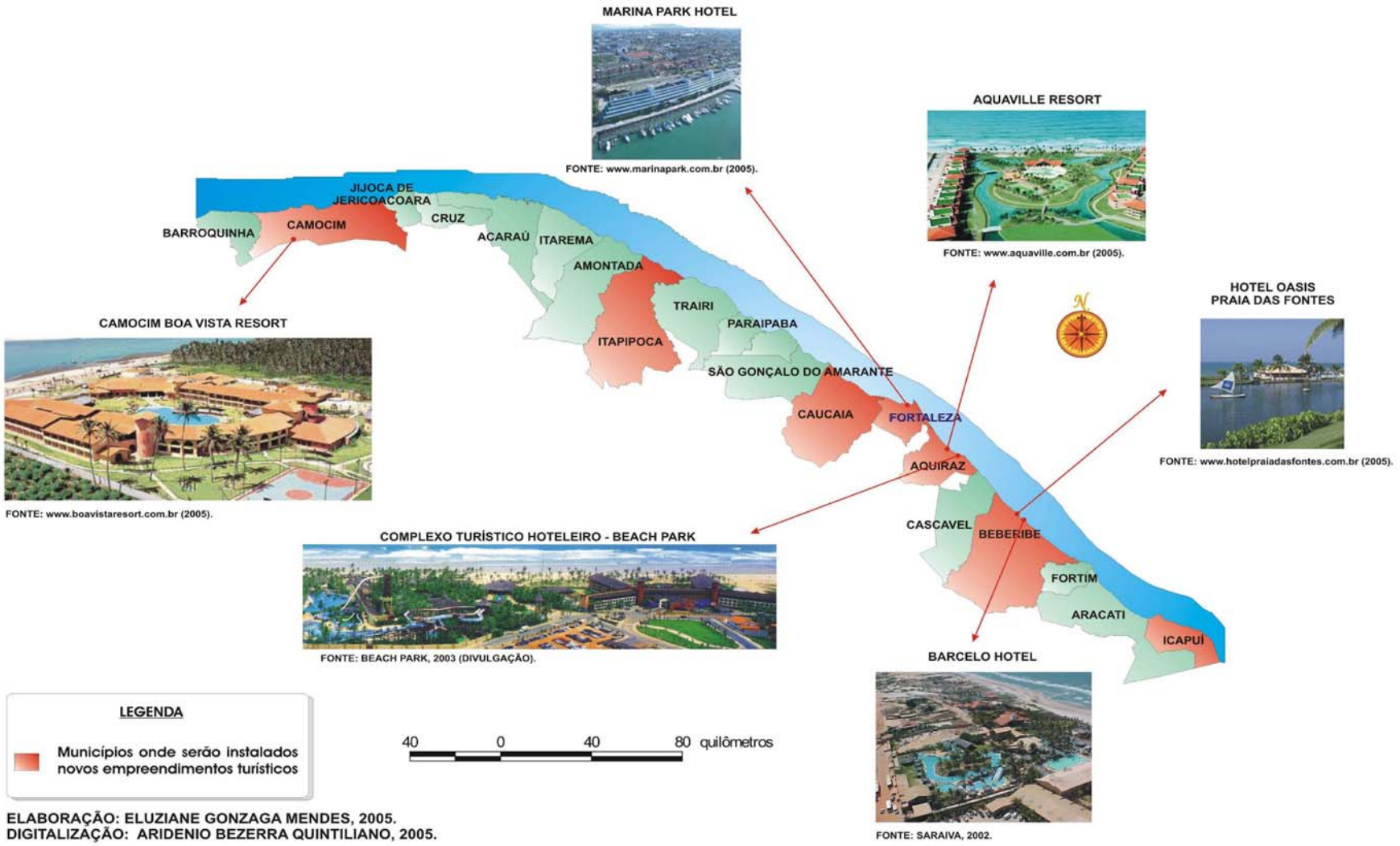
pelas ligações rodoviárias a serem estabelecidas, num corredor de atrativos naturais da maior relevância para as atividades turísticas da região". Esses fatores são cooptados como justificativa da formação de roteiros regionalizados.

O Ministério do Turismo, criado em 2003, teve como prioridades o lançamento do Plano Nacional do Turismo e, posteriormente a criação do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, seguindo as metas elaboradas no Plano Nacional. Para o Ministério (BRASIL, 2004, p.11), a "regionalização do turismo é um modelo de gestão de política pública descentralizada, coordenada e integrada, baseada nos princípios da flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e na sinergia de decisões".

Revela-se que o contexto das políticas públicas brasileiras continua descentralizando ao ponto de delegar aos municípios responsabilidades, justificando o enfoque participativo. No Programa, entretanto, explica que "regionalizar é transformar a ação centrada na unidade municipal em uma política pública mobilizadora, capaz de provocar mudanças, sistematizar o planejamento e coordenar o processo de desenvolvimento local e regional, estadual e nacional de forma articulada e compartilhada" (BRASIL, idem, ibid).

Na fig. 29, pode-se observar a localização de alguns empreendimentos, e ainda, os municípios, em vermelho, que receberão novos projetos, constatando a produção e expansão dos espaços turísticos no litoral cearense. É claramente visível que no litoral leste estão concentrados os equipamentos, no entanto, o Município de Camocim, no extremo oeste, configura-se como o foco de novos empreendimentos turísticos que se encontram em elaboração.

ESPACIALIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS NO LITORAL CEARENSE



ELABORAÇÃO: ELUZIANE GONZAGA MENDES, 2005.
DIGITALIZAÇÃO: ARIDENIO BEZERRA QUINTILIANO, 2005.

A política de regionalização do turismo oferece a perspectiva da formação de produtos turísticos regionais, com a criação de roteiros integrados. No Nordeste, os Estados do Ceará, Maranhão e Piauí iniciaram a criação de um convênio para formação de um pólo turístico regional integrado.

> Os Estados do Ceará, Maranhão e Piauí firmaram no dia 4 de março um convênio de cooperação com o Ministério do Turismo e o Banco do Nordeste para a formação do primeiro pólo turístico regional integrado, no âmbito do Prodetur. A partir do acordo, técnicos nomeados pelos parceiros estabelecerão os mecanismos operacionais necessários para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Pólo Regional da Costa Norte, que abrange os município de Jijoca de Jericoacara, Camocim e Barroquinha, no Ceará; Cajueiro da Praia, Luiz Correa, Parnaíba e Ilha Grande, no Piauí; e Araioses, Água Doce do Maranhão, Tutóia, Paulino Neves e Barreirinhas, no Maranhão. (JORNAL BRASIL TURISMO, 08/05/2005).

O Pólo Regional da Costa Norte é a nova proposta lançada pelos estados que compõem o CE-PI-MA. Considerada iniciativa pioneira e, após sua consolidação no PRODETUR Nordeste II, esses Estados poderão receber recursos e financiamentos pelo BID e de contrapartida federal. O citado periódico expressa que "o objetivo principal do convênio é promover a melhoria da qualidade de vida da população e a consolidação da atividade turística local" (JORNAL BRASIL TURISMO, 08/05/2005). As ações para elaboração do pólo turístico da Costa Norte foram subdivididas, segundo informações do Jornal Brasil Turismo (idem, ibd), da seguinte maneira:

> A parceria estabelece que o Ministério do Turismo ficará responsável por coordenar a elaboração do PDITS do Pólo Costa Norte, com recursos da contrapartida federal ao Programa. De sua parte, os Estados deverão trabalhar no desenvolvimento integrado e sustentável do turismo na região, formatando, por exemplo, circuitos que possam compartilhar a presença dos mesmos turistas, entre outras ações que desencadeiem benefícios à região, como um destino único, em que se incluem campanhas de promoção e divulgação do novo pólo.

No objetivo apresentado para formação da parceria CE-PI-MA, põem-se em destaque a promoção da melhoria da qualidade de vida da população e a consolidação da atividade turística local. Como compreender o local, na perspectiva

da captação de investimentos globais? Esse é o caso do Ceará, que se apresenta na “vanguarda” do roteiro regionalizado, por ter, em Camocim, inaugurado o Boa Vista Resort & Conference Centre, de propriedade de empresário italiano, “[...] o *resort* revelou o potencial turístico do município para o mercado internacional, marcadamente italianos e portugueses, que chegam cada vez em maior número ao Nordeste brasileiro, tendo como principal portão de entrada Fortaleza” (JORNAL BRASIL TURISMO, 08/05/2005).

Na fig. 30, é possível observar elementos que compõem a infra-estrutura do Boa Vista Resort & Conference Centre.

FIGURA 30 - **Estrutura do Boa Vista Resort & Conference Centre**
FONTE - NETTUR/UECE, 2006.

O turismo constitui-se como atividade contraditória, porque desagrega as comunidades, artificializa os lugares e impacta o meio ambiente, mas é reclamado como uma prática social, indutora de políticas públicas. A cultura e a natureza, condições de produção, restam destruídas pelos mesmos meios: o crescimento econômico. É apontado como uma possibilidade de reanimação da economia, promovendo um desenvolvimento local integrado a todos os setores sociais e econômicos das comunidades. Souza, M. J. L. de. (1997, p.21), refletindo se o turismo pode contribuir para a política de desenvolvimento local", anota que:

> Na medida em que o turismo, em vez de simplesmente se ajustar a uma realidade marcada por heteronomia, disparidades e preconceitos (eventualmente até agravando esses problemas), contribuir, de algum modo, para minorar esse quadro, ele estará, sem ressalvas, sendo um fator de desenvolvimento socioespacial.

Partindo desse pressuposto, entende-se que o desenvolvimento do turismo no Ceará não atingiu o patamar de uma política promotora do desenvolvimento socioespacial. Ocorreu nos moldes do crescimento econômico, em contraposição às culturas locais, pois esse modelo tem "preferência pelo turismo de massa, que resulta na acumulação e reprodução do capital, através dos grandes empreendimentos como *resorts*, hóteis de luxo, parques, balneários" (CORIOLANO, 1998, p. 144).

Nesse sentido, como os lugares são inseridos na produção e implementação do turismo? E como as políticas comunitárias podem mediar as relações entre turismo globalizado e o local? Esses são alguns questionamentos que se pretende analisar, diante da realidade que se apresenta na comunidade de Tatajuba, um dos lugares onde o turismo busca introduzir sua reprodução, garantindo sua equivalência, como será constatado nos próximos escritos.

5.2 Tatajuba: entre Passeios e Rotas Turísticas

> Passa muito turista por aqui. Tatajuba faz parte de uma rota de Camocim-Jeri e de Jeri até Camocim, passa muito. E também durante o dia os turistas vão para a Lagoa da Torta que é atrativo turístico. Quando eles compram os pacotes em Jeri, já inclui o passeio para Tatajuba. Eles passam! (Depoimento de um Pescador, nativo de Tatajuba, PESQUISA ..., 2006).

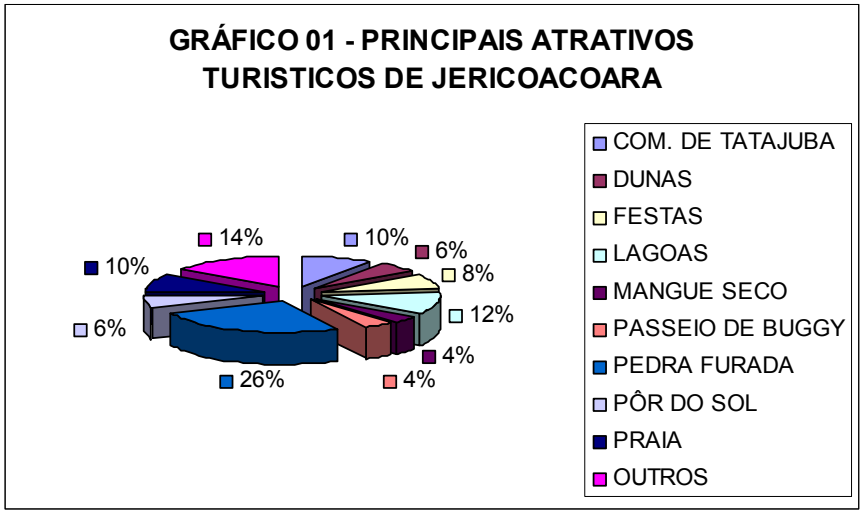
"Eles passam" – essa é a expressão do morador de Tatajuba, reportando-se aos turistas vindos de Jericoacoara, comunidade turística que se localiza no Município de Jijoca de Jericoacoara, limitando-se com o Município de Camocim, especificamente com o Distrito de Guriú, onde se localiza Tatajuba, portanto, comunidades vizinhas.

Jericoacoara era uma vila de pescadores que se assemelhava à de Tatajuba, conforme os depoimentos dos residentes do lugar, em pesquisa realizada em janeiro de 2006. Dentre as declarações que fizeram menção a Tatajuba e ao início da construção de pousadas no local, destacam-se algumas (NETTUR, 2006):

> Jeri era Tatajuba antigamente.
>
> Antigamente, Jericoacoara era bom também. Existia fartura da pescaria e plantação. Hoje com o turismo ninguém planta mais. Tudo tem que ser comprado.
>
> Tatajuba, a comunidade é mais unida, diferente de Jericoacoara onde a comunidade não trabalha em grupo.
>
> Tatajuba é bom, mas já se tem iniciado a construção de pousada no local, mas ainda não se tem a mesma movimentação que em Jericoacoara.

A praia de Jericoacoara é considerada pelo *trade* turístico uma das mais belas do Ceará e um dos atrativos mais cobiçados e valorizados no litoral. Suas terras são vendidas com preços que variam na ordem de milhões – não é um fato burlesco. É verídico, pois até à equipe de pesquisadores, ao chegar à comunidade, nas camionetas que fazem o trajeto da Sede do Município à praia, foram oferecidas as tais terras.

Na coleta de depoimentos dos residentes, na praia de Jericoacoara, comprovou-se que Tatajuba é vendida como um dos seus passeios turísticos. Conforme se observa no gráfico 01, a “pedra furada”, estrutura rochosa na praia, foi o mais cotado, sendo que o passeio para Tatajuba, fica entre os atrativos de Jeri, de maior destaque.



FONTE - NETTUR/UECE, 2006.

Em “Jeri”, nome reduzido do lugar, acatado pelos turistas, ofertam-se passeios à lagoa Azul, ao mangue Seco e também à lagoa da Torta em Tatajuba. A partir dessa rota, alguns turistas e visitantes passaram a conhecer Tatajuba, dizendo-se encantados e, alguns, compraram lotes e instalaram suas próprias pousadas, como se constatará no próximo texto. Dentre os atrativos, os passeios de *buggies*, as lagoas, o forró na praia, Tatajuba e a lagoa da Torta são os mais freqüentados.

Os depoimentos citados são apenas um demonstrativo que confirmam a preocupação dos moradores de Tatajuba. Na realidade, parte dos moradores, pois os vendedores das barracas na lagoa da Torta, estão satisfeitos com o modelo de turismo empregado. Revelam-se no depoimento do morador a satisfação dos barraqueiros, a adaptação pelo modelo de turismo e a defesa pela entrada de

empresas na comunidade. Os moradores que mais “conscientes” apelam para que seja realizado um turismo diferente:

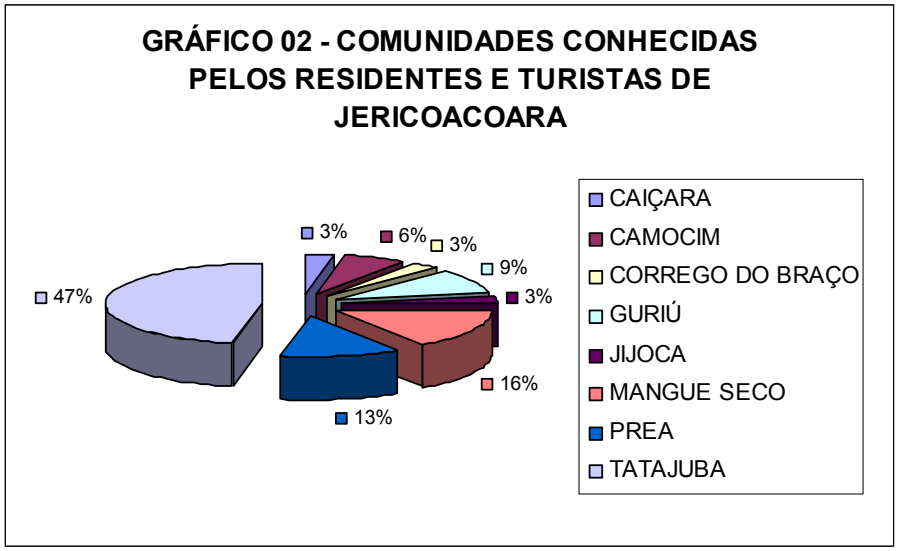
> Os turistas muitas vezes compram uma água de coco, comem um peixe lá na lagoa. Lá tem barraca é um lugar muito bonito. Quem vende lá são daqui. As pessoas que estão lá vendendo na lagoa estão felizes e defendem a empresa, porque acham que é dessa forma é que o desenvolvimento é do jeito que está aí. Eles estão vivendo do turista. Se a senhora for comer um peixe lá, a senhora volta é tudo muito caro. Porque a maioria dos turistas é tudo gringo. Eles acham que todo mundo que vai pra lá é estrangeiro. Eles exploram o turista. Para eles é um grande investimento. Para quem pensa num turismo diferente aquilo é uma exploração (Pescador, 29 anos, PESQUISA ..., 2006).

A declaração do morador de Tatajuba revela que, na lagoa da Torta, o turismo segue o mesmo ritmo de Jericoacoara, sendo o aumento dos preços e do custo de vida a maior reclamação dos residentes. Vários depoimentos constataram as modificações ocorridas na antiga vila e as mudanças negativas. Um deles falou assim: “a *comunidade piorou porque o sossego diminuiu”, “sem o turismo era paz”.* Expressam os processos de segregação socioespacial na vila, ao dizer que *“o nativo não pode construir, mas o turista pode”,* confirmam, dizendo que *“estamos perdendo o lugar para os estrangeiros”* (Depoimentos dos moradores de Jericoacoara, NETTUR, 2006).

Dentre as modificações ocorridas nessa praia, estão também os impactos ambientais que se intensificam no período de alta estação ou de festividades, com o exorbitante aumento do fluxo de pessoas, usufruindo e utilizando o mesmo espaço. As fossas negras, lençol freático contaminado, lixo, fluxo intenso de automóveis e a construção irregular são apontados como os piores problemas causados na natureza de Jericoacoara. Ressalta-se que as construções irregulares estão contribuindo para a mudança de direção da migração das dunas, que se direcionam para soterrar a vila.

Apesar dos depoimentos revelarem grandes mudanças sociais e ambientais na vila, outros rebatem, ao afirmarem que, com o turismo tudo melhorou; que a atividade turística trouxe benefícios para a comunidade, sobretudo de infra-estruturas e trabalho. Constatam esse fator, quando comparam Tatajuba com Jericoacoara, pois, conforme a pesquisa realizada, cerca de 47% dos entrevistados, entre turistas e residentes, afirmaram conhecer o lugar, principalmente pelos passeios, como mostra o gráfico 02.

GRÁFICO 02 - COMUNIDADES CONHECIDAS PELOS RESIDENTES E TURISTAS DE JERICOACOARA



FONTE - NETTUR/UECE, 2006.

Os moradores de Tatajuba possuem modos próprios de ver e pensar o turismo desenvolvido nesse lugar. O depoimento da moradora de Tatajuba revela o medo que sentem de a comunidade se transformar num lugar turístico, nos moldes de Jeri:

> Jericoacoara eu conheço assim, que tem muitas drogas, tem vários turistas diferentes uns praticam coisas boas, umas coisas ruins. Tem muita droga e isso a gente não quer pra cá. A gente quer que aqui fique sempre assim tranqüilo. Lá os nativos venderam e os que têm terra não têm direito a mais nada, que ali tudo é de novos donos. Aqui a gente não quer isso, a gente quer que os turistas que cheguem aqui seja bom, que beneficie os que moram aqui. Vamos trabalhar juntos. Não que venha o povo de fora, ficam suas pousadas boas, ganhe bom dinheiro e os nativos nada. Isso é que a gente não quer (Moradora de Tatajuba, 30 anos, PESQUISA ..., 2004).

Mesmo com a tensão sofrida por parte dos moradores, Tatajuba é um dos atrativos de roteiros turísticos realizados antes da iniciativa do Programa de Regionalização do Ministério do Turismo (BRASIL, 2004). Alguns residentes de Jericoacoara e outras empresas, como a Jeri *Moom*, a *Koala* Turismo (ver fig. 31), *Off Road*, entre outras, realizam essas viagens, tendo Jericoacoara e Fortaleza como os principais pontos de saída. Os preços e os dias da viagem variam pelos detalhes do roteiro, sendo realizadas em carros tracionados, na maioria, do tipo *troller*, entre cinco e dez dias.

FIGURA 31 - **Koala Passeios – Jericoacoara/CE**
FONTE - NETTUR/UECE, 2006.

Na fig. 32, verifica-se um turista, em Jericoacoara, observando o roteiro realizado na viagem, sendo a própria Jericoacoara e Tatajuba pontos visitados, além do delta do Parnaíba e os Lençóis Maranhenses, pontos altos, isto é, os principais atrativos nos Estados vizinhos.

FIGURA 32 - **Roteiro Turístico CE-PI-MA em Jericoacoara**
FONTE - Luzia Neide Coriolano, Jan./2006

Parte da comunidade de Tatajuba teme que seu espaço se torne um lugar do turismo de grandes empreendimentos. A empresa imobiliária[3] tenta implantar o "Condado Ecológico de Camocim", um complexo para turismo e eventos, em área que compreende 5.275,450 hectares, denominada de Costa da Tatajuba (ver mapa 03). Os empresários alegam que a área corresponde a duas fazendas – a Vitória Régia e a fazenda Tatajuba. Em informações coletadas na SETUR[4], disseram que esse empresário realiza um trabalho de atração de investidores para as terras das quais se diz proprietário, sobretudo daqueles que desejam se agregar ao projeto do Condado Ecológico de Camocim (FRANÇA, 2006). No *site*[5] da empresa, são apresentados os elementos de *marketing* do negócio, incluindo as paisagens e festividades do lugar como parte de seus atrativos. Assinalam, ali, que o empreendimento será "u*m novo conceito de desenvolvimento econômico-social sustentável, em terras de grande beleza natural"*. O Hotel Aventuras (fig. 33) é o

[3] Empresa Vitória Régia Empreendimentos Imobiliários Ltda., responsável pela implantação do empreendimento turístico.
[4] Informações fornecidas pela Secretaria de Turismo do Estado do Ceará, Coord. de Atração de Investimentos e Fomento, em entrevista concedida em março de 2006.
[5] www.tatajuba.com.br acessado em 20/10/2004.

primeiro equipamento instalado na área, que, de acordo com o depoimento da moradora de Tatajuba (PESQUISA ..., 2006), se localiza *"na Baixa Grande, no Guriú, onde a empresa tem uma sede e um hotel. No início o representante era o chamado Júlio Koerner e ele saiu. Hoje é o Rogério Sabóia que representa a empresa e mora em Camocim*".

FIGURA 33 - **Estrutura do Hotel Aventuras**
FONTE - Disponível em:< www.tatajuba.com.br>, acesso em: 20/10/2004.

Os empresários garantem que vão surpreender o turista, e, para alcançar essa meta, asseguram que protegerão a biodiversidade, iriam criar programas de inclusão social para os moradores locais e, para finalizar, pretendem tornar a área atrativa a Investimentos. Isto é, associados ao Estado, por meio das políticas de investimentos, reestruturarão o território para o comércio, conforme as estratégias demonstradas na figura 27. Além destas, os moradores de Tatajuba revelam que os empresários chegaram na comunidade oferecendo diversos benefícios:

> Quando a empresa chegou, eles começaram a formar estratégias de trabalho para poder conquistar o pessoal, o morador. No início eles trouxeram curso de artesanato e quiseram formar uma cooperativa. Formaram um coral, que até hoje, é o que existe e mantêm eles ainda, segurando as pessoas e outras coisas. Tem um prof. de Camocim que vem

> todos os sábados dar aulas de canto e de instrumentos. É o que eles estão segurando (Liderança da ACOMOTA, 30 anos, PESQUISA ..., 2006).

Muitas são as promessas feitas aos moradores da comunidade, sobretudo a criação de empregos e a "inclusão social". O representante[6] da Comissão dos Direitos Humanos da OAB e do Escritório Frei Tito de Alencar, na audiência pública de 2001, porém, ratifica, a essência das empresas:

> Empresa visa lucro. É fantasia achar que uma empresa vem pra cá para distribuir riqueza com a comunidade. Todo empreendimento traz também "benefícios sociais", dá empregos etc. Mas fundamentalmente, empresa quer lucro (COMISSÃO ..., 2001).

Os moradores de Tatajuba são pessoas que vivem das atividades de pesca, agricultura, coleta, serviços e do pouco comércio. Nesse sentido, alguns moradores acreditam que um empreendimento de grande porte não teria condições de oferecer desenvolvimento para o lugar, como é proposto. Constata-se tal idéia, nas palavras do morador:

> O empreendimento pra nós aqui não é bom não. Porque, como é que nós ía trabalhar com um empreendimento do turismo, se nós não sabemos trabalhar com o turismo. Eles é que vão tomar de conta de tudo. Nós não vamos ser nem empregados dele, com certeza (Pescador de Tatajuba, 65 anos, PESQUISA ..., 2004).

O turismo transforma os lugares em objetos mercadológicos, valorizando o espaço em função do valor de troca e do consumo. O espaço vira mercadoria para o turismo, mas, para continuar no mercado, as políticas criadas apóiam as empresas, desconsiderando a dimensão social, assim como ratifica Beni (2005), ao dizer que "são elas as que mais se beneficiam das políticas públicas de promoção, as que têm acesso ao financiamento e encontram condições favoráveis para incorporar novas tecnologias".

---

[6] Advogado Deodato Ramalho, representante da Comissão dos Direitos Humanos da OAB e o do Escritório Frei Tito de Alencar.

O conflito pela terra com os grileiros, especuladores e empresas imobiliárias incita ações de resistência ao turismo globalizado e seus grandes empreendimentos. O mapeamento dos investimentos turísticos na área de Camocim explica a revalorização da terra litorânea, para o mercado turístico internacional. Evidencia a constante tensão em defesa da posse da terra, fazendo surgir uma nova proposta de turismo – o comunitário. Esta forma leva as comunidades a buscar sua inserção na cadeia produtiva do turismo.

A versão comunitária do Turismo em Tatajuba é um projeto em construção que "caminha" lentamente. O turismo denominado "convencional", no entanto, acelera sua implantação, através dos equipamentos hoteleiros, como poderá ser constado no desenvolvimento do próximo texto.

5.3 O Turismo Comunitário: Nova Proposta

> A ordem global busca impor, a todos os lugares, uma única racionalidade. E os lugares respondem ao Mundo segundo os diversos modos de sua própria racionalidade (SANTOS, 2002, p.338).

O espaço litorâneo cearense, gradativamente, é reestruturado para o turismo, mediante a viabilização das políticas públicas e privadas. As contradições do capitalismo são evidenciadas, ao assinalar que oferece emprego, ao mesmo tempo em que produz a substituição de atividades tradicionais, enseja concentração de renda e dá possibilidade para a existência de atividades comunitárias, entre outras. Da lógica capitalista, surgem as próprias contradições, que derivam "possibilidades" de sobrevivência das comunidades. Os moradores buscam "uma nova racionalidade", apoiados pelas organizações não-governamentais.

Do seio da exploração, surgem propostas de desenvolvimento do turismo pelas comunidades, promovido por políticas comunitárias em oposição ao modelo dos *resorts* e complexos turísticos. Desenvolvem pequenos negócios, como

pousadas domiciliares, restaurantes, barracas, venda de artesanato e exposição das tradições locais, buscando a geração de emprego e renda; sendo que a lógica do capital é reproduzida nas comunidades. No turismo de base local, o caráter impactante e degradador é menor. Confirma esta idéia Vasconcelos (2003, p. 326), ao dizer que

> [...] o turismo litorâneo vem explorando intensamente as praias, falésias, lidos, corais, deltas, todas as paisagens costeiras deslumbrantes e atrativos. Quanto maior a ocupação do litoral, maior a implementação de equipamentos turísticos. A tendência tem sido de aumento de conflitos nessa ocupação à medida que se multiplicam os projetos turísticos, sobretudo os mega projetos.

Uma das opções para minimizar os efeitos dos impactos da implantação dos grandes empreendimentos no litoral, atraídos pelos incentivos[7] do Estado, é utilizar a atividade turística como política comunitária para geração de renda e uma forma de inclusão no turismo global, conforme aponta a comunidade. Emerge, assim, o "Turismo Comunitário", gerido pelos moradores.

O Turismo Comunitário é desenvolvido utilizando-se dos recursos naturais e culturais existentes nos lugares. Diferencia-se do turismo de massa, convencional, pois este se realiza pela implantação de grande infra-estrutura, além do *marketing* intenso para tornar o lugar conhecido (MENDES; CORIOLANO, 2003b). Já essa nova política de turismo, também chamada de Turismo Socialmente Responsável, tenta priorizar a conservação do meio ambiente e das culturas tradicionais. É a alternativa encontrada pelas comunidades que buscam desenvolver o turismo, criando oportunidades de trabalho, complementando a renda dos moradores. As ações são tentativas de constituir uma política comunitária e social, cujo objetivo é a permanência e sobrevivência no espaço litorâneo.

As políticas de turismo comunitário são apoiadas pelas iniciativas das organizações não-governamentais que contribuem na implantação dos pequenos

[7] Almeida (op. cit., p.102) relata que "um expediente de uso corrente da Política de Desenvolvimento do Estado do Ceará tem sido a utilização de benefícios fiscais para atrair a instalação de novos empreendimentos produtivos".

negócios, além de realizar o *marketing* turístico dos lugares, atraindo os turistas às comunidades, com a oferta de produtos simples, culinária, artes e cultura. Nesse sentido, acreditam que se torna mais fácil, criar laços de comunicação e respeito mútuo entre turista e morador, sendo as relações mais solidárias e pessoais, em oposição do turismo "convencional", em que as relações são impessoais e distantes.

O Instituto Terramar é a instituição que contribui na implantação e desenvolvimento do turismo comunitário em Tatajuba e na Prainha do Canto Verde. O depoimento de uma representante[8] do Instituto revela o significado do turismo comunitário para a ONG:

> Significa estar pensando numa outra lógica de desenvolvimento que não é pautado no capital e no lucro. Mas, em princípios de vida, de interação com o meio ambiente e também de desenvolvimento e movimento de circulação de renda no local, ajudando a comunidade a se desenvolver numa perspectiva da socioeconômica solidária. Quer dizer, a interação das várias expressões do processo produtivo - agricultura, pesca, artesanato, turismo e culinária. Fazer com que a interação e o planejamento desses vários processos acabam, fortalecendo ainda mais as atividades principais da comunidade que é a pesca e a agricultura, e as atividades complementares - o artesanato, a pintura, a arte, a musicalidade e o próprio turismo, que se apresenta como uma atividade complementar à atividade principal daquela população (MARTINS, 2006).

Na dimensão comunitária, a atividade turística é pensada, ainda, como forma de reação, mas, ao mesmo tempo, é uma inserção na economia. É a reprodução em dimensões microescalares, pois não foge do modelo capitalista de geração de renda, mas se apresenta como uma nova proposta, por ser uma política "de baixo para cima", gestada pela comunidade; uma política comunitária que busca beneficiar a base e não às grandes empresas pertencentes ao circuito mundial da economia. Nesse sentido, caracteriza-se como uma reação ao turismo dito convencional, que se realiza sem a participação dos residentes. Não aceitam "calados" a implantação das grandes empresas turísticas, ao contrário, buscam criar possibilidades de trabalho para os moradores, por intermédio de projetos endógenos que contribuam para a sobrevivência.

[8] Rosa Martins componente do Instituto Terramar, desenvolve o monitoramento do projeto de turismo comunitário em Tatajuba, Camocim-CE, em entrevista concedida em fevereiro de 2006.

A vila de pescadores da Prainha do Canto Verde, no litoral leste, em Beberibe, é um dos exemplos de política comunitária no Ceará, onde os agentes são os moradores da comunidade (MENDES; CORIOLANO, 2003a). A vila tornou-se referência para outros lugares, como a comunidade de Tatajuba, que busca desenvolver o local pautado na conservação da natureza e respeito às culturas tradicionais. Ao se tratar de respeitar a cultura local, Santos (op. cit., p. 144-145) faz referência ao conflito entre cultura popular e de massa,

> [...] os "de baixo" não dispõem de meios (materiais e outros) para participar plenamente da cultura moderna de massas. Mas sua cultura, por ser baseada no território, no trabalho e no cotidiano, ganha a força necessária para deformar, ali mesmo, o impacto da cultura de massas. Gente junta cria cultura e, paralelamente, cria uma economia territorializada, uma política territorializada. Essa cultura de vizinhança valoriza, ao mesmo tempo, a experiência da escassez e a experiência da convivência e da solidariedade. É desse modo que, gerada de dentro, essa cultura endógena impõe-se como um alimento da política dos pobres, que se dá independentemente e acima dos partidos e das organizações.

A política dos desprovidos de capital apresenta-se por suas dimensões comunitárias. Se existe o turismo criado pelos ricos, por que os pobres não poderiam também fazê-lo? Na sociedade da mercadoria, os produtos são constantemente criados e recriados, no mercado formal e informal. Em relação ao turismo, certamente, não acompanham os mesmos padrões e selos de luxuosidade. Apontado, porém, nos documentos elaborados sobre Tatajuba, isto é, no laudo técnico do IBAMA (2001), Diagnóstico Socioparticipativo (TERRAMAR; UFC, 2002) e outros documentos do governo (PDTIS 2003), o turismo apresenta-se como alternativa de geração de renda e complemento das atividades extrativistas tradicionais (pesca, agricultura e a coleta).

Tatajuba é conhecida, pela maioria dos visitantes, como uma extensão de Jericoacoara, conforme constatado nas pesquisas realizadas nessa praia, em 2006. Alguns condutores de trilhas da comunidade chegam a externar esse fator com indignação, pois garantem que em Tatajuba existe maior diversidade de atrativos e que, portanto, deveria se tornar conhecida e o turismo ser mais uma fonte

de renda para seus moradores. Apesar do difícil acesso à comunidade, muitos turistas passam por Tatajuba, vindos de Jericoacoara ou Camocim, quando fazem passeios de *buggies* pela região.

Os moradores ainda não conseguiram organizar e estruturar a comunidade para o desenvolvimento do turismo e não recebem apoio governamental para isto. Os apoios recebidos são de instituições não-governamentais, como o TERRAMAR, por meio da ACOMOTA, pretendem implantar um projeto de turismo comunitário, com financiamento de ONG´s estrangeiras, para capacitação e desenvolvimento de infra-estrutura comunitária, nova sede da associação – ACOMOTA, pousadas e quartos, restaurante e equipamentos, capacitação para guias, merendeiras e outros.

Outro apoio oferecido à comunidade verifica-se por intermédio das representações comunitárias: Conselho Comunitário de Tatajuba e Associação Comunitária de Vila Nova. De acordo com o depoimento dos moradores (PESQUISA ..., 2005), essas associações recebem recursos “doados” pela empresa imobiliária para o desenvolvimento de projetos de banda de música, nova sede do Conselho, projeto de Internet, entre outros. Em ambos os casos, o Estado é ausente no que concerne ao desenvolvimento de equipamentos comunitários. Em 2003, foi elaborado pelas associações, com suporte da empresa imobiliária, um projeto com a temática “Definição Macro-estratégia de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades: Tatajuba, Baixa da Tatajuba, Vila Nova e Vila São Francisco”. Justificava a “decadência” da pesca e o surgimento do turismo como “redenção” para o desenvolvimento da região e, ainda, era uma tentativa de negociação com a empresa, conforme é revelado no trecho do documento:

> (...) acreditamos que um processo de construção de uma Agenda Comunitária, com ampla participação e envolvimento das diversas “correntes” presentes na comunidade, minimizará estas arestas e facilitará as negociações entre estas e a empresa Vitória Régia (CONSELHO ..., 2003, p.15).

A proposta da “Agenda Comunitária” foi enviada em 2003, para o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), com o objetivo de angariar recursos para o

desenvolvimento de um plano local de desenvolvimento “sustentável”. Foi, porém, denunciado pelo Fórum em Defesa da Zona Costeira do Ceará – FDZCC, em 2003, pois alegaram que não fez referência à ACOMOTA, associação mais antiga da comunidade. Referenciam apenas as associações criadas em 2002, além de estar claramente expresso que esse projeto foi criado para cooptar a comunidade para os interesses dos grandes empreendimentos.

As associações, excetuando a ACOMOTA, não apóiam a criação da RESEX na comunidade, mas, contraditoriamente, elaboraram um projeto, solicitando recursos das mesmas instituições governamentais que trabalham com a instalação da reserva extrativista. Percebe-se a manipulação das ações comunitárias pelas empresas, mas os próprios moradores, iludidos pela idéia do crescimento econômico e do consumo, deixam-se conduzir.

A infra-estrutura é simples, no entanto, no período da realização deste estudo, que compreendeu os anos de 2004 a 2006, contatou-se um crescimento dos meios de hospedagem, assim como da construção de casas dos moradores. A hospedagem é feita nas pousadas e quartos de aluguel, distribuídos na vila de Tatajuba. Os quartos domiciliares são estruturas modestas, mas acolhedoras. Oferecem lanches, almoços e jantares, sendo o peixe frito, a moqueca de arraia e os crustáceos, os pratos regionais. No quadro 4, tem-se o inventário dos meios de hospedagem:

QUADRO 4 – MEIOS DE HOSPEDAGEM DE TATAJUBA

ESTABELECIMENTO Pousadas	**PROPRIETÁRIO / origem**	**QUANTIDADE DE LEITOS**	**FINANCIAMENTO**
Verde Folha	Holandês	07 com banheiros	Próprio
Brisa do Mar	Manoel Pedro	10 com banheiros	Próprio
Pousada Santa Maria	Miguel (espanhol)	03 com banheiros	Próprio
Casa da Matusa	Desativada		
QUARTOS DE ALUGUEL	**PROPRIETÁRIO**	**QUANTIDADE DE LEITOS**	**FINANCIAMENTO**
Casa da Dona Mazé	Mazé	02	Próprio
Casa da Marlene	Marlene	03	Próprio
Casa do Sr. Oswaldo	Oswaldo / Dona Antônia	05	Próprio
Casa do Zezinho	Zezinho	03	Próprio
Total de leitos		**33**	

FONTE: PESQUISA DIRETA, 2005-2006.

Nas figuras a seguir, pode-se observar alguns desses meios de hospedagem existentes na comunidade. A pousada Verde Folha (fig. 34), o proprietário é natural do Rio Grande do Sul[9]. Foi pescador profissional e mora na comunidade há quase 12 anos. Fazia parte da ACOMOTA e da Colônia de Pescadores. Declarou que "*sempre quis viver em um lugar tranqüilo"* (PESQUISA .., 2005). Conheceu primeiro Jericoacoara e depois veio para Tatajuba onde foi bem recebido. No começo, tinha apenas um restaurante e depois começou a fazer o receptivo das pessoas que vinham da lagoa da Torta. Instalou os quartos e criou a pousada. Passou um ano em Camocim e dois em Fortaleza. Assinalou que o movimento na pousada caiu muito. Há sete anos, só havia duas pousadas, recentemente foram instaladas outras. Em 2006, a pousada Verde Folha foi vendida para um grupo de holandeses, que efetuou também a compra das terras adjacentes. Por conta desse fato, criou conflitos com o seu vizinho, outro estrangeiro, um espanhol, proprietário da pousada Santa Maria.

FIGURA 34 - **Pousada Verde Folha**
FONTE - Eluziane Mendes, Ago./2004

FIGURA 35 - Pousada **Casa da Marlene**
FONTE - Eluziane Mendes, Ago./2004

Na pousada Casa da Marlene[10] (figura 35), são alugados quartos para hospedagem, além de serem servidas refeições e vendido artesanato feito pela própria moradora. Informou que as pessoas na comunidade têm medo de que o turismo traga problemas como drogas, mas confirma que em Tatajuba há o turismo

[9] Marcos Aurélio Pozzan em entrevista concedida em fevereiro de 2005.
[10] Marlene, moradora de Tatajuba, em entrevista concedida em agosto de 2004 e janeiro de 2006.

ecológico, dos que gostam da natureza. Acreditam que alguns turistas trazem informações, ensinam novidades, passam experiências, pois se entrosam com os nativos. Declara ainda, que a comunidade necessita de apoio do Governo e de instituições, pois sem ajuda eles não têm como divulgar o lugar.

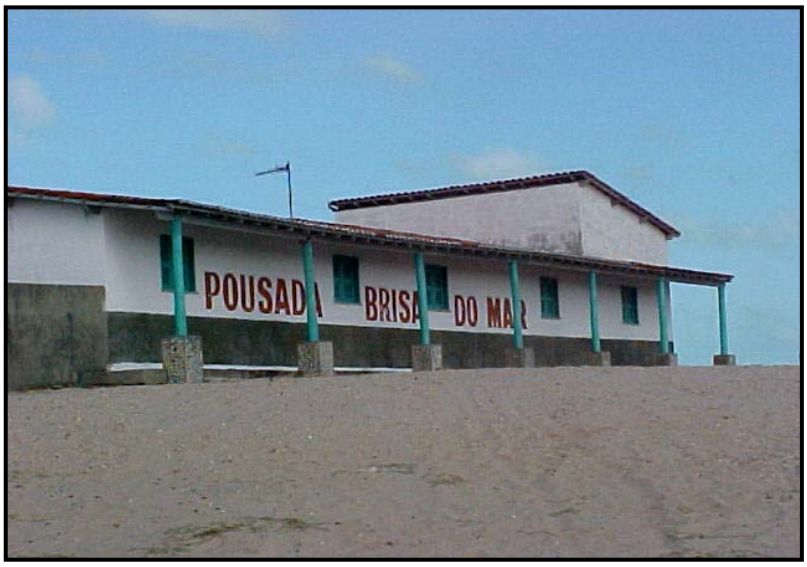


FIGURA 36 **- Pousada Brisa do Mar**
FONTE - Eluziane Mendes, Ago./2004

Na fig. 36, observa-se a pousada Brisa do Mar, a primeira construída em Tatajuba, de frente para a praia. O proprietário é nativo de Tatajuba o senhor Manoel Pedro. Pertence a família do senhor Oswaldo Mateus[11], uma figura conhecida e importante na comunidade, padrinho de vários moradores. È, também um empresário local, proprietário de um bar, quartos de aluguel e de um *buggy*. Assume a posição de grande articulador, já foi político, é uma das principais lideranças comunitárias. Fundou a ACOMOTA, mas, nas discussões pelo conflito fundiário, rompeu seu vínculo com a associação. Trabalha como coletor de dados de pesca para o IBAMA de Camocim. Além de ser um líder religioso, que, não se sentindo bem na Igreja Católica, lidera a igreja evangélica em Tatajuba.

[11] O senhor Oswaldo Mateus. Informações fornecidas pelos moradores de Tatajuba, em fevereiro de 2005.

FIGURA 37- **Pousada Santa Maria, em construção.**
FONTE - Eluziane Mendes, Nov./2004

FIGURA 38 - **Pousada Santa Maria, em funcionamento.**
FONTE - Luzia Neide Coriolano, Jan./2006

Na figura 37, observa-se a construção da pousada Santa Maria, propriedade de espanhol, um decorador. Na figura 38, de 2006, verifica-se a pousada construída e em funcionamento. É uma estrutura de pequeno porte, com decoração que varia entre o requinte e o rústico artístico. Informações auferidas na comunidade, em 2004, dão conta de que o proprietário comprou o terreno de nativo de Tatajuba. A presença do espanhol e as diferenças culturais foram motivos para a

ocorrência de problemas com a comunidade, no período da construção da pousada. As declarações dos moradores expressam alguns desses conflitos:

> [...] ninguém pode chegar perto da pousada dele, que ele já fica irritado e manda todo mundo sair. As pessoas passam por lá pra olhar e ele manda passar, sair fora que é dele. Ele não quer que ninguém entre, que ninguém veja. Lá só entra os trabalhadores. Tudo é propriedade dele. Ele não quer amizade com os nativos, nem bater papo. O negócio é dele. Ele é muito irritante (Moradora de Tatajuba, 35 anos, PESQUISA ..., 2004).

Outro depoimento revelou as diferenças culturais:

> Gostaria de um turismo respeitoso e que a gente entendesse com ele e ele com a gente. Fosse amigo da comunidade. Nem andasse fazendo o que não deve, desrespeitando a gente, porque a gente tem criança. Não pode haver certas coisas com que tem turista que praticamente anda nu, aí em frente da minha casa, muita gente viu. Muitos pescadores que vinham do mar viu. Ele não comprou a praia pra ele andar nu e nem nós, os nativos pra aceitar isso dele (Moradora de Tatajuba, 32 anos, PESQUISA ..., 2004).

As diferenças entre os padrões culturais são presentes e ressalta-se com os depoimentos dos moradores. Muitos têm medo de que o proprietário estrangeiro possa trazer novos investidores europeus. Aparenta não ter bom convívio com os nativos, fato que se expressa com inserção de novos hábitos culturais como placa no portão, com os dizeres: “não entre, bata no chocalho e espere no portão. Obrigada”. Afirma-se com o seguinte depoimento de um morador da comunidade:

> Ele veio pra cá, passou três meses, foi embora, voltou pra passar mais três meses e vai voltar de novo. Aí, é isso que a gente fica preocupado, ele vai trazer os amigos dele. Se nós não conseguimos empatar só ele, imagine quando ele trouxer mais gente (Pescador de Tatajuba, 40 anos, PESQUISA ..., 2004).

O medo de perder o lugar de sobrevivência é um elemento presente nos moradores de Tatajuba. Independentemente, entretanto, da presença do espanhol, outros estrangeiros já estão comprando propriedades, como é o caso da pousada Verde Folha vendida para holandeses. Muitos terrenos estão sendo comprados como reservas, esperando a hora de colocá-los no mercado, funcionando como

“terrenos de engorda”, no dizer de Kowarick, aguardando a valorização imobiliária do lugar, assim como ocorreu em Jericoacoara.

Enquanto a problemática da posse da terra não é resolvida, alguns moradores buscam opções para sobreviver no lugar, com negócios turísticos. As barracas na praia e na lagoa da Torta (ver fig. 39) são elementos da infra-estrutura turística local, a maioria propriedade dos moradores de Tatajuba, além das pousadas e casas com quartos de aluguel para turistas, como se pode constatar nos quadros 4 e 5.

QUADRO 5 – BARRACAS DE TATAJUBA

PROPRIETÁRIO	QUANTIDADE/LOCAL	FINANCIAMENTO
Vera	01 Praia	Próprio
João Galdino	01 Praia	Próprio
Didi	01 Praia	Próprio
	02 Lagoa da Torta	
Raimundinha	01 Praia	Próprio

FONTE: PESQUISA DIRETA, 2004-2006.

Os donos das barracas contaram que trabalhar na lagoa não é fácil. No período das chuvas, sobe o volume da água e, conseqüentemente, devem deslocar as barracas em direção das dunas, afastando-se das águas. Na fig. 40, pode-se observar ao fundo a Barraca do Didi, construída em um patamar mais alto, cujo objetivo é evitar o deslocamento da infra-estrutura desse equipamento no período chuvoso. Apesar das dificuldades apresentadas pelas condições naturais do lugar, revelam-se satisfeitos com o trabalho que realizam.

Nas margens da lagoa da Torta, pertencente à área de Tatajuba, ficam localizadas cinco barracas, quatro de propriedades de nativos. Os turistas e visitantes têm acesso, pelos *buggies* alugados em Camocim ou Jericoacoara, conforme se observa na fig. 41. Descem as dunas para chegar na lagoa. Vários moradores da comunidade trabalham nas barracas como cozinheiras, garçons, auxiliares, além da venda do artesanato local. Uma das cozinheiras informou que os bugueiros, realizando brincadeiras nas dunas, sofreu um acidentou e foi levado para o hospital de Camocim. Disse, ainda, que alguns bugueiros são imprudentes. “*Já*

aconteceram vários acidentes, inclusive com turistas que vêm de Jeri e Camocim", relatou a moradora (PESQUISA ..., 2005).

FIGURA 39 - **Lagoa da Torta - Tatajuba**
FONTE - Luzia Neide Coriolano, Jan./2006

FIGURA 40 - **Barracas na Lagoa da Torta**
FONTE - Luzia Neide Coriolano, Jan./2006

FIGURA 41 - ***Buggies*** **de passeios vindos de Jericoacoara**
FONTE - Luzia Neide Coriolano, Jan./2006

A ACOMOTA iniciou o planejamento do turismo comunitário de Tatajuba, a partir de julho de 2002, com a realização de um Seminário de Planejamento, por meio do Instituto Terramar. A esse evento fizeram-se presentes convidados de outras comunidades como: Batoque – Aquiraz, Balbino – Cascavel, Caetanos – Sabiaguaba e Prainha do Canto Verde – Beberibe, além de participantes do Terramar e CPP – Comissão Pastoral da Pesca e representante do Departamento de Geografia da UFC. Foram discutidas estratégias e ações para o desenvolvimento do turismo, a criação de parcerias com outras instituições governamentais e não-governamentais, a troca de experiências entre as comunidades, a inserção de Tatajuba na Rede do Turismo Comunitário, além de um breve inventário sobre os atrativos de Tatajuba (TERRAMAR, 2002).

Os atrativos identificados pelos moradores da comunidade foram:

- as dunas – Funil, Encantada (branca), Alfoles, Morro Branco, Zé Tereza, Alto do Petróleo, Barreira Vermelha e São Francisco;
- os lagos e lagoas – lago Grande, lagoa da Torta, lago das Moréias e lago Verde;

- o mangue – onde existe ponte para acesso de carros e pode-se observar a natureza;
- a gamboa – lugar para nadar, pescar peixes de pequeno porte, pescar camarão e esportes aquáticos;
- a praia – lugar para banho, pescaria, pesca do siri e passeio de jangada;
- a gastronomia – pratos feitos à base de peixes, caranguejo, camarão, ostras, sururu, lagosta, siri, entre outros;
- a paisagem do pôr-do-sol em cima da duna encantada (branca);
- os principais eventos – regata ecológica, festa do padroeiro São Francisco, festas juninas e forrós.

O Instituto Terramar desenvolve projetos de assessoria às comunidades do litoral cearense, mediante apoio para o desenvolvimento da pesca, sendo o turismo uma atividade recente na pauta dos projetos da ONG. Buscam assessorar o desenvolvimento do turismo comunitário, por meio de propostas financiadas por instituições estrangeiras e órgãos nacionais. Os encaminhamentos e atividades realizadas para o desenvolvimento da atividade turística em Tatajuba são observados no quadro 7, em anexo, a síntese das ações.

Nas reuniões de monitoramento do turismo comunitário em Tatajuba, foi realizado levantamento das principais trilhas, com atrativos naturais e culturais, que podem ser realizados no lugar. Conforme o relatório apresentado pelo Terramar (2003), elaborado em oficina na ACOMOTA, as principais trilhas e os significados, a partir do imaginário dos moradores do lugar, são apresentados no quadro 6.

QUADRO 6

TRILHAS E ATRATIVOS DE TATAJUBA

TRILHA	SIGNIFICADO DA TRILHA
• Trilha Velha Tatajuba	"Há mais ou menos 15 anos a Velha Tatajuba foi soterrada pelas dunas. Os moradores dividiram-se nas quatro vilas atuais: Vila Nova, Baixa da Tatajuba, Tatajuba (atual) e Vila São Francisco. Atualmente, dá para ver somente os resquícios da velha igreja, cacimbas, tocos de árvores, pois tudo foi soterrado pela areia. O nome do lugar deve-se a árvore Tatajuba, que além de sombra, tira-

	se o leite para curar fraturas e a madeira serve para fazer canoas. Existem poucas árvores".
• Trilha Morro Branco	"Antigamente o braço de mar, atual gamboa, seguia até a Pedra Branca, um povoado, onde tinha um porto, depois do lago grande. Um navio encalhou e lá se formou o morro branco. O morro é encantado, aparecem luzes, vozes e música".
• Trilha do Lago da Torta	"O lago também tinha comunicação com o mar. Um dia um navio naufragou e entrou no lago, na altura do "coqueiro do Abenço" e chegou em Parazinho onde foi construída uma igreja".
• Trilha Zé Tereza	"Zé Tereza tinha vazantes, com avanço da areia soterrou as vazantes e foram criados morros. Todo ano desloca-se".
• Outros atrativos apresentados sem o significado	"Praia do coqueiro, dunas do funil e pedra seca".

FONTE: (TERRAMAR, 2004a).

As fig. 42 e 43 apresentam alguns dos momentos da X Regata Ecológica de Canoas de Tatajuba em novembro de 2004, o principal evento cultural, que faz parte do calendário oficial de eventos do Município de Camocim. É organizado pelos moradores, intermediado pela associação. Mais do que um evento cultural e manifestação genuína, a regata é um momento de articulação política e manifestação social. Todos os anos as temáticas manifestam as preocupações, anseios e necessidades dos "povos do mar". Em 2004, a regata teve como tema: "Água é fonte de vida, confraterniza 10 anos". Para a realização deste movimento, os moradores recebem apoio e patrocínio das instituições e pessoas, que colaboram para a confecção do chamado pano da canoa. Dessa forma, cada canoa representa o seu patrocinador. Em 2004, a canoa vencedora foi patrocinada pelos alemães que faziam parte do projeto Pro-Renda em Tatajuba, sendo eles os responsáveis pela construção do *site* da comunidade[12].

[12] Site de Tatajuba: www.geocities.com/novatatajuba.

FIGURA 42 - **X Regata Ecológica de Canoas de Tatajuba, Camocim-CE**
FONTE - Eluziane Mendes, Nov./2004

FIGURA 43 - **Canoa vencedora da X Regata Ecológica de Tatajuba.**
FONTE - Eluziane Mendes, Nov./2004

O turismo comunitário é desenvolvido pela ACOMOTA, por iniciativa do TERRAMAR, pois as outras duas representações comunitárias seguem caminhos divergentes. Para tanto, foi criado o Regimento Interno do Grupo de Turismo Comunitário Sustentável de Tatajuba, em 2004.

No documento, foi descrita uma normatização, contendo valores das taxas de cada grupo, correspondendo (bugueiros, quartos domiciliares, barracas, hospedaria, restaurante, merendeira, guias, artesãos, além do cadastramento pessoal) sendo que cada grupo específico deverá ter um regimento interno; como deve ser conduzida a participação e presença nas reuniões, cursos, prestação de serviços, projetos ou atividades outras; com vagas limitadas; as punições no caso de descumprimento dos acordos estabelecidos em conjunto; os benefícios de ser associado e quais critérios devem ser seguidos para participar do fundo rotativo, que se presta à realização de empréstimos em dinheiro para o desenvolvimento dos negócios turísticos; e como deve ser realizada a contratação de prestação de serviços pelo grupo. Enfim, a observação, a partir desse documento de que a comunidade conduz seu processo permeado pelos padrões do capital, mas diferencia-se no ritmo, na infra-estrutura e nos beneficiados, buscando uma distribuição eqüitativa entre os membros.

Nas coletas de depoimentos (PESQUISA ..., 2004, 2005, 2006) realizadas, nas conversas e diálogos com os moradores de Tatajuba, foi possível captar algumas frases que, para eles, expressam o significado do turismo e de turista, e que, no meio das conversas, confundiam as duas expressões.

Disseram que "o *turismo é esse que chega. Porque tem turismo de várias coisas. Tem aquele que vem pra gastar e aquele que só vem pra sujar".* Outro morador, associado da ACOMOTA, disse que "o *turista é aquele que vem para conhecer as comunidades. Os turistas ficam encantados com a comunidade. Conversam com a população, muitos conhecem o povo da ACOMOTA".* Um pescador complementou, dizendo que os turistas *"são as pessoas que vêm de fora*

pra visitar e conhecer a localidade e seis pontos turísticos". Uma moradora compreende que, para receber turistas, é necessária infra-estrutura, dizendo que os turistas são "p*essoas passando férias, fins de semana, conhecendo os lugares e procurando conforto".*

Ao questionar os moradores sobre o trabalho na atividade turística, declararam parte de suas dificuldades e ansiedades, fato que se confirma no depoimento de uma moradora (2004), ao dizer que "a *gente tem vontade de trabalhar com o turismo, mas aí vem a parte financeira. As pessoas ainda não têm uma infra-estrutura necessária, mesmo o mínimo para o turista".* A partir dessas dificuldades, é que se baseia o apoio da ONG, ao tentar implementar projetos para infra-estrutura e capacitação.

Muitos revelaram não saber trabalhar com o turismo e apresentam receios. Exemplo desse fato é constatado na declaração do pescador de Tatajuba (40 anos, PESQUISA ..., 2004): "n*unca trabalhei com turismo. Não sei nem como é o trabalho com turismo. Por isso não sei nem dizer se gostaria ou não. Não sei nem lutar com o turismo, ainda".* Certamente, existe grande diferença entre o trabalho na pesca e atividades de serviços, como é o turismo, a começar pela mudança na temporalidade do trabalho. Apesar das dúvidas, existem aqueles que desejam se inserir na atividade e revelam "d*esejo que tenha emprego em pousadas dos nativos. Tenho vontade de ter meu próprio negócio – um restaurante"* (Moradora de Tatajuba, 35 anos, PESQUISA ..., 2005).

Sobre o turismo comunitário, o definem como: "*é aquele que a gente procura desenvolver junto com as outras atividades, porque às vezes as comunidades deixam de trabalhar com as outras atividades e querem trabalhar só com o turismo"* (Liderança de Tatajuba, 28 anos, PESQUISA ..., 2006). Na declaração da moradora revela-se o desejo de trabalhar com o turismo, ao tempo que demonstra o medo da gradativa decadência da pesca, como nas comunidades vizinhas, a exemplo de Jericoacoara, onde o turismo cresceu sem limite, em oposição às atividades tradicionais dos nativos, conforme constatado nos textos anteriores. Noutro depoimento, é revelada pelo morador a idéia de que, nas comunidades, o turismo deveria ser realizado em pequenas proporções e gestado

pelos residentes. Disse que “a *forma como tem sido feito é um caminho. Se construir grandes hotéis, Tatajuba vai perder o que as pessoas (turistas) gostam da tranqüilidade”* (Pescado, 35 anos, PESQUISA ..., 2006).

Projetar o desenvolvimento do turismo em Tatajuba pela gestão comunitária é uma ação política, na medida em que buscasse atingir objetivos em grupo. Quando conseguir organizar e alcançar a coesão da comunidade, poderá garantir a permanência no lugar, o respeito pela cultura local e pelos meios de sobrevivência. Nesse sentido, configurar-se-á uma ação política desenvolvida no mundo do capital. É importante compreender, que o desenvolvimento do turismo pelas comunidades é resultante, ainda, da pressão do mercado sobre os moradores, que os induzem à criação de propostas de trabalho que se inserem na economia, isto é, a pesca e a agricultura que mantinham a sobrevivência das comunidades são ditas como atividades em “decadência”, fato que é tomado como justificativa para ampliação de atividades que claramente fazem parte do universo do trabalho-mercadoria.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir este estudo depois de dois anos de reflexões e análises, pode-se afirmar que pesquisar é produzir conhecimento, pois o objeto de análise que inicialmente parecia caótico, paulatinamente foi sendo compreendido, dando margem a esta produção. Na investigação o objeto é elaborado, visto ser apreendido, analisado e explicado sob o prisma de uma interpretação. Certamente há lacunas que não se conseguiu preencher, podendo ser complementado posteriormente, por esta pesquisadora ou por outros.

O texto, aparentemente estático, contém um movimento, sendo possível captar “progressões” e “regressões” dos fatos, da história, da dinâmica natural e social, da produção do espaço e do turismo, revelando o movimento do real ocorrente de forma complexa, exigindo do pesquisador e do leitor atenção e sensibilidade para compreender que a recuperação dos fatos espaciais e históricos não é facilmente discernível. Buscou-se, contudo, retirar da complexidade do real da comunidade de Tatajuba um saber, uma produção de conhecimento sobre esta realidade empírica. Assim, empiria e teorias possibilitaram a produção dos registros e de um novo conhecimento.

Foi uma oportunidade para maior compreensão de como se desenvolve o modo de produção capitalista nas comunidades litorâneas, especificamente em Tatajuba, pois se passou a compreender que não é possível analisar os fenômenos fora deste contexto. Ao explicar como fazem os positivistas, que recortam o objeto e o descontextualizam, cada vez mais, o pesquisador se distancia da totalidade, reduz sua compreensão, muitas vezes sem perceber. Ao compreender o objeto, no entanto, localizando-o no contexto da sociedade de consumo, abre-se a possibilidade de uma melhor aproximação da realidade estudada. Admite-se que não se tenha conseguido apreender toda a complexidade ou contradições da produção do espaço, no entanto, esta pesquisadora sente-se gratificada pela abertura à metodologia

crítica assumida e pela compreensão de que os objetos pesquisados diante dessa metodologia se tornam menores, pois é mais importante a analisar as contradições da sociedade capitalista.

Pode-se asseverar que, apesar das dificuldades de acesso, a comunidade de Tatajuba vem sendo apropriada pelo capital. A expropriação das terras dos pescadores se intensifica, a urbanização e modernização se aceleram, motivadas pelo turismo. Reproduzem-se as relações capitalistas, atropelando ou desfazendo as comunitárias. Ainda existem, entretanto, indícios de solidariedade entre os nativos, reveladas em suas práticas cotidianas, caracterizando a cultura dos “povos do mar”, repleta de sentidos e representações sociais, diferenciadas das citadinas, pois se relacionam com uso direto da natureza, especialmente por sua intimidade com o mar.

As dificuldades provocadas pela diminuição dos meios de subsistência, a ausência de incentivos à pesca artesanal, à coleta e à agricultura familiar, causaram desordem nas práticas cotidianas da comunidade, que se encontra em um dilema perante essa transformação de usos, costumes e trabalhos. Com a decadência da pesca artesanal e da agricultura de subsistência, o “nativo” se torna submisso à produção de outrem, pelo trabalho-mercadoria, isto é, pelo assalariamento por atividades econômicas implantadas no litoral, como o turismo. E, assim, no litoral, as atividades modernas sobrepõem às tradicionais, mas estas não se extinguiram.

A produção do espaço volta-se para empreendimentos externos, e, embora ainda não tenha descaracterizado a paisagem local, incitou a divisão interna da comunidade, o que é mais grave. Os investidores que se alocam na região do Camocim esperam a implantação da infra-estrutura, especialmente do aeroporto, para maior atuação. Camocim está sendo considerada uma área prioritária para os investimentos turísticos, sendo o Estado o principal mediador na atração de investidores e empreendimentos. Este litoral pouco visitado passou a integrar roteiros regionalizados (política de regionalização), para atender esta nova diretriz da reprodução capitalista. Se for difícil vender um produto turístico, criam-se roteiros integrados, facilitando sua comercialização.

As paisagens e as terras de Tatajuba são utilizadas como elemento da disputa entre os moradores que possuem as posses e a empresa imobiliária, que diz ter a propriedade, e este conflito fundiário fundamenta-se em um “jogo de interesses”, que envolve o poder público, as empresas e as resistências comunitárias. A mega-empresa, em acordo com o IDACE, compromete-se a doar à comunidade as terras que os moradores ocupam secularmente, o que se torna um paradoxo. E, ainda, divulga o lugar dentro e fora do país na intenção de negociar “suas terras” e atrair investidores que se agreguem ao seu projeto: Costa de Tatajuba – Condado Ecológico de Camocim. Pode-se assegurar que esses investimentos divergem dos interesses locais.

Com as pressões exercidas sobre os moradores, a luta pela terra passou a ser apoiada pelos associados da ACOMOTA, pois acreditam que a garantia de suas terras ainda é o melhor caminho. Certamente, as resistências comunitárias configuram-se como entraves ao “progresso e expansão” da empresa que atua naquela área. E, mais dia, menos dia, se as resistências forem arrefecidas, os mais fracos serão levados a ceder seus objetivos, e assim se afirmará o poder do capital sobre o da comunidade. Se as resistências, todavia, conseguirem se fortalecer, como ocorre em algumas praias do Ceará, poderão garantir sua permanência no lugar e o turismo comunitário ganhará mais um núcleo no litoral cearense, fortalecendo o turismo dos desprovidos de capital e daqueles que não buscam, tão-somente, acumulação, mas a valorização humana.

Tatajuba é um território em conflito, pois a comunidade que tem o sentido de lugar, de referência, de coesão está ameaçada pelas atividades que ali se implantam. A perda dessa representação causa uma profunda desordem, a desestruturação de modos de vida e a insegurança nos residentes. O conflito que se apresenta pela desarticulação entre os moradores, por um lado, ocasionou a divisão interna, por outro, despertou na comunidade o sentido da luta, da descoberta de possibilidades, sendo o turismo comunitário tecido nessa perspectiva.

Constatou-se que nem todos da comunidade têm consciência da dimensão dos planos e políticas que o Estado e os empresários têm para seu lugar. Muitos desconhecem estes planos e suas reais intenções. E, ainda mais, alguns acreditam que esta política é necessária, em conseqüência da promessa de oferta de ocupação e renda.

O lazer mercadoria tornou-se um negócio lucrativo para as empresas que buscam sempre novos lugares para esta prática, especialmente no litoral cearense. O espaço turístico Jericoacoara já aponta sinais de saturação, sendo Tatajuba um produto que deverá ser "desenvolvido" e "explorado", para complementar e inovar Jeri. Assim, Tatajuba, de espaço de reserva, torna-se um espaço do turismo. A lógica capitalista dos grandes pólos receptores turísticos é ali reproduzida.

Enfim, a análise da comunidade Tatajuba define a transformação "de espaços comunitários em espaços do turismo". Exemplifica as lutas e conflitos vivenciados em diversas comunidades no litoral cearense, imersas na *turistificação*. O caminho a ser seguido pela comunidade não deve ser único. As lutas e as contradições estão sempre presentes na sociedade de consumo pelos diversos interesses. As análises apontam, contudo, que há indícios de que os pescadores, as rendeiras, os nativos cada vez mais se engajam na luta pela defesa de suas terras e de oportunidades de ganhos pelo turismo. Assim, pequenas pousadas, passeios ecológicos, apresentações da cultura dos povos do litoral, produção artesanal, são incluídos na chamada cadeia produtiva do turismo, fortalecendo as estratégias locais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCIOLY, V. M. **Uso do solo e a Renda Fundiária Urbana**: o caso de Fortaleza. Fortaleza: UFC, 1985. 179f. Dissertação (Mestrado em Economia) Universidade Federal do Ceará. UFC, 1985.

ACOMOTA. **REGIMENTO INTERNO DO GRUPO DE TURISMO COMUNITÁRIO SUSTENTÁVEL DE TATAJUBA.** Associação Comunitária dos Moradores de Tatajuba – ACOMOTA. Tatajuba – Camocim/CE: ACOMOTA, 2004. 6p.

ALMEIDA, H. M. de. **Seletividade e desenvolvimento**: práticas espaciais na gestão do território cearense. São Paulo - USP, 2004. 154f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo - USP. 2004

ANDRADE, M. C. de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (Org.) **Território:** Globalização e fragmentação. 5. ed. São Paulo: HUCITEC, 2002. 213-220p.

BAZTÁN, Á. A.. Etnografía. In: _____. Etnografia. **Métodos Cualitativos de la Pesquisa**. Barcelona: Ed. Marcombo.1996, p. 3-20.

BENEVIDES, I. P. **Práticas e Territorialidades Turísticas e Planejamento Governamental do Turismo no Ceará**. São Paulo: USP, 2004. 305f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo-USP. 2004.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Programa de Regionalização do Turismo** – Roteiros do Brasil. Brasília: Ministério do Turismo, 2004. 32p.

_____. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias. Núcleo de Povos e Comunidades Tradicionais e Específicas**. Comunidades Tradicionais e Políticas Públicas**. Brasília - Núcleo de Povos e Comunidades Tradicionais e Específicas - CNPT, 2005.

CAMPANÁRIO, M. de A. O mercado de Terras e a Exclusão Social na Cidade de São Paulo. In. KRISCHKE, P. J. **Terra de Habitação X Terra de Espoliação.** São Paulo: Cortez, 1984. p. 11-30.

CARLOS, A. F. A. O Turismo e a Produção do Não-lugar. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo:** Espaço, Paisagem e Cultura. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 25-37.

_____. “Novas” Contradições do Espaço. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. de L. **O Espaço no fim do Século:** a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999. p. 48-61. (Coleção Novas Abordagens).

_____. **A cidade**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2003. 98p.

_____. **O Espaço Urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004. 154p.

COMISSÃO Nacional Independente sobre os Oceanos. **O Brasil e o Mar no Século XXI:** Relatório aos Tomadores de Decisão do País. Rio de Janeiro, 1998.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA DO CEARÁ. **Ata da Audiência Pública em Camocim-CE**: Implantação do Projeto Turístico em Tatajuba. Camocim-CE: 12 de setembro de 2001. 63 p. (Divisão do Serviço de Taquigrafia, Revisão e Anais).

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE TATAJUBA E ADJACÊNCIAS. **Agenda Comunitária Local de Tatajuba e Adjacências**: Definição Macroestratégia de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades: Tatajuba, Baixa da Tatajuba, Vila Nova e Vila São Francisco. Tatajuba – Camocim-CE, 2003. 20p.

CORIOLANO, L. N. M. T. **Do local ao Global:** o turismo litorâneo cearense. São Paulo: Papirus, 1998. 160p.

_____. **Turismo e Geografia**: abordagens críticas. Fortaleza: Ed. UECE, 2005. 174p.

_____. **Turismo, Territórios e Sujeitos nos Discursos e Práticas Políticas.** Aracaju: UFSE, 2004. 294f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal de Sergipe – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia – NPGEO. 2004

____; **Equipamentos e atrativos de Tatajuba; Placa da empresa imobiliária**. Jan. 2006. Camocim-CE, 2006. 6 fotografias.

CORRÊA, R. L. Territorialidade e Corporação: um exemplo. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (Org.) **Território:** Globalização e fragmentação. 5. ed. São Paulo: HUCITEC, 2002. 251-256p.

COSTA, M. C. L. Urbanização da Sociedade Cearense. In: DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. de L. **O Espaço no fim do Século:** a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999. (Coleção Novas Abordagens). p.100-115.

COULON, A. **Etnometodologia e Educação**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995. [?]p.

CRUZ, A. da C; PEROTA, M. L. L. R; MENDES, M. T. R. **Elaboração de Referências** (NBR 6023/2002). 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência: Niterói: Intertexto, 2002. 89p.

DAMIANI, A. L. As contradições do espaço: da lógica (formal) à lógica dialética, a propósito do Espaço. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. de L. **O Espaço no fim do Século:** a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999. p. 48-61. (Coleção Novas Abordagens).

_____. Turismo e lazer em espaços urbanos. In: RODRIGUES, Adyr Balastreri (Org.). **Turismo, Modernidade e Globalização.** 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 2002. p.46-54.

DEBORD, G. 1931-1994. **A Sociedade do Espetáculo**. Tradução: Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. 238p.

DEMO, P. **Pesquisa:** princípio Cientifico e Educativo. 6. edição. São Paulo: Cortez Editora, 1999. 120p. (Biblioteca de educação. Série 1. Escola: v.14).

DESLANDES, S. F. A Construção do Projeto de Pesquisa. In: MINAYO, Ma. C. de. S (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 16. ed. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1994. 9-19p. (Coleção Temas Sociais).

DIEGUES, A. C. S. **O Mito Moderno da Natureza Intocada.** 4. ed. São Paulo: Annablume: HUCITEC – Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP. 2002. 176p.

_____. **A Pesca Construindo Sociedades:** leituras em Antropologia Marítima e Pesqueira. São Paulo: Annablume: HUCITEC – Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP. 2004. 315p.

DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO. I. E.; GOMES, P. C.C; CORRÊA, R. L. **Geografia:** conceitos e temas. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p.141-162.

DUMAZEDIER, J. **A revolução cultural do tempo livre**. São Paulo: Studio Nobel/Sesc, 1994.

ELLUL, J. **A Técnica e o Desafio do Século.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

FONSECA, M. A. P. de. **Espaço, Políticas de Turismo e Competitividade**. Natal – RN: EDUFRN, 2005. 226p.

FUNCEME. **Levantamento e qualificação das áreas de manguezais do Estado do Ceará (Brasil) através de sensoriamento remoto.** Fortaleza – CE, 1990.

GALLERO, Á. L. El Impacto de la Globalizacion sobre el Turismo**.** In: RODRIGUES, Adyr Balastreri (Org.). **Turismo e Geografia:** reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996 p. 33-38.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LCT – Livros Técnicos e Científicos, 1989. 323p.

GIRÃO, R. **Pequena História do Ceará**. 3. ed. Vol. 5. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1971. (Biblioteca de Cultura. Revista Série A – Documentário).

GOMES, H. C. M. **Para onde sopram os ventos?** Escola, Vida e Cultura dos Povos do Mar. Fortaleza: UFC, 2002. 197f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Ceará. UFC, 2002.

GOMES, P. C. da C. **Geografia e Modernidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. 368p.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARA - SECRETARIA DO TURISMO DO ESTADO DO CEARÁ - SETUR. **Turismo**: uma estratégia para o desenvolvimento sustentável do Ceará – 1995-2020. Fortaleza: SETUR, 1999a.121p.

____, **Manual das Macrorregiões Turísticas do Ceará**. Fortaleza: SETUR, 1999b.124p.

____, **PAT** - Plano de Ação Turística. Camocim. Delberg Arquitetos Associados. Fortaleza: SETUR, Maio de 2000. 111p.

____, **PDTIS** - Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo e Sustentável do Pólo Costa do Sol. Avaliação do PRODETUR-CE I**.** Ruschmann Consultoria. Fortaleza: SETUR, 2003a. 114p.

____, Palestra **Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste - PRODETUR/CE,** Fortaleza: SETUR, 2003b.

____, **Estudos Turísticos da SETUR** - Mercado Turístico e Oportunidades de Investimentos no Ceará nº 19. Fortaleza - SETUR (CE), 2004. 18p.

____, Palestra **PRODETUR** - Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste. Fortaleza: SETUR, 2005.

GUERRA, A. T. **Dicionário Geológico-geomorfológico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia,1972. 439p.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis: Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1987. 163p.

HARVEY, D. **A Justiça Social e a Cidade**. Tradução: Armando Corrêa da Silva. São Paulo: Hucitec, 1980. 292p.

_____, **A condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992. 349p

_____, **Los limites del capitalismo y la teoria marxista**. Tradución: Mariluz Caso. México: Fondo de Cultura Económica. 2002, 459p.

_____, **O Novo Imperialismo.** Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola. 2004, 201p.

IBAMA. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA**. Laudo Ambiental da Localidade de Tatajuba – Camocim/CE.** Fortaleza: IBAMA, Gerência Executiva do IBAMA -CE. 2001. 55p.

_____. NEA – Núcleo de Educação Ambiental. **Vilas de Tatajuba**. Camocim-CE, 2005. 6 fotografias, p&b.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. **Censo Demográfico.** IBGE, 2000. p.17.

KNAFOU, R**.** Turismo e Território: por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, Adyr Balastreri (Org.). **Turismo e Geografia:** reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996 p. 62-74.

KOURGANOFF, V. **A Pesquisa Científica** – saber atual. (Difusão Européia do Livro). São Paulo: Press Universitaires de France – Paris, 1961. 135p.

KOWARICK, L. **A Espoliação Urbana**. V. 44. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Coleção Estudos Brasileiros).

LEFEBVRE, H. **A Cidade do Capital**. 2. ed. Tradução Maria Helena Rauta Ramos e Marilene Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LIMA, M. do C. **Comunidades pesqueiras marítimas no Ceará:** território, costumes e conflitos. São Paulo: USP, 2002. 220f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo-USP. 2002

LIMA S., O. Cidadania, Participação e Organização Comunitária. In: MARTINS, Clerton (Org.) **Turismo, Cultura e Identidade.** São Paulo: Roca, 2003. 13-19p.

LÜDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. (Coleção Temas Básico da Educação e Ensino).

MALDONADO, S. C. **Mestres e Mares**: espaço e indivisão na pesca marítima. 2. ed. São Paulo: Annablume, 1993. 194p. (Selo Universidade, 7a. Coleção Antropologia).

MARTINS, S. Crítica à Economia Política do Espaço. In: DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odete Carvalho de Lima. **O Espaço no fim do Século:** a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999. (Coleção Novas Abordagens). p.13-41.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Tradução: Regis Barbosa; Flávio R. Kothe. 3. ed. V.I. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 283p. (Coleção Os economistas).

MEDEIROS, E. B. **O lazer no planejamento urbano**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.

MENDES, E. G; CORIOLANO, L. N. M. T. **O Turismo Comunitário e o Processo de Desenvolvimento Local na Prainha do Canto Verde – Beberibe/CE.** 2003a. 150 f. Relatório. (Relatório de Pesquisa) Laboratório de Estudos do Território e Turismo, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2003 a.

_____. **A Prainha do Canto Verde:** *locus* de resistência e Turismo Comunitário. In: CORIOLANO, L. N. M. T; LIMA, L. C. Turismo Comunitário e Responsabilidade Socioambiental. Fortaleza: EDUECE, 2003b. p.173 -196.

MENDES, M. T. R; CRUZ, A. da C; CURTY, M. G. **Citações:** quando, onde e como usar. (NBR10520/2002). Niterói: Intertexto, 2002. 63p.

MÉSZÁROS, I. **Para além do Capital**. Tradução: paulo César Castanheira; Sérgio Lessa. São Paulo: UNICAMP; Bomtempo editorial, 2002. 1.103 p.

MINAYO, Ma. C. de. S. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Ma. C. de. S (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 16. edição. Petrópolis(RJ): Editora Vozes, 1994. 9-19p. (Coleção Temas Sociais).

MORAES, A. C. R; COSTA, W. M. da. **Geografia Crítica**: a valorização do espaço. 4.ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 1999.196p.

MORAIS. J. O. de. Compartimentação Territorial Evolutiva da Zona Costeira. *In:* LIMA, L. C. (Org.) **Compartimentação territorial e gestão regional do Ceará.** Fortaleza: FUNECE, 2000. 106 – 184p.

MORIN, E. **Introdução ao Pensamento Complexo.** Tradução: Dulce Matos. 4. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2003, 177p. (Coleção Epistemologia e Sociedade).

NETTUR - LABORATÓRIO DE ESTUDOS DO TERRITÓRIO E TURISMO. Universidade Estadual do Ceará-UECE. **A (Re)estruturação do Litoral Cearense pelos Serviços da Atividade Turística a partir da década de 1990.** (Pesquisa em andamento). Fortaleza: NETTUR,/UECE, 2006.

_____. **Estrutura do Boa Vista Resort & Conference Centre; Koala Passeios – Jericoacoara/CE**. Jan. 2006. Camocim-CE, 2006. 5 fotografias.

NOGUEIRA, S. K. P. **No ritmo das marés**: as catadoras de algas de Fleicheiras. Trairi-CE. Fortaleza-UECE, 2003. 118f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Estadual do Ceará – UECE. 2003.

OLIVEIRA, P. de S. (Org.) **Metodologia das Ciências Humanas**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 2001. 219p.

PONTES, F. H. X. **Balanço Sedimentar e Evolução Costeira do Litoral de Camocim – CE.** Fortaleza: 2003. 170f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Estadual do Ceará – UECE. 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMOCIM. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Camocim** – PDDU. Nasser Hissa Arquitetos Associados. Camocim, Novembro de 1998.

_____. Lei Municipal Nº 559/94, de 26 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a declaração da Área de Preservação Ambiental – **APA de Tatajuba.** Não publicada em Diário Oficial. Camocim-CE: 26 de dezembro de 1994.

_____. Altera a Lei Municipal Nº 559/94, de 26 de dezembro de 1994, acrescenta artigos e dá outras providências**.** Não publicada em Diário Oficial. Camocim-CE, 2000. 5p.

RODRIGUES, A. M. Desenvolvimento Sustentável e Atividade Turística. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e Desenvolvimento Local.** São Paulo: Hucitec, 1997. p. 42-54.

SÁNCHEZ. J.-E. **Espacio, economia y sociedad**. Madrid-Espanã: Siglo XXI edición, 1991. 338p.

SANDRONI, P. (Ed.). **Os economistas**: Dicionário de Economia. Nova Cultural. São Paulo: Abril Cultural S. A, 1985. 459 p.

SANTOS, J. L. d. **O que é Cultura?** São Paulo: Ed. Brasiliense. 1983. 87p.

SANTOS. M. **Por uma Geografia Nova.** Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988, 180p.

_____. **A Natureza do Espaço:** técnica e tempo-razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002. 285p. (Coleção Milton Santos).

_____. SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI**.** 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

_____. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: EDUSP, 2004. 90p.

_____. **Da Totalidade ao Lugar.** São Paulo: EDUSP, 2005. 176p.

SARAIVA, M. L. S. A. **Faces dos novos usos do território Litorâneo:** Lazer e Turismo em Praia das Fontes e Prainha do Canto Vede – Beberibe-CE. Fortaleza: UECE, 2002. 137f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Estadual do Ceará – UECE. 2002.

SCHLÜTER, R. G. Desenvolvimento do Turismo: as perspectivas na América Latina – Texto 13. In: THEOBALD, Willian F. (Org.). **Turismo Global.** Tradução: Anna Maria Copovilla, Maria Cristina Guimarães Cupertino, João Ricardo Barros Penteado. São Paulo: Editora SESC São Paulo, 2001. p. 231-244.

SEABRA, G. de F. **Pesquisa Científica:** o método em questão. Brasília: Editora UNB, 2001.124p.

SEABRA, O., C. de L. **A muralha que cerca o mar:** uma modalidade de uso de solo urbano. São Paulo: USP, 1979. 122p. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - USP. 1979.

SERRA, L. L. E. **A Observação participante e outras abordagens no trabalho de campo na Geografia Humana.** Fortaleza: UECE/NUGA, out/1991. 40f. (Núcleo de Geografia Aplicada da Universidade Estadual do Ceará).

SILVA, L. R. da. **A natureza contraditória do espaço geográfico**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2001. 100p.

SILVA, A. M. *et al.* (Orgs.). **Trabalhos Científicos**: organização, redação e Apresentação. Universidade Estadual do Ceará, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. Fortaleza: Ed. UECE, Março/2003. 71p.

SILVEIRA. M. L. Por um Conteúdo da Reflexão Epistemológica da Geografia. In: SOUZA, Álvaro José de; SOUZA, Edson Belo Clemente; MAGNOMI JÚNIOR, Lourenço. (Orgs.) **Paisagem, território, região**: em busca da identidade. Cascavel: EDUNIOESTE, 2000. p. 21-28.

_____, M. L. Da fetichização dos lugares à produção local do turismo. In: RODRIGUES, Adyr Balastreri (Org.). **Turismo, Modernidade e Globalização.** 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 2002. p. 36-45.

SOJA, E. W. A. **Geografias Pós-Modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social. 2. ed. Tradução: Vera Ribeiro, Bertha Becker, Lia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 1993. 324p.

SOUZA, M. J. N. de. Bases naturais e esboço do zoneamento geoambiental do Estado do Ceará. In: LIMA, Luiz Cruz (Org.) **Compartimentação territorial e gestão regional do Ceará**. Fortaleza: FUNECE, 2000. p. 6-104.

SOUZA, M. J. L. de. Como Pode o Turismo contribuir para o Desenvolvimento Local?. In: RODRIGUES, Adyr Balastreri (Org.). **Turismo e Desenvolvimento Local.** São Paulo: Hucitec, 1997. p. 17-22.

SOUZA, M. L. de. **Desenvolvimento de Comunidade e Participação**. 8a. ed. São Paulo: Cortez, 2004. 231p.

TERRAMAR. **Relatório do Seminário de Planejamento do Turismo Comunitário de Tatajuba - Camocim/CE.** Fortaleza: Instituto Terramar, 2002. 50p.

_____. **Diagnóstico Sócioambiental Participativo Tatajuba, Camocim-CE.** Projeto gestão Costeira Sustentável. Fortaleza: Instituto Terramar; Depto. de Geografia da Universidade Federal do Ceará – UFC. 2003a, 12p.

_____. **Dossiê do Conflito Fundiário na Comunidade de Tatajuba: 2001- 2003**. Fortaleza: Instituto Terramar. 2003b, 300f.

_____. **Paisagem Panorâmica da gamboa de Tatajuba**. Camocim-CE, 2003. 1 fotografia, p&b.

_____. **Relatório de Monitoramento do Projeto de Turismo Comunitário de Tatajuba – Camocim/CE.** Fortaleza: Instituto Terramar, 2004a. 15p.

_____. **Cartilha Terra e Vida na Zona Costeira do Ceará**: direito de uso e estratégia de regularização de posses. Fortaleza: Terramar, 2004b. 80p.

TRIGO, L. G. G. **Turismo e Qualidade:** tendências contemporâneas. Campinas – SP: Papirus, 1993. 120p. (Coleção Turismo).

VASCONCELOS, F. P. Gestão Integrada do Litoral e sua Implicação na Atividade Turística. In: CORIOLANO, L. N. M. T. (Org.) **O Turismo de Inclusão e o Desenvolvimento Local**. Fortaleza: FUNECE, 2003. 320-327p.

VICENTE DE PAULA. **FALÉSIAS** vivas – litoral de Camocim-CE e Formação Camocim – CE / Mestrado Acadêmico em Geografia – MAG, Universidade Estadual do Ceará – UECE. Fortaleza, 2003. 2 fotografias, p&b.

SITES, REVISTAS E PERIÓDICOS

ABIH-CE - **Associação Brasileira da Indústria de Hotéis**. Disponível em: www.abih-ce.com.br/associados_list.asp>, acesso em: 20/05/05.

AQUAVILLE HOTEL E *RESORT*. Disponível em: <www.aquaville.com.br> , acesso em: 20/05/05.

BEACH PARK SUITES RESORT. Disponível em: <www.beachpark.com.br>, acesso em: 20/05/05.

BENI, M. C. **Turismo Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional e Urbano.** Disponível em: <www.etur.com.br/conteudocompleto>, acesso em: 12/11/2005.

BOA VISTA RESORT & Conference Centre. Disponível em: <www.boavistaresort.com.br>, acesso em: 20/05/05.

BRASIL. **SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO** – SPU**.** Disponível em: <www.spu.planejamento.gov.br>, acesso em: 11/11/2005.

_____. **Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais – CNPT.** Disponível em: <www.ibama.gov.br/resex/pop.htm, acesso em: 11/11/2005.

COSTA DA TATAJUBA, disponível em <http-//www.tatajuba.com.br/>, Acesso em 20/10/2004.

CORIOLANO. L. N. M. T; SILVA, S. C. B. de M. Espace, Pouvoir et Tourisme. In: **Chemins de Formation au fil du temps**... Carnets de bord. Nantes: Éditions du Petit Vihicule, Université de Nantes. Numéro 7, oct. 2004. p. 205 – 209.

HOTEL OÁSIS PRAIA DAS FONTES - Material promocional: Disponível em: <www.hotelpraiadasfontes.com.br>, acesso em: 20/05/05.

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO (SEPLAN). **Perfil Básico dos Municípios.**

Fortaleza: IPECE, 2000; 2005. 10p. Acesso em: 25/10/2005, disponível em-<www.ipece.ce.gov.br>.

IPLANCE. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO (SEPLAN). **Mapa dos Municípios.** Fortaleza: IPECE, 1998. Disponível em-<www.iplance.ce.gov.br>.

JORNAL BRASIL TURISMO. Disponível em: www.brasilturisjornal.com.br, acesso em 08/05/05.

MARINA PARK HOTEL - Material promocional. Disponível em: < www.marinapark.com.br>.acesso em: 20/05/05.

MEIRELES, A. J. A. Abordagem Geomorfológica para a Realização de Estudos Integrados para o Planejamento e Gestão em Ambientes Fluvio-marinhos. In: **Geocrítica**, revista de Geografia da Universidade de Barcelona, Espanha. 2002.

_____. **Rio Coreaú, Camocim-CE**. 2002. 1 fotografia aérea, p&b.

_____. Falésias do Litoral Leste do Estado do Ceará: Análise dos Processos Morfogenéticos e Impactos Ambientais. In: **Revista Geonotas**. Departamento de Geografia - Universidade Estadual de Maringá Volume 3 Número 2. Abr/Mai/Jun 1999. Acesso em: Agosto de 2005. Disponível em < http-//www.dge.uem.br/geonotas/vol3-2/Meireles.html>.

POEMA TATAJUBA (2001). Disponível em: **<**www.geocities.com/novatatajuba>, acesso em: 6 de abril de 2005.

PROJETO ORLA. SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO – SPU**.** Disponível em: <www.spu.planejamento.gov.br>, acesso em: 11/11/2005.

EMPRESÁRIOS DO CEARÁ VÃO A LISBOA EM BUSCA DE PARCEIROS. Reportagem disponível em: <www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro>, acesso em 20/10/2004.

TATAJUBA. Disponível em: **<**www.geocities.com/novatatajuba>, acesso em: 6 de abril de 2005.

ENTREVISTAS

ARAÚJO, R. C. de. **Conflitos Fundiários em Tatajuba, Camocim-CE.** 2006. Entrevista concedida a E. G. M. em março de 2006.

COELHO, A. **A implantação de reserva extrativista em Tatajuba, Camocim-CE.** 2005. Entrevista concedida a E. G. M. em dezembro de 2005.

FRANÇA, L. R. P. **O Desenvolvimento do Turismo em Camocim e Tatajuba.** 2006. Entrevista concedida a E. G. M. em março de 2006.

GERENTE do Patrimônio da União – SPU/CE. **Ocupação em terras de marinha.** 2005. Entrevista concedida a E. G. M. em outubro de 2005.

MARTINS, R. **Turismo comunitário em Tatajuba, Camocim-CE.** 2006. Entrevista concedida a E. G. M. em março de 2006.

PESQUISA DE CAMPO. **Entrevistas e coletas de depoimentos concedidas pelos moradores, pescadores e lideranças da Comunidade de Tatajuba, Camocim-CE** a E. G. M., realizadas em ago. e nov. (2004), fev. (2005) e jan. (2006).

SILVINO DA SILVA, F. **O conflito fundiário e os processos judiciais em Tatajuba, Camocim-CE.** 2006. Entrevista concedida a E. G. M. em março de 2006.

ANEXOS

ANEXO I

Roteiros das entrevistas e coletas de depoimentos concedidos pelos moradores da comunidade de Tatajuba, Camocim-CE, realizadas em ago; nov. (2004) e fev. (2005).

Pesquisa
De Espaço Comunitário a Espaço do Turismo - Conflitos e Resistências em Tatajuba, Camocim/CE
Período: Ago; Nov. (2004); Fev. (2005), Jan. (2005)

Pesquisadora Responsável: Eluziane Gonzaga Mendes
Orientadora: Profª. Drª. Luzia Neide M. T. Coriolano
Pesquisador colaborador: Aridenio B. Quintiliano

---

1. TEMÁTICA – O LUGAR

Origens (por que a comunidade está vinculada à Camocim?) Quando chegou o primeiro morador? Vindo de onde? Qual a primeira família?
Quais os acessos para chegar em Tatajuba? Qual distrito pertence?
Quais são as comunidades vizinhas? Como é o relacionamento?

II - O POVO (trabalho)

Quantos moradores? Quantas famílias?
Quantidade (média) de filhos por família?
Quantidade de jovens?
Quantos moradores não são de Tatajuba? Vindos de onde? Como é o relacionamento?
Quais são os tipos de trabalho? Qual a média de renda?
Quais as profissões dos moradores de Tatajuba?
Você trabalha onde?
- na própria casa ( )
- fora de casa ( )
Você passa quantas horas trabalhando?
4h ( ) 6h ( ) 8h ( ) 12 h ( )
Qual a média de renda da família?
100 reais ( ) 200 reais ( ) 260 reais ( ) 300 reais ( ) mais de 400 reais ( )

III - CULTURA E LAZER

Principais costumes locais? Lendas conhecidas? Mitos?
Quais os principais eventos e/ou manifestações tradicionais (folclóricas) da comunidade?
Qual tipo de artesanato e de matéria-prima? Para quem são feitas as vendas?
Quais são as comidas típicas?
Quais são as diversões na comunidade?

IV - CARACTERIZAÇÃO DA TERRA (ATRATIVOS DE TATAJUBA)

De quem são as propriedades? (Terreno de marinha, privado ou de empresas, terrenos em litígio)
Quais são os atrativos naturais do lugar?

V – EQUIPAMENTOS E INFRA-ESTRUTURA DA COMUNIDADE?

Quando chegou energia elétrica e água? Como era a vida antes? E agora?
Telefone – quantidade:
Carros – quantidade:
Televisão – quantidade:
Transporte – quantidade:
Tipos de casa – quantidade:
Antenas parabólicas– quantidade:
Escola (qual a faixa etária)?
Quantos alunos?
Posto de saúde – Quantos médicos? Qual a periodicidade de atendimentos?
Creche:
Praça:
Igrejas:
Associações Comunitárias:
Quantidade de casas das vilas e moradores:
Qual a vila de melhor condição de infra-estrutura? Por quê?
Você gostaria que a comunidade mudasse? O que deveria mudar?

2. TEMÁTICA – PESCA

Quantidade de pescadores? Faixa etária?
Tipo de embarcação (por que canoa e não jangada)? Quando surgiu? Quem inventou?
Qual a zona de pesca que a comunidade pertence?
Você gosta de ser pescador? Qual outra atividade você gostaria de exercer? O seu pai era pescador?
Como é feita a venda do peixe e de outros produtos?
Existe alguma história específica dos pescadores de Tatajuba?
Qual é o vínculo dos pescadores de tatajuba com outros lugares? Como é feito?
Você gostaria que a comunidade mudasse? O que deveria mudar?
Você passa quantas horas trabalhando?
4h ( ) 6h ( ) 12h ( ) mais de 24h ( )

Qual a média mensal de renda da família?
100 Reais ( ) 200 Reais ( ) 260 Reais ( ) 300 Reais ( ) mais de 400 ( )

3. TEMÁTICA – TURISMO E CONFLITOS DE TERRA

Você sabe o que é o turismo? O que significa o turismo para você?
Sua comunidade tem discutido sobre o turismo? O que acham do turismo?
Que tipo de turismo você considera melhor para sua comunidade?
Quais são os turistas que vêm para Comunidade? Quantidade?
Que tipo de turista você gostaria que viesse para Comunidade?
Quem está se beneficiando com o turismo?
O turismo pode ajudar você e seus amigos? Como?
Você acha que a comunidade tem que ser divulgada? Por quê? Como?
Existem pessoas nas comunidades que trabalham ou trabalharam com Turismo?
O que o turismo pode trazer para você?
Como o turismo pode contribuir para o desenvolvimento dessa comunidade?
A comunidade sofreu algum impacto por investimentos turísticos?
Você tem informação sobre empreendimentos turísticos que estão querendo implantar na comunidade? O que poderia informar?
Existe algum conflito em relação ao turismo? Quais?
Existem conflitos pela terra em Tatajuba? Conte a história?
Qual a relação da Comunidade com Jericoacoara?
O que você deseja para sua Comunidade?
OBSERVAÇÕES:

Pesquisa
De Espaço Comunitário a Espaço do Turismo - Conflitos e Resistências em Tatajuba, Camocim/CE
Período: 2004-2006

Pesquisadora Responsável: Eluziane Gonzaga Mendes
Orientadora: Profª. Drª. Luzia Neide M. T. Coriolano

INVENTÁRIO DOS SERVIÇOS OFERECIDOS NA COMUNIDADE

CASAS DE ALUGUEL			
NOME DO ESTABELECIMENTO	**QUANTIDADE**	**TAMANHO**	**PROPRIETÁRIO**
POUSADAS			
NOME DO ESTABELECIMENTO	**LEITOS**	**TAMANHO**	**PROPRIETÁRIO**
QUARTOS DE ALUGUEL			
NOME DO ESTABELECIMENTO	**LEITOS**	**TAMANHO**	**PROPRIETÁRIO**
BARRACAS			
NOME DO ESTABELECIMENTO	**MESAS**	**TAMANHO**	**PROPRIETÁRIO**
RESTAURANTES			
NOME DO ESTABELECIMENTO	**MESAS**	**TAMANHO**	**PROPRIETÁRIO**

Fonte: Pesquisa Direta, 2004-2006.

ANEXO II

Roteiros das entrevistas e coletas de depoimentos concedidos pelos moradores da comunidade de Tatajuba, Camocim-CE, realizada em jan./2006.

Pesquisa
De Espaço Comunitário a Espaço do Turismo - Conflitos e Resistências em Tatajuba, Camocim/CE
Período: 2004-2006

Pesquisadora Responsável: Eluziane Gonzaga Mendes
Orientadora: Profª. Drª. Luzia Neide M. T. Coriolano
Pesquisadores colaboradores: Aridenio B. Quintiliano e Marcela S. Costa.

O LUGAR
Histórias do lugar, as lendas, duna branca, o barco que naufragou, a igreja soterrada e a velha Tatajuba soterrada, os visitantes, as festas.
Qual a área total de Tatajuba? Quais os limites? Quantos quilômetros têm a praia?
Os atrativos de Tatajuba? O Movimento na lagoa da Torta?

O PESCADOR
História do pescador.
Quais os instrumentos utilizados para pesca?
Quais os tipos de pesca?
Por que utilizam canoas?
Quantidade de pescadores?
Quantos associados na colônia?

CONFLITOS DE TERRA
Quando começou a grilagem e a especulação?
Propriedade das terras?
A venda das terras?
Como está o processo de regularização fundiária?
Quando começou a presença da empresa na comunidade? Como?
Qual foi o ano da pesquisa socioeconômica realizada pela Empresa Vitória Régia na comunidade?
Os moradores sofrem ameaças?

REGULARIZAÇÃO DA APA
Como anda o processo da APA?
Qual a participação da Prefeitura na regularização da APA de Tatajuba?
Como vem ocorrendo o Conselho Consultivo do Parque Nacional de Jericoacoara?

ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA
Quando começou os conflitos internos?
Como e Por que a ACOMOTA sofreu intervenção Oficial e da empresa? Quando?
A presença da ONG Terramar?
Quando ocorreu o contato com o Terramar? E do grupo de Turismo? Está funcionando?

TURISMO
Como é o empreendimento da empresa imobiliária?
Quem são os proprietários?
Como está o caso, atualmente?

TURISMO COMUNITÁRIO
Quais as expectativas da comunidade? O que esperam para o futuro?
Quais os medos e anseios?

OBS.: Coletas de depoimentos realizadas com as lideranças e amostragem dos pescadores e residentes em Tatajuba.

ANEXO III

Formulários aplicados com os turistas, residentes e ao IBAMA, em pesquisa realizada em Jericoacoara-CE e na Prefeitura de Camocim-CE, em Jan./2006.

FORMULÁRIO 01
(RESIDENTES)

1. População

Qual a naturalidade? _____

1.1.Dados gerais sobre os residentes

1.1.1. Gênero do entrevistado: a) masculino ( ) b) feminino ( )

1.1.2. Estado Civil: S ( ) C ( ) D ( ) V ( ) Outros ( )

1.1.3. Chefe da família

1.1.4. Faixa etária do entrevistado

a) menos de 18 anos
b) 18 a 25 anos
c) 25 a 35 anos
d) 35 a 45 anos
e) 45 a 55 anos
f) 55 a 60 anos
g) mais de 60 anos

1.1.5. Quantas pessoas residem na casa?

1.1.6. Escolaridade do entrevistado:

a) Não alfabetizado
b) Alfabetizado
c) Entre a 1ª e a 4ª série
d) Entre a 5ª e a 8ª série
e) Médio completo
f) Médio incompleto
g) Superior completo
h) Superior incompleto

1.1.7. Renda familiar

a) Nenhuma
b) Menos de 1 salário mínimo
c) De 1 a 2 salários mínimos
d) Entre 2 e 4 salários mínimos
e) Acima de 4 salários mínimos
f) mais de 4 salários mínimos

OBS: salário mínimo = R$ 300,00

1.1.8. Qual a profissão do entrevistado?

1.1.9 Proprietário de algum estabelecimento? Restaurante, Loja, barracas, mercantil?

2. Perguntas específicas

2.1. Quanto tempo o senhor (a) reside no local?

2.2. Qual a sua opinião sobre o turismo em Jericoacoara?
Trouxe algum benefício para a Comunidade? Quais?

2.3 O relacionamento dos residentes com os turistas é cordial?

2.4. Com a existência do turismo ocorre aumento dos preços das mercadorias (gêneros alimentícios etc.)? Em qual período é maior o aumento?

2.5. . O Senhor (a) acha que ocorreu melhorias das infra-estruturas básicas no Município e em Jeri pelo o fato de ser local turístico?

a) sim ( ) b) não ( )

Quais?_____

2.6 Quais os principais atrativos de Jericoacoara procurados pelos turistas? Esses atrativos são conservados?

2.7 A associação de moradores de Jericoacoara está integrada ao turismo?

Em que atividades voltadas aos visitantes, organização de práticas de artesanato ou até mesmo, na tomada de decisões junto aos órgãos responsáveis?
a) sim ( ) b) não ( )

2.8. 11Há problemas e práticas a favor da preservação ambiental?
a) sim ( ) b) não ( )

2.9 Como era Jeri, antes da chegada do Turismo?

2.10. Você tem conhecimento sobre as Comunidades vizinhas?
Conhece Tatajuba? Já teve oportunidade de ir a essa comunidade?

2. 11 O que você sabe sobre Tatajuba?

2.12. Algumas observações:

FORMULÁRIO 02
(TURISTAS)

1.Turista
Qual o seu país e cidade de origem?
1.1.Dados gerais sobre os residentes
1.1.9. Gênero do entrevistado: a) masculino ( ) b) feminino ( )

1.1.10. Faixa etária do entrevistado
b) menos de 30 anos ( ) jovem
b) 30 a 60 anos ( ) adulto
c) mais de 60 ( ) velho

1.1.11. Quantas pessoas residem na casa?
1.1.12. Escolaridade do entrevistado:
a) Não alfabetizado b) Alfabetizado
c) Entre a 1ª e a 4ª série d) Entre a 5ª e a 8ª série
e) Médio completo f) Médio incompleto
g) Superior completo h) Superior incompleto

1.1.13. Qual a profissão do entrevistado?

2. Perguntas específicas
2.1. Como ficou sabendo da existência deste destino turístico?
2.2. Quais os motivos que o levaram a conhecer Jericoacoara?
2.3. Como os residentes e os profissionais de turismo receberam o senhor (a)?
2.4. Qual o meio de transporte utilizado para se chegar em Jericoacoara? Foi difícil o acesso?
2.5. Como você classificaria a qualidade das vias de transporte para se chegar em Jericoacoara?
a) ótima ( ) b) boa ( )
c) regular ( ) d) ruim ( )

2.6.Qual a sua opinião sobre o turismo de Jeri?
2.7. Na sua opinião a infra-estrutura (básica e turística) do município atende às necessidades do turista? Como você a classificaria?
a)ótima ( ) b)boa ( )
c)regular ( ) d)ruim ( )

2.8. Quem o acompanhou nessa viagem?
a) esposa ( ) b)filhos ( )
c) parentes ( ) d) amigos ( )

e) outros: _____

2.9. Como você classificaria a estrutura do local onde está hospedado? E a qualidade do atendimento?

2.10. Você utilizou o serviço de alguma agência turística? Qual?

2.11. Como você avaliaria Jericoacoara? Pretende retornar?
a)ótima ( ) b)boa ( )
c)regular ( ) d)ruim ( )

2.12 Você tem interesse de residir em Jericoacoara?

2.13 Você conhece outras localidades do entorno de Jericoacoara? Quais? Conhece Tatajuba? Ouviu falar? Tem vontade de conhecê-la?

Algumas observações:

FORMULÁRIO 03
(IBAMA DE JERICOACOARA)

1. Existe algum órgão oficial da localidade ou do Estado que fiscaliza a qualidade do serviço turístico oferecido?
a) sim b) não
Qual?

2. Com relação à preservação ambiental, os turistas respeitam o meio ambiente?
a) sim b) não

3. E os próprios residentes, eles se preocupam com a conservação do meio ambiente?
a) sim b) não

4. Existe alguma interação entre a Secretaria de turismo do município e o IBAMA no planejamento do território para o turismo?
a) sim b) não
Como se dá essa interação?

5. A prefeitura do município preocupa-se em conservar o meio ambiente?
a) sim b) não

6. O IBAMA é o órgão que fiscaliza e controla a APA de Jericoacoara. Desde a sua criação, em 1984, alguma empresa, em especial do ramo turístico, já tentou ser implantada sem que o IBAMA tivesse conhecimento? Comente algum caso.

7. Existem conflitos de terra na comunidade, como especulação e grilagem de terras? Quais os principais problemas enfrentados pelo IBAMA?

---

8. Como é a relação de Jericoacoara com as comunidades vizinhas?

9. Como é feita a coleta e a depositação do lixo produzido em Jericoacoara? Qual a participação do IBAMA?

10.De que forma o IBAMA atua no entorno da APA de Jeri, com na Comunidade de Tatajuba?

11. Existem conflitos de terra em Tatajuba, como o IBAMA atua?

FORMULÁRIO 04
Prefeitura de Camocim

Universidade Estadual do Ceará	Laboratório de Estudos do Território e Turismo
Pesquisador:	
Município:	Data:
Entrevistado:	

2. Perguntas específicas

2.1. Qual a importância do turismo para o desenvolvimento do município?

_____

2.2 Quais os distritos e comunidades que fazem parte do litoral de Camocim?

_____

2.3. Quais os principais atrativos que Camocim oferece aos turistas?

_____

2.4. Qual o nível de receptividade do turismo pela comunidade?

_____

2.5. Quais os meios de transporte mais utilizados pelos turistas para chegar em Tatajuba? São de fácil acesso? E as vias de acesso estão em boas condições? Notifique as diferentes origens das vias?

_____

2.5. O que a prefeitura tem feito para o desenvolvimento do turismo em Camocim e Tatajuba?

_____

2.6. Em que o turismo em Camocim contribui para melhoria das condições e qualidade de vida dos nativos? Como?

_____

2.7. Quais os tipos de serviços turísticos existentes no Município?

_____

2.8. Existe algum órgão oficial da localidade ou do Estado que fiscaliza a qualidade do serviço turístico oferecido?
a) sim ( ) b) não ( )
Qual? _____

2.16 Existe algum empreendimento na área de Tatajuba? Como é a entre empresários e os nativos?

2.17 Existe conflitos de terra em Camocim?

2.9. Quanto ao preço dos gêneros alimentícios, houve grande aumento por se tratar de um local turístico?
a) sim ( ) b) não ( )

_____

2.10. Existe alguma interação entre a Secretaria de turismo do município e a associação de moradores no planejamento do território para o turismo? Como se dá essa interação?

2.11. Existe alguma parceria de Camocim com as outras comunidades do entorno? Existe algum projeto nesse sentido?

_____

2.11.1 Existe alguma relação / parceria entre Jeri e Tatajuba, no roteiro dos passeios turísticos?

_____

2.12. A infra-estrutura básica de Camocim atende às necessidades dos turistas e dos residentes? A prefeitura tem algum projeto nesse sentido?
a) sim ( ) b) não ( )

2.13. A mão de obra que trabalha nas atividades voltadas para o turismo recebe alguma capacitação?Fazem cursos? Onde?
a) sim ( ) b) não ( )

_____

2.14. Qual tipo de hospedagem mais procurada pelos turistas?

_____

2.15. Como se distribui a rede de hospedagem em Camocim? São próximas umas das outras? Existem diferenças de preços entre eles?

2.18 Como a prefeitura organiza as questões referentes à terra? E as do Patrimônio da União? Existe cadastro?

_____

2.19. Sobre a APA de Tatajuba, como está a situação?

_____

2.20. Sobre o Programa de Regionalização do Turismo, como Camocim é feita a participação no programa?

_____

2.21 Como será a parceria CE-PI-MA?

_____

2.22 Há projetos ou programas de atração de Investimentos para Camocim?

_____

ANEXO IV

Roteiros das entrevistas e coletas de depoimentos concedidas por representantes de instituições sediadas em Fortaleza, realizadas no período de 2004 -2006.

1 ONG INSTITUTO TERRAMAR
ENTREVISTADO: Rosa Martins
TEMÁTICA: O Turismo comunitário em Tatajuba, Camocim-CE.
PERIÓDO: 2004 a 2006.
ROTEIRO da entrevista concedida em Fev./2006:

- Como é feita a atuação do Terramar nas comunidades cearenses?
- Quais as comunidades assessoradas pelo Terramar?
- Como as comunidades têm contato com o Terramar?
- Quais os principais problemas sofridos pelas comunidades litorâneas?
- Como ocorre o conflito fundiário no litoral cearense?
- Quais as características do processo de luta pela terra?
- O que significa o turismo comunitário para esta instituição?
- Como se realizam os projetos de turismo comunitário?
- Quais as comunidades que desenvolvem esses projetos?

2 IBAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
ENTREVISTADO: Àgueda Coelho (NEA/IBAMA)
TEMÁTICA: A implantação de reserva extrativista em Tatajuba, Camocim-CE.
PERIÓDO: 2004 a 2005
ROTEIRO da entrevista concedida em dez /2005:

- Como é realizada a intervenção do IBAMA nas comunidades litorâneas do Ceará?
- Como é feita a implantação de uma Reserva Extrativista - RESEX?
- Qual comunidade já tem RESEX?
- Como o IBAMA atua na mediação de conflitos fundiários?
- Como se realiza esse processo em Tatajuba?
- Como anda o processo atual em Tatajuba?
- Quais os resultados do Diagnóstico Socioeconômico e Cultural realizado em Tatajuba em fevereiro de 2005?

3 IDACE – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ.
ENTREVISTADO: Advogado Romoaldo Candoia de Araújo
TEMÁTICA: Conflitos Fundiários em Tatajuba, Camocim-CE.
PERIÓDO: Mar./2006

- O que caracteriza um conflito fundiário? Existe em Tatajuba – Camocim/CE?
- Como foi realizado o cadastro das posses em Tatajuba – Camocim/CE?
- Como anda o processo de regularização e titularização das posses?
- O processo de instalação da RESEX – Reserva Extrativista?
- Qual a área da empresa que atua em Tatajuba? O que alegam?
- Existe denúncia de vendas de terras em Tatajuba, o que se pode afirmar sobre esse fato?
- Como anda o processo atual? Quais as instituições envolvidas no caso?

4. SETUR - SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DO CEARÁ
ENTREVISTADO: Leonardo R. P. França (Setor de Atração de Investimentos e Fomento da SETUR)
TEMÁRICA: O Desenvolvimento do Turismo em Camocim e Tatajuba.
PERIÓDO: Mar./2006

- Como vem sendo desenvolvido o Programa de Regionalização do Turismo no Ceará?
- Como se realiza o trabalho da SETUR na atração de investidores para o Ceará?
- Quais são os investimentos e investidores no litoral oeste e em Camocim?
- O que a SETUR pode informar sobre o empreendimento "Condado Ecológico de Camocim – Costa de Tatajuba"?
- Como é realizada a atuação deste empresário na área de Tatajuba?
- Existe conflito fundiário entre a comunidade e a empresa? Como está ocorrendo esse processo?
- Quais as infra-estruturas que o Governo do Estado e a SETUR pretendem implantar no extremo litoral Oeste?
- Qual informação pode ser fornecida sobre a implantação do Aeroporto em Parazinho, Município de Granja?

5. CDPDH - CENTRO DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS
ENTREVISTADO: Advogado Francisco Silvino da Silva (CDPDH)
TEMÁTICA: O conflito fundiário e os processos judiciais em Tatajuba, Camocim-CE.
PERIÓDO: Mar./2006

- Que tipo de ação judicial a ACOMOTA requereu contra a empresa Vitória Régia Empreendimentos Imobiliários?
- Como se encontra o processo judicial?
- Quais propostas foram realizadas pela empresa para a comunidade?
- Como o IDACE atua na mediação do conflito fundiário?
- A comunidade sofre algum tipo de ameaça? Como e quando?
- Em relação a venda de terras pelos moradores, o que se pode afirmar?
- Como se encontra o conflito atual?

6. SPU - SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/CE
ENTREVISTADO: Gerente do Patrimônio da União - Ceará
TEMÁTICA: Ocupação em terras de marinha.
PERIÓDO: Out./2005

- O que são terras de marinha?
- Como é feita a regularização das terras de marinhas?
- Que tipo de taxas são pagas para ocupação dessas terras?
- Existem conflitos fundiários no litoral?
- Como é desenvolvido o Projeto Orla no Ceará?

ANEXO V

QUADRO 7
SÍNTESE DA HISTÓRIA DE TATAJUBA, CAMOCIM-CE

ANO	PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS
1902	• Formação da comunidade das Cabaceiras de Cima e Cabaceiras de Baixo.
1930	• A mudança do nome da comunidade de Cabaceiras para Tatajuba.
1978	• Soterramento da vila de Tatajuba pelas dunas e a construção da Nova Tatajuba.
1970 - 1980	• Processo de Grilagem de terras (final da década de 1970).
1989	• Descoberta da comunidade do início do processo de grilagem de terras e ameaça de especulação.
1991	• Criação da ACOMOTA – Associação Comunitária dos Moradores de Tatajuba.
1993	• Processo de criação da Área de Proteção Ambiental de Tatajuba. • Chegada do Projeto Pró-Renda Rural, convênio com Alemanha. • Registros de Terras no nome da Fazenda Vitória Régia, no cartório de Camocim-CE.
1994	• Declaração da Lei Municipal de Preservação Ambiental nº 559/94, da área do litoral de Camocim, denominada de Tatajuba – APA de Tatajuba, com extensão de 3.755 ha..
1996	• Expedição da Instrução Normativa nº 001 de janeiro de 1996, que estabeleceu as normas reguladoras da Implantação da área de Proteção Ambiental da Tatajuba, instituída pela Lei municipal nº 559/94.
1997	• Energia elétrica na comunidade.
1998	• Chegada do telefone público.
2000	• Conhecimento da Comunidade sobre o empreendimento turístico “Condado Ecológico de Camocim”. • Alteração da área da APA de Tatajuba, Lei Municipal Nº 559/94, para 4.598 ha. • Seminário da ACOMOTA sobre especulação imobiliária.

2001	• Contato da Comunidade com o Instituto Terramar. • Retificação dos registros de terras para 5.275, 450 hectares como propriedade da Fazenda Vitória Régia. • Identificação das posses de terras da comunidade pelo IDACE - Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará. • Pesquisa Socioeconômica Condado Ecológico de Camocim-CE, na comunidade de Tatajuba, realizada pela Geológica Assessoria, Projetos e Construções Ltda., financiada pela Vitória Régia Empreendimentos Imobiliários Ltda. – 02.01. • ACOMOTA requer os registros de terra da Imobiliária Vitória Régia datados de 1993, no Cartório de Camocim, pela comunidade de Tatajuba. • Ruptura e subdivisão das lideranças da ACOMOTA. • Elaboração do Laudo Ambiental de Tatajuba pelo IBAMA. • Audiência Pública com a Assembléia Legislativa do Ceará, em Camocim. • Ação de Interdito Proibitório - 10.04.01. • Solicitação ao Gerente do Patrimônio da União da cessão de área de Patrimônio da União a favor da Comunidade de Tatajuba - 24.04.01. • Visita de membros da comunidade de Tatajuba às praias do Cumbuco, Balbino, Praia das Fontes e Prainha do Canto Verde – 06.01. • Carta enviada ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Ceará- 05.06.01. • Ação Anulatória dos registros de terra da empresa imobiliária - 14.06.01. • Denúncia do conflito fundiário encaminhada aos deputados estaduais - 21.06.01. • Reunião na Secretaria da Ouvidoria Geral e do Meio Ambiente - 24.07.01. • Laudo Técnico da localidade de Tatajuba/ Camocim - IBAMA - 08/2001. • Pedido de improcedência da destituição da Diretoria da ACOMOTA em exercício - 28.08. 01. • Audiência Pública - Implantação do Projeto Turístico em

2001	Tatajuba/Camocim 12.09.01. • Representação contra o Promotor de Justiça de Camocim encaminhada à Procuradora de Justiça do Estado do Ceará - 09.01. • Ação cautelar dos dissidentes da ACOMOTA, solicitando liminar de suspensão das eleições da ACOMOTA - 01.10.01. • Liminar em favor da Diretoria em exercício na ACOMOTA - 04.10.01.
2002	• Criação de mais duas associações- Conselho Comunitário de Tatajuba e da Associação de Moradores de Tatajuba, na Vila Nova. • Nota-denúncia elaborada pelo TERRAMAR- BID financia infra-estrutura para projeto de Turismo - 08.03.02 16. • Seminário de Sensibilização Ambiental, realizado pela ACOMOTA – 02/02. • Carta encaminhada ao Procurador de Justiça, Dr. Alexsander Sales - 08.04.02. • Carta ao Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado de Populações Tradicionais (CNPT) para debater sobre processo de criação da Reserva Extrativista em Tatajuba. • Implantação de sistema de abastecimento de água na comunidade. • Abaixo-assinado solicitando ao Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado de Populações Tradicionais (CNPT) a criação de reserva extrativista em Tatajuba - 04.2002. • Seminário de Planejamento do Turismo Comunitário de Tatajuba (representantes das comunidades de Batoque, Caetanos, Balbino, Canto Verde, Ponta Grossa, Tatajuba e das instituições: CPP de Fortaleza, UFC-Geografia e o Terramar). 12-14.07.02.
	• Solicitação de certidão do andamento do processo de Interdito Proibitório contra a Fazenda Vitória Régia e Fininvest S/A. - 13.02.03 • Diagnóstico Socioambiental Participativo Tatajuba Camocim, elaborado pela UFC - 06.03.03

2003	• Proposta de Criação da Agenda Comunitária Local de Tatajuba e Adjacências e a Definição Macroestratégia de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades: Tatajuba, Baixa da Tatajuba, Vila Nova e Vila São Francisco, elaborada pelo Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Tatajuba e adjacências, encaminhado ao Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) – 30.05.03 • Carta de solicitação de apoio à Comunidade de Tatajuba encaminhada ao Fórum em Defesa da Zona Costeira / FDZCC - 30.06.03
2004	• Realização de atividades de monitoramento do projeto de Turismo Comunitário de Tatajuba, assessorado pelo Terramar – 04.04. • Elaboração do regimento interno do grupo de turismo da ACOMOTA. • Seminário de Educação Ambiental, realizado pelo NEA/IBAMA – 05/04. • Visita da ONG - Nichos e Terramar para elaboração do projeto de construção da nova sede da ACOMOTA – 08/04. • Constituição de Fórum para discutir sobre os conflitos de terra e o turismo na comunidade com várias representações (empresa Vitória Régia, Terramar, IBAMA, IDACE etc.).
2005	• Reuniões do Fórum na comunidade. • Elaboração de pesquisa do Diagnóstico Socioeconômico e Cultural de Tatajuba, pelo IBAMA, primeira etapa da instalação da RESEX. • Conflitos e derrubada das cercas das vazantes dos moradores pelos representantes da empresa imobiliária. • Conflitos internos, vendas de terrenos e pousadas para estrangeiros (holandês e espanhol). • Carta elaborada pela ACOMOTA e encaminhada ao IBAMA/CNPT, solicitando a retomada do processo de implantação da RESEX. • Construção da Pousada Santa Maria, propriedade de um espanhol.
	• APA ainda não publicada em diário oficial e não realizado o

2006	zoneamento previsto na Instrução Normativa de nº 001 de janeiro de 1996. • Não-titularização das posses da terra. • Reserva extrativista não foi implantada. • Construção e inauguração de barraca suspensa na lagoa da Torta, pertencente a morador de Tatajuba – 22.01.06. • Reuniões entre empresa, os órgãos do Estado e representantes da comunidade para definirem proposta de doação de terras para Tatajuba - fevereiro e março de 2006.

FONTE - Pesquisa direta e Dossiê do Conflito Fundiário na Comunidade de Tatajuba – 2001-2003.
ORGANIZAÇÃO - Eluziane Mendes, 2006.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo